

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TVR
N.º 403, DE 2020
(Do Poder Executivo)
MSC 106/2020
OF 110/2020

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.177, de 01 de dezembro de 2015, que renova a autorização outorgada a Associação Cultural Comunitária Gaivota a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Ubatuba, Estado de São Paulo.

(ÀS COMISSÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD).. REGIME DE TRAMITAÇÃO : ART. 223 CFAPRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIÇÃO CONCLUSIVA(PARECER 09/90 - CCJR))

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhados de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, atos que renovam autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1. Portaria nº 737, de 6 de maio de 2015 – Associação de Comunicação Comunitária Tucumaense, no município de Tucumã - PA;
2. Portaria nº 2.969, de 30 de julho de 2015 – Associação de Moradores do Bairro Bento Marques-COHAB, no município de Tarauacá - AC;
3. Portaria nº 6.177, de 1º de dezembro de 2015 – Associação Cultural Comunitária Gaivota, no município de Ubatuba - SP;
4. Portaria nº 6.687, de 6 de janeiro de 2016 – Associação pelo Desenvolvimento Comunitário dos Meios de Comunicação de Lebon Régis, no município de Lebon Régis - SC;
5. Portaria nº 6.692, de 6 de janeiro de 2016 – Associação dos Moradores do Bairro Esplanada de Pacaembu (AMBEP), no município de Pacaembu - SP;
6. Portaria nº 75, de 1º de fevereiro de 2016 – Rádio Comunitária Venturosa FM, no município de Venturosa - PE;
7. Portaria nº 82, de 1º de fevereiro de 2016 – Associação Assistencial Cultural Irmã Eliza, no município de Coronel Ezequiel - RN;
8. Portaria nº 149, de 1º de fevereiro de 2016 – Associação Comunitária Rádio Educativa Cidade FM, no município de Batayporã - MS;
9. Portaria nº 176, de 1º de fevereiro de 2016 – Associação Rádio Comunitária Madre FM, no município de Madre de Deus - BA;
10. Portaria nº 522, de 9 de maio de 2016 – Conselho Comunitário de Radiodifusão de Poço Fundo, no município de Poço Fundo - MG;
11. Portaria nº 536, de 9 de maio de 2016 – Associação de Moradores do Bairro Rosário, no município de Nazareno - MG;
12. Portaria nº 547, de 9 de maio de 2016 – Grêmio do Projeto Cultural e Criativo Alternativa, no município de Capivari - SP;
13. Portaria nº 775, de 9 de maio de 2016 – Associação Cultural Educacional e Ambiental de Coari, no município de Coari - AM;

14. Portaria nº 785, de 9 de maio de 2016 – Associação São José Operário, no município de Matão - SP;

15. Portaria nº 792, de 9 de maio de 2016 – Associação Comunitária Rádio Clube FM a Voz de Nazaré, no município de Manacapuru - AM;

16. Portaria nº 1.953, de 10 de maio de 2016 – Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária de Santana da Vargem, no município de Santana da Vargem - MG;

17. Portaria nº 574, de 7 de junho de 2017 – Associação Comunitária de Radiodifusão em Raposos, no município de Raposos - MG;

18. Portaria nº 587, de 7 de junho de 2017 – Associação Comunitária Voz Serrana, no município de Correia Pinto - SC;

19. Portaria nº 1.106, de 7 de junho de 2017 – Associação Beneficente e Cultural Comunitária de Monte Santo de Minas, no município de Monte Santo de Minas - MG;

20. Portaria nº 1.110, de 7 de junho de 2017 – Associação Comunitária Beneficente Serra Redondense, no município de Serra Redonda - PB;

21. Portaria nº 1.824, de 7 de junho de 2017 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Antônio Dias, no município de Antônio Dias - MG;

22. Portaria nº 1.869, de 7 de junho de 2017 – Associação de Desenvolvimento Comunitário da Comunidade de Brejo Santo, no município de Brejo Santo - CE;

23. Portaria nº 1.911, de 7 de junho de 2017 – Associação Comunitária Educacional e Cultural de Abreu e Lima - ACECAL, no município de Abreu e Lima - PE;

24. Portaria nº 1.930, de 7 de junho de 2017 – Associação Cultural Buíque FM, no município de Buíque - PE;

25. Portaria nº 1.996, de 7 de junho de 2017 – Associação Palmeirense de Defesa da Comunidade, no município de Palmeira dos Índios - AL;

26. Portaria nº 2.181, de 7 de junho de 2017 – Associação de Rádio Comunitária e Cultural de Campo Grande Recife PE ARCAMG – Tropical FM, no município de Recife - PE;

27. Portaria nº 2.186, de 7 de junho de 2017 – Associação Cultural Comunitária, no município de Duartina - SP;

28. Portaria nº 2.619, de 7 de junho de 2017 – Associação Comunitária de Comunicação Educativa - ACCE, no município de Lambari - MG;

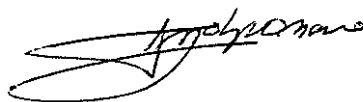
29. Portaria nº 3.003, de 7 de junho de 2017 – Associação Comunitária de Radiodifusão de Junqueirópolis, no município de Junqueirópolis - SP;

30. Portaria nº 3.170, de 28 de setembro de 2017 – Associação Loyola de Radiodifusão Comunitária, no município de Belo Horizonte - MG;

31. Portaria nº 3.278, de 28 de setembro de 2017 – Associação de Desenvolvimento Econômico e Social de Cândido Sales, no município de Cândido Sales - BA;

32. Portaria nº 6.741, de 16 de janeiro de 2018 – Associação do Bairro Santo Antônio, no município de Santa Cruz da Vitória - BA;
33. Portaria nº 7.224, de 16 de janeiro de 2018 – Associação Comunitária para o Desenvolvimento Artístico e Cultural de Mirabela, no município de Mirabela - MG;
34. Portaria nº 7.233, de 16 de janeiro de 2018 – Associação Comunitária Anunciação de Santa Bárbara D'Oeste, no município de Santa Bárbara D'Oeste - SP;
35. Portaria nº 7.580, de 9 de fevereiro de 2018 – Associação dos Moradores do Bairro Morada do Sol, no município de Capitão Enéas - MG;
36. Portaria nº 7.581, de 9 de fevereiro de 2018 – Associação Movimento Comunitário com Rádio Local Imprensa FM, no município de Monteiro - PB;
37. Portaria nº 1.696, de 4 de abril de 2018 – Associação de Difusão Artística e Cultural de Ouvidor - GO, no município de Ouvidor - GO;
38. Portaria nº 3.195, de 5 de julho de 2018 – Fundação Iguatu para o Desenvolvimento e Assistência Social (FIDA), no município de Iguatu - CE;
39. Portaria nº 5.177, de 8 de novembro de 2018 – Associação Comunitária Dehoniana, no município de Pindaré Mirim - MA; e
40. Portaria nº 5.959, de 22 de novembro de 2018 – Associação Cultural, Educacional e Ecológica de Capanema, no município de Capanema - PR.

Brasília, 18 de março de 2020.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'F. J. P. P. P.', is written over a horizontal line.

Brasília, 30 de Setembro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.040711/2013-14, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação Cultural Comunitária Gaivota, inscrita no CNPJ nº 02.848.983/0001-46, explore pelo prazo de dez anos a partir de 30 de julho de 2013, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Ubatuba, estado de São Paulo, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 16754/2014/SEI-MC, de modo favorável à renovação da outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCTIC, por intermédio de seu Parecer nº 608/2015/SEI-MC, também apresentou considerações favoráveis.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MC nº 6177, de 01 de dezembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 09 de dezembro de 2015.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes

PORTARIA Nº 6177/2015/SEI-MC

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.040711/2013-14 e nº 53830.002987/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 30 de julho de 2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA GAIVOTA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Ubatuba/SP.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ PEIXOTO FIGUEIREDO LIMA, Ministro de Estado das Comunicações**, em 01/12/2015, às 09:59, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0817000** e o código CRC **6D780A14**.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 36048/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, Processo nº 53000.040711/2013-14.

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 30/09/2019, às 17:34 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4684730** e o código CRC **E45C4C55**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Assunto: **Renovação de Outorga**

Protocolo nº: 53000.040711/2013-14

(Processo de Outorga nº 53830.002987/1998)

1. Considerando o disposto no item 20 da Norma nº 01/2011, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, publicada no DOU de 18/10/2011, e visto que o ato de outorga da **ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA GAIVOTA** sediada na localidade de **Ubatuba/SP**, tem validade até 30/07/2013, opino no sentido de que seja providenciada a abertura do competente processo administrativo referente à Renovação de Outorga.

Brasília, 22 de Julho de 2013.

VALKIRIA FERREIRA MACHADO
Chefe de Divisão

vfm/CGRC

LDE 4 =

53000 00 2087 / 1998



**REQUERIMENTO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO DO
SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

formalizar

Exmo Sr. Ministro de Estado das Comunicações,

A Associação Cultural Comunitária Gaivota, inscrita no CNPJ sob o nº 02.848.983/0001-46, com sede à Rua Carlos Gomes, número 100, Perequê-Açu, na cidade de Ubatuba, Estado São Paulo, CEP 11680-000, entidade sem fins lucrativos legalmente constituída, e devidamente autorizada conforme Portaria nº 247 datada de 15 de maio de 2001, e Decreto Legislativo nº 342/2003 publicado no Diário Oficial da União datado de 30 de julho de 2003, vem respeitosamente à presença de Va. Exa. requerer a renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária em atendimento ao subitem 20.2 da Norma nº 1/2011, bem como apresentar a documentação de que trata o item 20.3 da Norma nº 1/2011 aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União.

Ubatuba, 18 de junho de 2013.


(assinatura do representante legal da entidade)

Nome do representante da entidade: Felipe Schmidt Fonseca

CPF: 918921470/68

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF
53000 040711/2013-14
SEAPA/SCE
08/07/2013-08:31

*Slava
1261*

Declaro, sob as penas da lei, como representante legal da entidade requerente, para fins de instrução do processo de renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, junto ao Ministério das Comunicações, que toda a documentação descrita neste formulário está sendo apresentada no original ou em cópia autenticada e em conformidade com o subitem 20.3 da Norma nº 1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011.



(assinatura do representante legal da entidade)

Endereço para correspondência: Rua Dr. Esteves da Silva, 147 – sl. 113/114, na cidade de Ubatuba, Estado São Paulo, CEP 11680-000.

Telefone para contato: (12) 3832-1647

Correio eletrônico (e-mail) contato@gaivota.fm.br

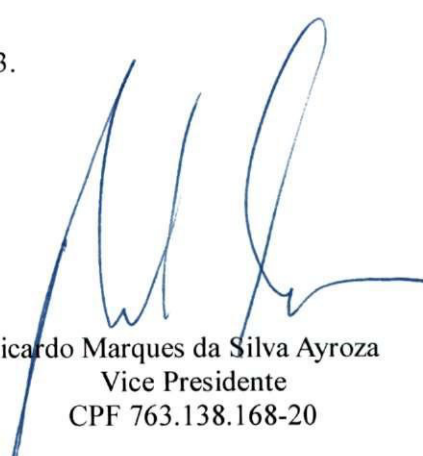
**DECLARAÇÃO DE FIEL CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À
RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

Nós, na qualidade de dirigentes da ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA GAIVOTA, declaramos para os devidos fins, que nos comprometemos ao fiel cumprimento da Lei nº 9.612/98 de 19 de fevereiro de 1998, do Regulamento e das Normas estabelecidas para o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Ubatuba, 18 de junho de 2013.



Felipe Schmidt Fonseca
Presidente
CPF nº 918.921.470-68




Ricardo Marques da Silva Ayroza
Vice Presidente
CPF 763.138.168-20



Carolina Striemer
Secretária
CPF 319.484.038-03



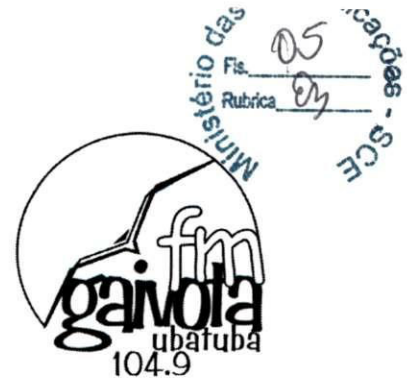
Sandra Epstein
Segunda Secretária
CPF 047.269.968-78



Maria Helena Pinheiro Bressan
Tesoureira
CPF 692.275.948-68



Thalita Maiani
Segunda Tesoureira
CPF 290.369.598-96



DECLARAÇÃO

Felipe Schmidt Fonseca, Diretor-Presidente da **Associação Cultural Comunitária Gaivota – ACCG**, vem por meio desta declarar que as instalações e equipamentos utilizados pela Rádio Comunitária Gaivota FM encontram-se em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da licença de funcionamento da estação.

Ubatuba, 18 de Junho de 2013.


Felipe Schmidt Fonseca
Diretor-Presidente

Associação Cultural Comunitária Gaivota
Rua Dr. Esteves da Silva nº 147 - Centro - Ubatuba /SP
CEP 11680-000 fone 12 3833.5550
<http://gaivota.fm.br> – contato@gaivota.fm.br

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS
ADMINISTRADAS PELA ANATEL**

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL GAIVOTA

CNPJ: 02.848.983/0001-46

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 14:58:54 do dia 11/06/2013 (hora e data de Brasília).

Válida até 11/07/2013.

Certidão expedida gratuitamente.

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.848.983/0001-46 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 09/11/1998
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO CULTURAL COMUNITARIA GAIVOTA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA			
LOGRADOURO R CARLOS GOMES	NÚMERO 100	COMPLEMENTO	
CEP 11.680-000	BAIRRO/DISTRITO PEREQUE ACU	MUNICÍPIO UBATUBA	UF SP
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 27/08/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia **11/06/2013** às **12:31:04** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1


Voltar

DECLARAÇÃO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Eu, Felipe Schmidt Fonseca (nome do representante), na qualidade de representante legal da Associação Cultural Comunitária Gaivota, declaro para os devidos fins que:

- a emissora não veicula nenhuma publicidade, ficando ressalvados os casos de apoio cultural;
- a emissora reserva um percentual mínimo de 5% (cinco por cento) de tempo de sua programação para a transmissão de conteúdos noticiosos, de acordo com o que estabelece o art. 67, 3, do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963; e
- a emissora cumpre a finalidade constitucional de promover a cultura nacional e regional, assim como do estímulo mínimo à produção independente em relação ao conteúdo veiculado, nos moldes do artigo 221, II, da Constituição Federal.

Ubatuba, 18 de junho de 2013.



(assinatura do representante da entidade)

DECLARAÇÃO

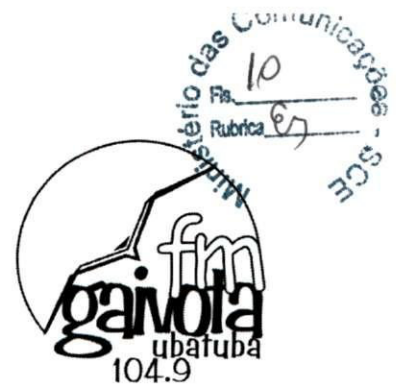
Eu, Felipe Schmidt Fonseca, na qualidade de representante legal da ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA GAIVOTA, declaro para os devidos fins que:

- Todos os dirigentes residem na área da comunidade a ser atendida pela estação, ou na área urbana da cidade, conforme o caso, de acordo com o subitem 8.1, alínea f.1, da Norma 01/2011;
- A entidade não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura;
- A entidade e seus dirigentes não possuem qualquer vínculo de subordinação ou outro que sujeite a entidade à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou a orientação de qualquer outra entidade, seja de ordem financeira, religiosa, familiar, político-partidária ou comercial, em respeito ao disposto no art. 11 da Lei nº 9.612, de 19 fevereiro de 1998.

Ubatuba, 18 de junho de 2013.



Felipe Schmidt Fonseca
Diretor-Presidente



DECLARAÇÃO

Felipe Schmidt Fonseca, Diretor-Presidente da **Associação Cultural Comunitária Gaivota – ACCG**, vem por meio desta relacionar a equipe executiva da Rádio Comunitária Gaivota FM.

- Diretor-executivo e Diretor de Programação: Mauro Roberto Neiva Liberalli, Radialista, Brasileiro, RG 86589660, CPF 636383987-49.
- Coordenação editorial: Thalita Maiani, Jornalista, Brasileira, RG 32357457-9, CPF 290369598-96.

Ubatuba, 18 de Junho de 2013.


Felipe Schmidt Fonseca
Diretor-Presidente

Associação Cultural Comunitária Gaivota
Rua Dr. Esteves da Silva nº 147 - Centro - Ubatuba /SP
CEP 11680-000 fone 12 3833.5550
<http://gaivota.fm.br> – contato@gaivota.fm.br

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO CULTURAL

COMUNITÁRIA GAIVOTA

CAPÍTULO I

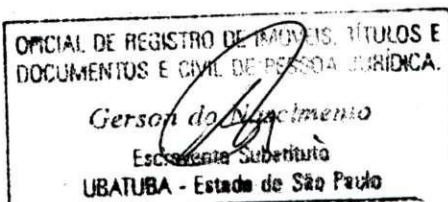
Da Constituição, Finalidade e Sede

Artigo 1º - A ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA GAIVOTA - **ACCG** - é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, com sede à Rua Dr. Esteves da Silva nº 147, lojas 113 e 114, Shopping Iperoig, Centro, Ubatuba, Estado de São Paulo.

Parágrafo Único - A ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA GAIVOTA terá duração por prazo indeterminado e não fará distinção ou discriminação alguma quanto à nacionalidade, raça, cor, condição social e cultural, credo político, gênero ou religião.

Artigo 2º - A ASSOCIAÇÃO tem por finalidade:

- Dar oportunidade à difusão de idéias e elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
- Oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- Prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- Estimular os esforços em favor das relações democráticas na comunicação social;
- Promover atividades educacionais e de formação geral;



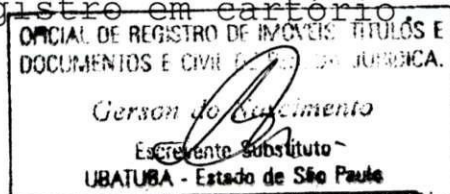
- Ministério das Comunicações
Rubrica 23
- f) Incentivar comportamentos de participação, organização e solidariedade, criando ou estimulando para este fim atividades, movimentos e organismos;
 - g) Divulgar resultados de pesquisas, estudos, experiências educativas e avaliações;
 - h) Manter convênio e ou se associar a entidades similares para prestação de serviços e assessorias;
 - i) Divulgar e promover suas atividades e finalidades por meio da constituição de órgãos de imprensa e radiodifusão;
 - + j) Executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária;
 - k) Prestar serviços compatíveis com suas finalidades, com o fim de arrecadar fundos para a manutenção da Entidade;
 - l) Propugnar pelo estabelecimento de um sistema de comunicação comunitária com o objetivo de dar voz aos segmentos sociais;
 - m) Incentivar a regionalização da produção cultural, artística e jornalística;
 - n) Empreender esforços para preservar e assegurar os direitos à cidadania e à liberdade de expressão nos meios de comunicação.
- M

CAPÍTULO II

Dos Associados

Artigo 3º - Para garantir ampla e efetiva consecução de seus objetivos, a ASSOCIAÇÃO terá número ilimitado de associados, sem distinção de cor, nacionalidade, sexo, profissão, credo religioso, ou vinculação política ou partidária, pessoas físicas ou jurídicas, que preencham os requisitos legais e estatutários, distribuídos nas seguintes categorias:

I- Associados Fundadores - Aqueles que assinaram a ATA de constituição da **ACCG**, conforme registro em cartório.



Ministério das Cidades
Comunicação
13
Rubrica
24
Liberado

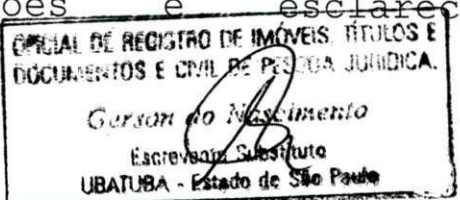
- II- Associados Efetivos** - Pessoas físicas ou jurídicas que, aceitando os objetivos e Estatuto da ASSOCIAÇÃO, forem admitidos pelos membros da Diretoria, após regular reunião, análise e nomeação do futuro associado.
- III- Associados Colaboradores** - Pessoas físicas ou jurídicas, identificadas com os objetivos da ASSOCIAÇÃO e que, não tendo disponibilidade para participar de suas atividades internas, desenvolvam um trabalho de colaboração junto à mesma, por meio da capacitação de cada um e tendo em vista as necessidades da Entidade.
- IV- Associados Beneméritos** - Pessoas físicas ou jurídicas a quem a Assembléia Geral conferir esse título ou por proposta unânime da Diretoria, em virtude dos grandes serviços prestados à ASSOCIAÇÃO ou à Comunidade.

14

Parágrafo Único - Está assegurado o direito de ingresso, como associado, na Associação Cultural Comunitária Gaivota, às pessoas físicas, e às pessoas jurídicas sem fins lucrativos, estas últimas por intermédio de seus representantes e que sejam domiciliadas ou sediadas na comunidade, a todas sendo conferido o direito de voto para escolha dos integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos, bem como direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes na associação.

Artigo 4º - São direitos dos Associados que estiverem em dia com suas obrigações sociais e estatutárias, entre as quais, o pagamento de contribuição fixada por Assembléia Geral:

- I- Votar e ser votado para a composição dos órgãos dirigentes da ASSOCIAÇÃO;**
- II- Solicitar à Diretoria, por escrito, informações e esclarecimentos sobre**



15

Ministério das Comunicações
Rubrica
23

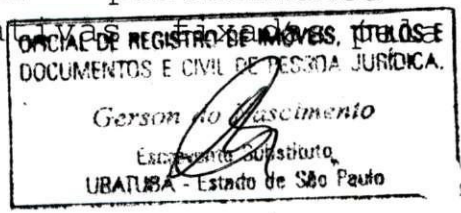
quaisquer assuntos referentes
administração social;

- III- Requerer à Diretoria participação nas comissões de trabalho, estudo e pesquisa que vierem a ser criadas;
- IV- Requerer a convocação da Assembléia Geral Extraordinária mediante requerimento assinado por pelo menos um quinto (1/5) dos associados em dia com suas contribuições sociais;
- V- Representar a ASSOCIAÇÃO nos casos específicos determinados pela Diretoria;
- VI- Recorrer à Assembléia Geral em caso de punição imposta pela Diretoria;
- VII- Oferecer sugestões à Diretoria no interesse da consecução dos objetivos sociais.

[Handwritten signature]

Artigo 5º - São deveres de todos os Associados:

- I- Cumprir e fazer cumprir as disposições do Estatuto da ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA GAIVOTA;
- II- Participar das comissões de trabalho, estudo e pesquisa que forem criadas pela Diretoria ou pela Assembléia Geral;
- III- Acatar as determinações da Diretoria e as resoluções das Assembléias;
- IV- Comparecer e participar, de acordo com suas funções e competências, das Assembléias Gerais;
- V- Desempenhar, com zelo, os cargos e encargos especiais que lhe forem confiados;
- VI- Cooperar com a Diretoria na consecução das finalidades da ASSOCIAÇÃO;
- VII- Colaborar para o bom desenvolvimento das atividades da ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA GAIVOTA, não a prejudicando moral ou economicamente, bem como se abstendo de assumir atitudes e relacionamentos anti-sociais, que atentem contra princípios éticos, morais e sociais;
- VIII- Pagar pontualmente as contribuições associativas à Assembléia Geral.



[Handwritten mark]

Artigo 6º - Os associados, independentemente da categoria ou do órgão da Entidade a que pertençam, não respondem nem subsidiária nem solidariamente pelos encargos ou obrigações contraídas pela ASSOCIAÇÃO, exceto se comprovadamente abusarem da personalidade jurídica da ACCG, por desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial.

Parágrafo Único - Os associados não poderão falar em nome da **ACCG**, salvo expressamente autorizados pela Diretoria.

Artigo 7º - Poderá ser excluído da **ACCG**, havendo justa causa, o associado que descumprir as normas do presente estatuto ou praticar qualquer ato contrário ao mesmo, ou aos princípios éticos, morais ou sociais.

Parágrafo Primeiro - A decisão de exclusão de associado será tomada pela maioria simples dos membros da Diretoria.

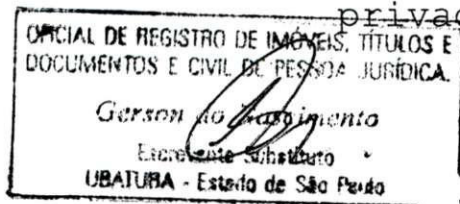
Parágrafo Segundo - O associado poderá recorrer ou apresentar recurso à Assembleia Geral, quando a Diretoria deliberar sua exclusão do quadro social ou sua destituição de cargo eletivo, decidindo a Assembleia, na forma do artigo 15º.

CAPÍTULO III

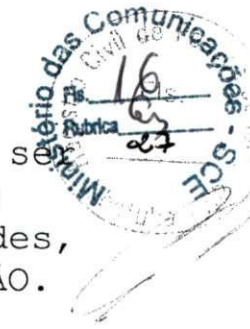
Do Patrimônio e dos Recursos Financeiros

Artigo 8º - O patrimônio da **ACCG** é constituído por bens e valores já agregados e aqueles que a ele venham a ser agregados, sempre mediante deliberação da Assembleia Geral, por meio de:

- a. Doações feitas por entidades públicas, pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pessoas físicas, desde que



- expressamente destinados a serem
incorporados ao patrimônio da Entidade;
- b. Os resultados líquidos de suas atividades,
incorporados ao patrimônio da ASSOCIAÇÃO.



Parágrafo Primeiro - Os bens e direitos da **ACCG** serão utilizados exclusivamente para a consecução de suas finalidades institucionais.

Parágrafo Segundo - A **ACCG** poderá constituir um Fundo Financeiro, cuja renda contribuirá para a garantia de manutenção e expansão de suas atividades.

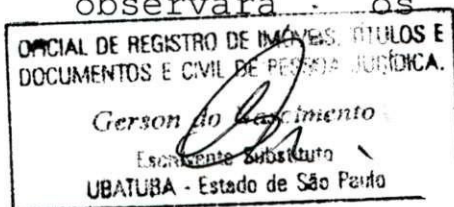
Parágrafo Terceiro - Não haverá distribuição de bônus ou eventuais sobras da receita da **ACCG** entre os associados.

Artigo 9º - Constituem rendimentos ordinários da ASSOCIAÇÃO:

- I-** As mensalidades;
- II-** Aqueles provenientes de títulos, ações ou papéis financeiros de sua propriedade;
- III-** A renda de imóveis que possua;
- IV-** Os juros e rendimentos bancários;
- V-** As rendas a seu favor, instituídas por terceiros;
- VI-** Os usufrutos instituídos a seu favor por terceiros;
- VII-** A remuneração que receber por serviços prestados;
- VIII-** Rendas resultantes de convênios executados;
- IX-** Os rendimentos resultantes de atividades exercidas para cumprimento de suas funções institucionais.

Artigo 10º - Constituem rendimentos extraordinários da ASSOCIAÇÃO as subvenções do Poder Público e auxílio de qualquer natureza ofertado por particulares, destinado expressamente ao cumprimento de determinada atividade institucional.

Artigo 11º - A prestação de contas da ASSOCIAÇÃO observará os princípios fundamentais de



contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade.



Artigo 12º - A prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos, será conforme determina o parágrafo único do artigo 70, da Constituição Federal.

CAPÍTULO IV

Da Administração

Handwritten signature

Seção I

Dos Órgãos Diretivos

Artigo 13º - São Órgãos Diretivos da ACCG:

I - Assembléia Geral;

II - Diretoria

III - Conselho Comunitário.

Seção II

Da Assembléia Geral

Artigo 14º - A ASSOCIAÇÃO terá na Assembléia Geral seu órgão soberano, que se constituirá por seus associados fundadores, efetivos, colaboradores e beneméritos, em pleno gozo de seus direitos estatutários e regimentais.

Parágrafo 1º - A Assembléia geral reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano, por ocasião da análise e aprovação do Balanço Patrimonial, e extraordinariamente, sempre que necessário, de acordo com os critérios estabelecidos neste Estatuto.



Parágrafo 2º - A Assembléia Geral será presidida pelo Diretor-Presidente da ASSOCIAÇÃO ou, na sua ausência, por outro membro da Diretoria;

Parágrafo 3º - A convocação das Assembléias Gerais será feita pelo correio, devendo a correspondência ser expedida pelo Diretor-Presidente, ou por comunicação pessoal, se conseguir convocar 100% (cem por cento) dos associados, com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência, contendo a ordem do dia, a data, o horário e o local da reunião;

Parágrafo 4º - A Assembléia Geral instalar-se-á em primeira convocação, com o quorum mínimo de 50% (cinquenta por cento) dos associados com direito a voto ou, em segunda convocação, meia hora depois, se já estiverem presentes 25% (vinte e cinco por cento) dos associados com direito a voto;

Parágrafo 5º - Todas as deliberações da Assembléia Geral deverão ser aprovadas pela maioria simples dos votos dos associados presentes;

Parágrafo 6º - Para as deliberações referentes a: alterações estatutárias, aplicação de sanções, destituição de membros da Diretoria e dissolução da ASSOCIAÇÃO, exige-se o voto de 2/3 (dois terços) dos presentes à assembléia especialmente convocada para este fim, não podendo a Assembléia deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados plenos, ou com menos de 1/3 (um terço) nas convocações seguintes;

Parágrafo 7º - É vedada a deliberação sobre matérias não constantes na ordem do dia;

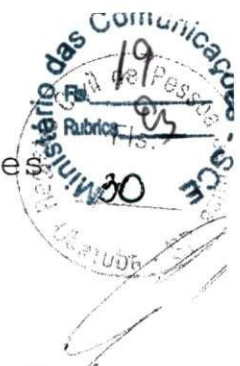
Parágrafo 8º - As eleições serão realizadas por escrutínio secreto, vedados votos por procuração ou por correspondência;

Parágrafo 9º - As Assembléias Gerais serão realizadas extraordinariamente, quando o Diretor-Presidente ou a maioria dos membros da Diretoria julgar necessário ou por requerimento de 1/5 (um quinto) dos associados que estejam conformes com o disposto no art. 4º, 4, acima.

Artigo 15º - O associado que não atender ou contrariar os objetivos da ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA GAIVOTA poderá ser desligado mediante



decisão de no mínimo 2/3 dos associados presentes à Assembléia geral.



Artigo 16º - Compete à Assembléia Geral:

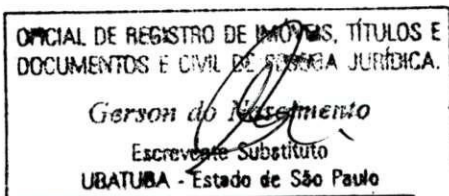
- I** - Eleger e destituir os membros da Diretoria e do Conselho Comunitário;
- II** - Aprovar a orientação geral dos trabalhos da ASSOCIAÇÃO;
- III** - Aprovar o balanço e as contas de resultados do exercício anterior;
- IV** - Analisar e definir o planejamento de trabalho do período seguinte;
- V** - Alterar os presentes estatutos, mediante parecer favorável da Diretoria;
- VI** - Deliberar sobre a extinção da ASSOCIAÇÃO, mediante parecer favorável da Diretoria;
- VII** - Resolver os casos omissos e desempenhar as demais atribuições compatíveis com suas funções.

Handwritten signature

Parágrafo Primeiro - A destituição de membros da Diretoria e do Conselho Comunitário somente ocorrerá com justa causa, por conduta incompatível, falta grave ou violação deste Estatuto. A perda do mandato será declarada pela Assembléia Geral, com pleno direito de defesa perante a mesma Assembléia.

Parágrafo Segundo - As Assembléias Gerais funcionarão com qualquer número de associados quites com suas contribuições e no gozo de seus direitos, mediante uma só convocação.

Artigo 17º - O presente estatuto poderá ser reformado a qualquer tempo, com parecer favorável da Diretoria, por decisão da Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para esse fim, sendo exigido o voto de dois terços (2/3) dos presentes à Assembléia, não podendo, ainda, ser deliberada em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com menos de um terço (1/3) nas convocações seguintes.



Handwritten signature

Da Diretoria

Artigo 18º - A Diretoria da ASSOCIAÇÃO, eleita pelo voto direto e secreto em Assembléia Geral, a realizar-se preferencialmente no mês de Abril, será composta por 6 (seis membros): Presidente, Vice-Presidente, Primeiro Tesoureiro, Segundo Tesoureiro, Primeiro Secretário e Segundo Secretário.

Parágrafo 1º - Somente poderão fazer parte da Diretoria brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, maiores de 18 (dezoito) anos ou emancipados, residentes em Ubatuba, e que não estejam no exercício de mandato eletivo, que lhes assegure imunidade parlamentar ou função que garanta foro especial.

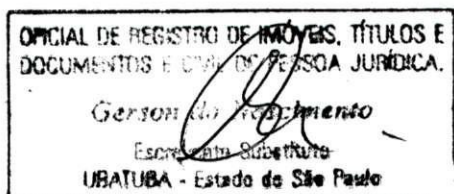
Parágrafo 2º - Em caso de vacância de membro, a Diretoria nomeará imediatamente substituto e em seguida levará à apreciação de Assembléia Geral Extraordinária;

Parágrafo 3º - O mandato da Diretoria será de 4 (quatro) anos;

Parágrafo 4º - É permitida a reeleição dos membros da Diretoria, salvo os impedidos pelo Estatuto.

Artigo 19º - Compete à Diretoria:

- a. Dirigir a ASSOCIAÇÃO de acordo com o presente Estatuto, administrar o patrimônio social e praticar todos os atos visando atingir as finalidades para as quais foi criada;
- b. Elaborar os regimentos que se fizerem necessários;
- c. Cumprir e fazer cumprir o Estatuto, regulamentos, regimentos e resoluções próprios, bem como as deliberações das Assembléias Gerais;
- d. Organizar o orçamento anual, que será submetido à aprovação da Assembléia Geral;



- e. Aplicar as penalidades previstas neste Estatuto;
- f. Criar, quando necessário, comissões, departamentos, setores e seções para funcionar junto à Diretoria;
- g. Deliberar sobre a admissão de associados;
- h. Discutir as propostas e alteração do Estatuto e submetê-las à aprovação da Assembléia Geral;
- i. Propor à Assembléia Geral a dissolução da ASSOCIAÇÃO, se verificar a impossibilidade de consecução de seus fins;
- j. Desempenhar as demais atribuições compatíveis com suas funções.

Parágrafo 1º - A Diretoria deliberará pela maioria simples de seus integrantes;

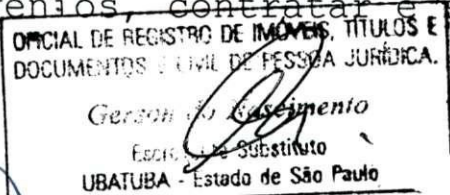
Parágrafo 2º - Dos atos da Diretoria caberá recurso à Assembléia Geral;

Parágrafo 3º - Os dirigentes da ASSOCIAÇÃO não serão remunerados, ainda que atuem na gestão executiva.

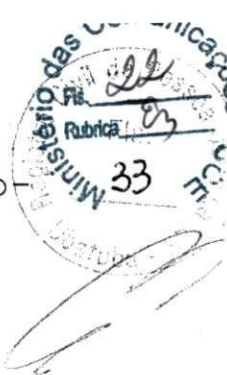
Artigo 20º - Ao Diretor-Presidente compete:

- a) Representar ativa e passivamente a ASSOCIAÇÃO em juízo e fora dele;
- b) Convocar e presidir as sessões da Diretoria e as Assembléias Gerais;
- c) Assinar as atas das sessões, o orçamento anual, bem como rubricar os livros da entidade;
- d) Ordenar as despesas, autorizando-as, visar as contas a pagar, assinar cheques, estes últimos juntamente com o Diretor-Tesoureiro;
- e) Organizar o relatório das ocorrências do ano anterior, apresentando-o à Assembléia Geral Ordinária de prestação de contas. O relatório deverá conter os principais eventos do exercício e o balanço financeiro do exercício;

Juntamente com o Diretor-Tesoureiro, movimentar contas bancárias, assinar convênios, contratar e saldar compromissos;



- g) Contratar e dispensar funcionários, fixando-lhes remuneração.



Artigo 21º - Compete ao Diretor Vice-Presidente:

- a) Auxiliar e colaborar com o Diretor-Presidente no desempenho de suas atribuições;
- b) Substituir o Diretor-Presidente em sua ausência, impedimento temporário ou vacância do cargo, até seu término;
- c) Desempenhar as atividades que lhe forem destinadas;
- d) Cooperar com os demais membros da Diretoria.

Handwritten signature

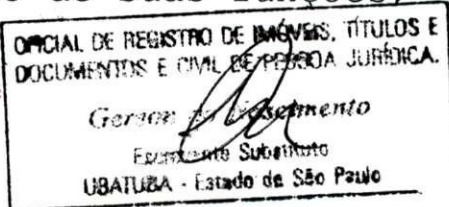
Artigo 22º - Ao Diretor Primeiro-Tesoureiro compete:

- a) Superintender a arrecadação e a guarda de todos os valores pertencentes à ASSOCIAÇÃO;
- b) Administrar e organizar as finanças e o patrimônio da ASSOCIAÇÃO;
- c) Movimentar os fundos sociais, com o Diretor-Presidente;
- d) Responsabilizar-se pela escrituração dos livros de contabilidade, mantendo-os, bem como os dados contábeis, em ordem e em dia;
- e) Elaborar os balancetes semestral e anual, para ser entregue à Diretoria, a tempo de ser apreciado;
- f) Efetuar os pagamentos autorizados e os recebimentos;
- g) Zelar pelo patrimônio da ASSOCIAÇÃO;
- h) Supervisionar o trabalho da tesouraria e da contabilidade;
- i) Assinar cheques em conjunto com o Diretor-Presidente.

Artigo 23º - Ao Diretor Segundo-Tesoureiro

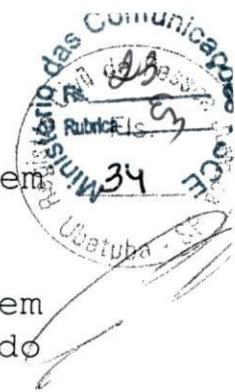
compete:

- a) Auxiliar o Diretor Primeiro-Tesoureiro no desempenho de suas funções;



Handwritten signature

- b) Desempenhar as atividades que lhe forem destinadas;
- c) Cooperar com os demais membros da Diretoria;
- d) Substituir o Diretor Primeiro-Tesoureiro em caso de impedimento temporário ou vacância do cargo.



Artigo 24º - Ao Diretor Primeiro-Secretário compete:

- a) Redigir e manter em dia as transcrições das atas das Assembléias Gerais e das reuniões de Diretoria, devidamente registradas em cartório;
- b) Redigir a correspondência da ASSOCIAÇÃO;
- c) Manter e ter sob guarda o arquivo as ASSOCIAÇÃO;
- d) Dirigir e supervisionar todo o trabalho da secretaria;
- e) Superintender os serviços gráficos e as publicações editadas pela ASSOCIAÇÃO.

M

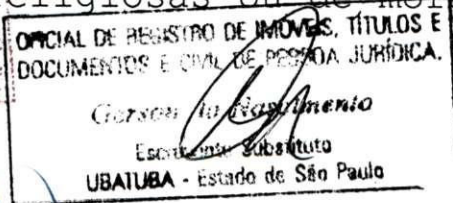
Artigo 25º - Ao Diretor Segundo-Secretário compete:

- a) Auxiliar o Diretor Primeiro-Secretário no desempenho de suas funções;
- b) Desempenhar as atividades que lhe forem destinadas;
- c) Cooperar com os demais membros da Diretoria;
- d) Substituir o Diretor Primeiro-Secretário em caso de impedimento ou vacância do cargo.

Seção IV

Do Conselho Comunitário

Artigo 26º - O Conselho Comunitário compor-se-á de no mínimo cinco (5) membros, representantes de entidades da comunidade local ou da área urbana da localidade, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que



m

legalmente instituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos no art. 4º da Lei nº 9.612, de 1998.

Ministério da
Rubrica
35

Artigo 27º - Os membros do Conselho Comunitário serão eleitos anualmente, pela Assembleia Geral da Associação, realizada no mês de Abril de cada ano, podendo ser reeleitos.

✓

Artigo 28º - Os membros do Conselho Comunitário têm atribuições e poderes que são conferidos por lei.

Artigo 29º - Os membros do Conselho Comunitário desempenharão suas funções e atribuições sem remuneração.

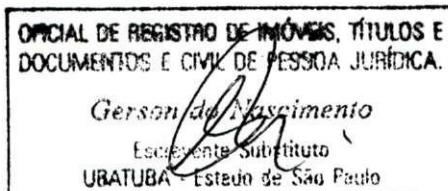
Artigo 30º - Os membros do Conselho Comunitário se reunirão pelo menos a cada três (3) meses, preferencialmente em Janeiro, Abril, Julho e Outubro de cada ano, ou sempre que necessário, com o objetivo de emitir parecer para a Diretoria.

Artigo 31º - Os membros do Conselho Comunitário elegerão entre si um Presidente e um Secretário para presidir e secretariar as reuniões do Órgão.

Artigo 32º - As atas de reuniões deverão ser escrituradas em livro próprio e registradas no Cartório competente.

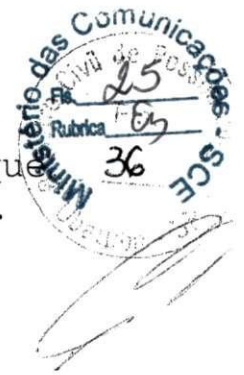
Artigo 33º - O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, anualmente, sempre na data da outorga, relatório resumido contendo a descrição da grade da programação, bem como sua avaliação, considerando, entre outros aspectos, o atendimento dos objetivos estabelecidos por lei.

Artigo 34º - A entidade manterá disponível e atualizado para qualquer solicitação ou inspeção



m

do Ministério das Comunicações, o ato que estabeleceu a composição do Conselho Comunitário.



Seção V

Das Disposições Gerais

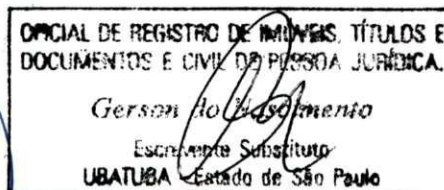
Artigo 35° - A ASSOCIAÇÃO adotará práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes para coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios e vantagens pessoais, em decorrência da participação nos processos decisórios.

Handwritten mark resembling the letter 'M'.

Artigo 36° - Os Diretores, conselheiros, associados de qualquer categoria, não perceberão remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

Artigo 37° - A ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA GAIVOTA somente poderá ser dissolvida por decisão da Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para esse fim, sendo exigidos os votos de dois terços (2/3) dos presentes na Assembléia, não podendo ainda ser deliberada em primeira convocação, sem a maioria absoluta de seus associados, ou com menos de um terço (1/3) nas convocações seguintes.

Artigo 38° - Dissolvida a ASSOCIAÇÃO, o remanescente do patrimônio líquido será destinado a entidade congênere, sem fins lucrativos ou econômicos, devidamente registrada perante os órgãos competentes, ou a instituição congênere pública municipal, estadual ou federal.



Handwritten mark resembling the letter 'M'.

Parágrafo único - Antes da destinação do remanescente do patrimônio líquido, referida no caput deste artigo, os associados terão o direito a receber em restituição, com valores atualizados, as contribuições que tiverem feito ao patrimônio da ASSOCIAÇÃO.

Artigo 39º - O presente estatuto poderá ser reformado a qualquer tempo, por decisão da Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para esse fim, sendo exigido o voto de dois terços (2/3) dos presentes à Assembléia, não podendo, ainda, ser deliberada em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com menos de um terço (1/3) nas convocações seguintes.

Artigo 40º - Após a realização da Assembléia Geral Ordinária anual, serão elaboradas listas atualizadas dos membros da Associação Cultural Comunitária Gaivota e do Conselho Comunitário desta associação.

Artigo 41º - Os casos omissos no presente estatuto serão resolvidos pela Assembléia Geral.

Artigo 42º - O presente Estatuto, derogando o anterior, revoga as disposições em contrário e, uma vez devidamente aprovado e registrado, entrará imediatamente em vigor.

Ubatuba, 14 de setembro de 2009.

MAURO ROBERTO NEIVA LIBERALLI
Diretor-Presidente

Maria Helena Pinheiro Bressan

OAB/SP nº 37.384

1º TABELIAO DE NOTAS E PROTESTO DE UBATUBA-SP
Av. Dona Maria Alves, nº 836 - Tel.: (13) 3832-1537

Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de: MAURO ROBERTO NEIVA LIBERALLI
HELENA PINHEIRO BRESSAN. De que dou fé.
Em testemunho da verdade, 11:26:02 Ubatuba-SP, 14 de setembro de 2009.

SILVIO PEREIRA LUIS - ESCRIVENTE
Custas por verba R\$ 6,00 - VALIDO



Averbado em 13/10/2010, sob o nº 7 à margem
do Registro nº 749 às fls. 100v do livro A08, do
Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

Serventário	R\$ 51,31
Ao Estado	R\$ 14,59
Ao IPESP	R\$ 10,80
Reg. Civil	R\$ 2,70
Trib. Justiça	R\$ 2,70
Sub-total	R\$ 82,10
Cond./outros	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 82,10

Ubatuba, 13 de outubro de 2010


Escrevente Autorizado

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS
E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA.

Denise Cunha Canto Azevedo

Escrevente Autorizada
UBATUBA - Estado de São Paulo

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que, a presente cópia confere com o original
das fls. 22 a 37 dos autos do Estatuto Social de
"Associação Cultural Comunitária Gaivota-ACCG",
averbado sob o nº 7 à margem do Registro nº 749, fls.
100v, livro A08 em 13 de outubro de 2010.

Ubatuba, 17 de junho de 2013


Escrevente

Serventário:	R\$ 24,12
Ao Estado:	R\$ 6,89
Ao IPESP:	R\$ 5,08
Reg. Civil:	R\$ 1,27
Trib. Justiça:	R\$ 1,27
Outros:	R\$ 0,00
Total:	R\$ 38,63

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E
DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA.

Gerson do Nascimento

Escrevente Substituto
UBATUBA - Estado de São Paulo





Ao Sr. Oficial do Cartório de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos da comarca de Ubatuba

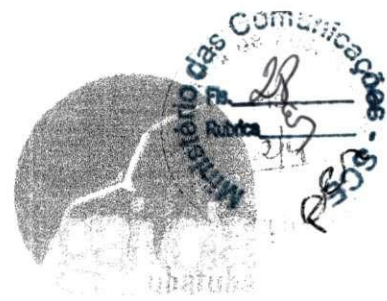
Felipe Schmidt Fonseca, Diretor-Presidente da **Associação Cultural Comunitária Gaivota – ACCG** – vem requerer que seja efetuado o registro da ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 16 de outubro de 2009 em que se tratou da eleição da diretoria da ACCG.


Felipe Schmidt Fonseca
Diretor-Presidente

22/09/2010

Associação Cultural Comunitária Gaivota
Rua Dr. Esteves da Silva nº 147 - Centro - Ubatuba /SP
CEP 11680-000 fone 12 3833.5550
<http://gaivota.fm.br> - contato@gaivota.fm.br





Convocação para Assembléia Geral Extraordinária da ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA GAIVOTA – ACCG

Mauro Roberto Neiva Liberalli, Diretor-Presidente da **Associação Cultural Comunitária Gaivota – ACCG**, vem convocar V.S. para a **Assembléia Geral Extraordinária** a realizar-se no dia 16 de Outubro de 2009, na sede da Associação, à r. Dr. Esteves da Silva nº 147, salas 113 e 114, Shopping Iperoig, Centro – Ubatuba, às 18.30 horas, para deliberar sobre a pauta do dia:
Eleição da Diretoria

Ubatuba, 06 de Outubro de 2009

1º Tabelião
Ubatuba - SP

Mauro Roberto Neiva Liberalli
Mauro Roberto Neiva Liberalli
Diretor-Presidente

Susana

Edina Helena
Carolina
Freimer

Carolina Freimer
Freimer

+ Maria

Associação Cultural Comunitária Gaivota
Rua Dr. Esteves da Silva nº 147, Shopping Iperoig, Centro, Ubatuba, São Paulo
89, Antonio dos Santos
AUTENTICAÇÃO
SELO PAGO POR 25 JUN 2013
1208AA594955

OFÍCIAS DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E DE PESSOA JURÍDICA.
Gerson do Nascimento
Escritório Substituto
UBATUBA - Estado de São Paulo

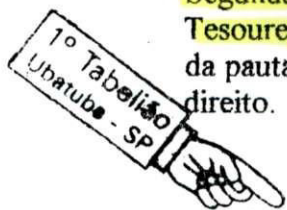
LISTA DE PRESENÇA DE ASSOCIADOS NA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA GAIVOTA - ACCG - 16 DE OUTUBRO DE 2009.

MAURO ROBERTO NEIVA LIBERALLI
MARIA HELENA PINHEIRO BRESSAN
SUSANA MARGARIDA MAIANI
CARMEN SILVIA GURGEL DE OLIVEIRA
SANDRA EPSTEIN
FELIPE SCHMIDT FONSECA
CAROLINA STRIEMER
RICARDO MARQUES DA SILVA AYROZA
THALITA MAIANI

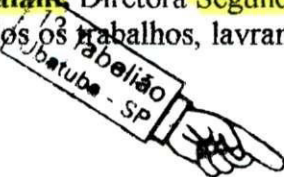


ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA GAIVOTA - ACCG.

Aos dezesseis dias do mês de Outubro do ano de dois mil e nove, atendendo à convocação feita pelo Diretor-Presidente da Associação Cultural Comunitária Gaivota, reuniram-se em Assembléia Geral Extraordinária, às 18.30 horas, na sede da entidade, à r. Dr. Esteves da Silva nº 147, salas 113 e 114, Shopping Iperoig, Centro, Ubatuba, SP, os associados Mauro Roberto Neiva Liberalli, Susana Margarida Maiani, Carmen Silvia Gurgel de Oliveira, Sandra Epstein, Felipe Schmidt Fonseca, Carolina Striemer, Ricardo Marques da Silva Ayroza, Thalita Maiani e eu, Maria Helena Pinheiro Bressan, para deliberar sobre o assunto constante da pauta de convocação: eleição da nova diretoria. Tomando a palavra, o Diretor-Presidente pediu aos associados presentes que procedessem a votação dos novos membros da diretoria da associação. Apurados os votos, a composição da nova diretoria passa a ser a seguinte: **Felipe Schmidt Fonseca**, Diretor-Presidente; **Ricardo Marques da Silva Ayroza**, Diretor Vice-Presidente; **Carolina Striemer**, Diretora Primeira Secretária; **Sandra Epstein**, Diretora Segunda Secretária; **Maria Helena Pinheiro Bressan**, Diretora Primeira Tesoureira e **Thalita Maiani**, Diretora Segunda Tesoureira. Nada mais constando da pauta, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a ata, para os devidos fins de direito.



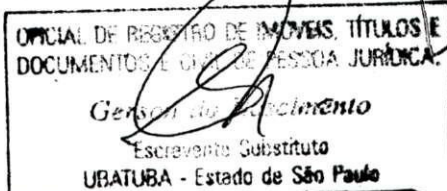
Felipe Schmidt Fonseca
Diretor Presidente eleito



Carolina Striemer
Diretora Primeira Secretária eleita



1º TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO DE UBATUBA/SP
R. Dona Maria Alves, nº 838 - Tel.: (12) 3822-1537
ANTONIO DOS SANTOS - TABELIÃO
Reconheço por semelhança (e) a(s) firma(s) de: FELIPE SCHMIDT FONSECA, CAROLINA STRIEMER, do que dou fé.
Em testemunho da verdade, 12/10/2009 Ubatuba-SP, 21 de setembro de 2010.
SILVIO PEREIRA LUIS - ESCRIVÃO
Custas por verba R\$ 6,00 - VALIDA SOBRANTE COM O SELLO DE AUTENTICAÇÃO
00Cod.1 Sept 5849485758484948495050495210



Averbado em 13/10/2010, sob o nº 8 à margem
do Registro nº 749 às fls. 101 do livro A08, do
Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

Serventário	R\$ 25,66
Ao Estado	R\$ 7,30
Ao IPESP	R\$ 5,40
Reg. Civil	R\$ 1,35
Trib. Justiça	R\$ 1,35
Sub-total	R\$ 41,05
Cond./outros	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 41,05

Ubatuba, 13 de outubro de 2010

Escrevente Autorizado



FELIPE SCHMIDT FONSECA, brasileiro, casado, comunicável, RG 30.546.738-21 SSP/RS, CPF 918.921.470-68, residente à R. Carlos Gomes nº 100, Perequê-Açu; CAROLINA STRIEMER, brasileira, casada, designer de moda, RG 43.464.951-X SSP/SP, CPF 319.484.038-03, residente à R. Carlos Gomes nº 100, Perequê-Açu; RICARDO MARQUES DA SILVA AYROLA, brasileiro, divorciado, do comércio, RG 5.618.874-7 SSP/SP, CPF 763.138.168-20, residente à R. Carlos Gomes nº 100, Perequê-Açu, e THALITA MAIONI, brasileira, maior, solteira, jornalista, RG 32.357.457-9 SSP/SP, CPF nº 290.369.598-96, residente à R. Carlos Gomes nº 100, Perequê-Açu. Em seguida, o Diretor-Presidente fez a leitura do novo estatuto da Associação, adaptado às normas do novo Código Civil e demais aplicáveis. O novo estatuto foi aprovado por todos os associados presentes. Nada mais constando de pauta, o Diretor-Presidente deu por encerrado o trabalho, pedindo a mim, Diretora Primeira-Adjunta, que lavasse a ata, para o devido fim de direito - XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

LISTA DE PRESENÇA DE ASSOCIADOS NA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA GAIVOTA - ACCG - 16 DE OUTUBRO DE 2009.

MAURO ROBERTO NEIVA LIBERALLI

MARIA HELENA PINHEIRO BRESSAN Maria Helena Pinheiro Bressan

SUSANA MARGARITA MAIONI

CARMEN SILVIA GURGEL DE OLIVEIRA

SANARA EPSTEIN

FELIPE SCHMIDT FONSECA

CAROLINA STRIEMER

RICARDO MARQUES DA SILVA AYROLA

THALITA MAIONI + mais

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA GAIVOTA - ACCG.

Atos de sessões de 16 de outubro de 2009

OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
Gerson de Almeida
Escritório Substituto
UBATUBA - Estado de São Paulo

ATA TABELADO DE NOTAS E PROTESTO DE UBATUBA-SP
ANTONIO DOS SANTOS - TABELADOR

AUTENTICAÇÃO
Autentico o anexo da presente com o original
Ubatuba, 26 de Junho de 2013
ANTONIO DOS SANTOS
TABELADOR

SELO PAGO POR TABELA
26 JUN 2013
COLEGIO NOTARIAL DO BRASIL - SP
AUTENTICAÇÃO
1208AA594957

COLEGIO NOTARIAL DO BRASIL - SP
ARPEN SP
Autenticação
1208AA452512

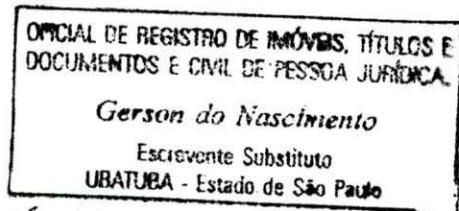
CERTIDÃO

Certifico e dou fé que, a presente cópia confere com o original
averbado sob o nº 8 à margem do Registro nº 749, fls.
101, livro 108 em 13 de outubro de 2010 da "Associação
Cultural Comunitária Gaivota, referente a ata da
Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de
outubro de 2009.

Ubatuba, 17 de junho de 2013

Escrevente

Serventuário:	R\$ 8,16
Ao Estado:	R\$ 2,33
Ao IPESP:	R\$ 1,72
Reg. Civil:	R\$ 0,43
Trib. Justiça:	R\$ 0,43
Outros:	R\$ 0,00
Total:	R\$ 13,07



RÁDIO GAIVOTA FM - RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO - 2012

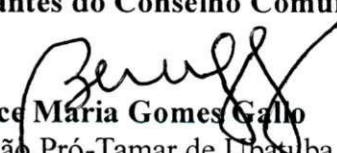
O **Conselho Comunitário** da Associação Comunitária Cultural Gaivota – ACCG, composto pelos representantes abaixo relacionados, vem por meio desta relatar sua avaliação da programação da Rádio Comunitária Gaivota FM – 104.9 MHz, transmitindo no centro de Ubatuba.

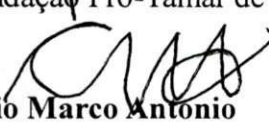
A programação no período atual era composta pelos seguintes programas:

- Programa **Sertanejo Classe A**, segunda a sexta-feira, das 6h às 8h;
- Programa **Estilo Gaivota**, segunda a sexta-feira, das 11h às 13h;
- Programa **Conexão Gaivota**, terça a quinta-feira, das 13h às 15h;
- Programa **Tarde Gaivota**, segunda a sexta-feira, das 15hs às 18h;
- Transmissão ao vivo das **Sessões da Câmara Municipal**, terça-feira a partir das 20h;
- Programa **Hora do Blues**, sexta-feira das 22hs às 24hs.

O Conselho considera que a programação regular da Rádio Gaivota atende ao interesse público da cidade de Ubatuba, mesclando informação, entretenimento, educação, comunicação com a população e agenda cultural. O programa **Conexão Gaivota** oferece entrevistas com autoridades, personalidades e lideranças comunitárias sobre temas ligados à cidade, eventos culturais e preservação do meio ambiente. Os programas **Estilo Gaivota** e **Tarde Gaivota** trazem notícias, programação cultural e outras informações relevantes. Durante toda a programação são veiculadas campanhas de utilidade pública em temas como saúde, preservação do meio ambiente, proteção animal, educação no trânsito, cultura de paz e outros.

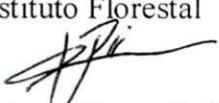
Integrantes do Conselho Comunitário da ACCG:


Berenice Maria Gomes Gallo
Fundação Pró-Tamar de Ubatuba


Caio Marco Antonio
Associação Ambiental Somos Ubatuba – ASSU


Elisio Angelo da Mota
Associação dos Estudantes Universitários de Ubatuba


Maria de Jesus Robim
Instituto Florestal


Valeria Cress Gelli
Instituto da Pesca de São Paulo



LISTAGEM DE ASSOCIADOS

Felipe Schmidt Fonseca, Diretor-Presidente da **Associação Cultural Comunitária Gaivota – ACCG**, vem por meio desta relacionar a listagem atualizada de associados da ACCG.

- Carmen Silvia Gurgel de Oliveira, RG 22.226.928, SSP/SP, residente à Rua Liberdade 1090, apartamento 34, Centro, Ubatuba/SP, CEP 11680-000.
- Carolina Striemer, RG 43.464.951-X, SSP/SP, residente à Rua Santa Catarina 200, Bairro Perequê-Açu, Ubatuba/SP, CEP 11680-000.
- Felipe Schmidt Fonseca, RG 3054673821 – SJS/RS, residente à Rua Santa Catarina 200, Bairro Perequê-Açu, Ubatuba/SP, CEP 11680-000.
- Hely Maria Morbin, RG 12.866.840, SSP/SP, residente à Rua Liberdade 1060, Centro, Ubatuba/SP, CEP 11680-000.
- Mauro Roberto Neiva Liberalli, RG 08.658.966-0, IFP/RJ, residente à Rua Carlos Gomes, 100, Bairro Perequê-Açu, Ubatuba/SP, CEP 11680-000.
- Maria Helena Pinheiro Bressan, RG 4.444.016, SSP/SP, residente à Rua Santa Catarina 220/12, Bairro Perequê-Açu, Ubatuba/SP, CEP 11680-000.
- Ricardo Marques da Silva Ayroza, RG 5.618.871-7, SSP/SP, residente à Rua Carlos Gomes 100, Bairro Perequê-Açu, Ubatuba/SP, CEP 11680-000.
- Sandra Epstein, RG 6.496.341, SSP/SP, residente à Rua Carlos Gomes, 100, Bairro Perequê-Açu, Ubatuba/SP, CEP 11680-000.
- Susana Margarida Maiani, RG 5.555.021, SSP/SP, residente à Rua Carlos Gomes, 100 – Bairro Perequê-Açu, Ubatuba/SP, CEP 11680-000.
- Thalita Maiani, RG 32.375.457-9, SSP/SP, residente à Rua Santa Catarina 200, Bairro Perequê-Açu, Ubatuba/SP, CEP 11680-000.

Ubatuba, 18 de Junho de 2013.


Felipe Schmidt Fonseca
Diretor-Presidente
CPF 918921470/68

Associação Cultural Comunitária Gaivota
Rua Dr. Esteves da Silva nº 147 - Centro - Ubatuba /SP
CEP 11680-000 fone 12 3833.5550
<http://gaivota.fm.br> – contato@gaivota.fm.br

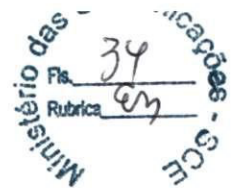
LAUDO DE ENSAIO - TX

Norma 01/2011 – RADCOM
Subítem 20.3 Inciso “J”

**ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA
GAIVOTA**

Processo nº 53830.002987/1998

Engº Eusébio Leonel Gonçalves
Tel.: (11) 3739-3244
eusebioleonel@gmail.com



LAUDO DE ENSAIO

I – Interessado:

- Entidade : ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA GAIVOTA
- Endereço : Rua Carlos Gomes, 100 Perequê-Açu
- Localidade : Ubatuba – SP
- CEP : 11680-000

II – Ensaio :

- Motivo do Ensaio : Renovação de Outorga
- Serviço : Radiodifusão Comunitária
- Local do Ensaio : Rua Dr. Esteves da Silva, 147 – Ubatuba - SP
- Data do Ensaio : 26/06/2013
- Equipamento : Transmissor de FM – Mod. SP 5025
- Homologação nº : 0680-03-0528
- Categoria : II
- Número de série : 2280 B

III – Fabricante :

- Razão Social : Auad Corrêa Equipamentos Eletrônicos Ltda.
- Endereço : Centro Emp. Pref. Paulo Frederico de Toledo, 90
- Localidade : Santa Rita do Sapucaí – MG CEP 37540-000
- CNPJ : 01.377.889/0001-93

Resp: Engº Eusébio Leonel Gonçalves	CREA N.º: 060117.347-1	Data: 26/06/2013	Cliente: Associação Cultural Comunitária Gaivota	Pág: 1/7
--	---------------------------	---------------------	---	-------------



IV – Função do Transmissor

☒ PRINCIPAL

☐ RESERVA

V – Medição:

a. Frequência:

Nominal : 104,9 MHz

Medida : 104.899.490 Hz

Obs.: Medição realizada em ambiente normal.

b. Resposta de áudio (mono):

(Dispensado pela Portaria nº 05 de 07/01/1991, publicado no D.O.U. em 09/01/1991)

c. Distorção Harmônica de áudio:

(Dispensado pela Portaria nº 05 de 07/01/1991, publicado no D.O.U. em 09/01/1991)

VI – Nível de Ruído da Portadora (FM):

(Dispensado pela Portaria nº 05 de 07/01/1991, publicado no D.O.U. em 09/01/1991)

Resp: Engº Eusébio Leonel Gonçalves	CREA N.º: 060117.347-1	Data: 26/06/2013	Cliente: Associação Cultural Comunitária Gaivota	Pág: 2/7
--	---------------------------	---------------------	---	-------------



VII- Nível de Ruído da Portadora (AM):

(Dispensado pela Portaria nº 05 de 07/01/1991, publicado no D.O.U. em 09/01/1991)

VIII – Atenuação de Espúrios e Harmônicos:

- Para emissões superiores à portadora sem modulação
- Frequência : 104,9 MHz
- Potencia : 25 Watts

	Atenuação [dB]
2º Harmônico	> 65
3º Harmônico	> 65
Espúrios	> 70

IX – Informações Específicas para Estereofonia:

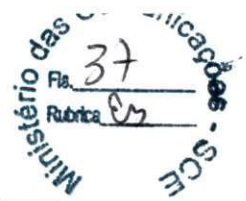
a. Gerador de estéreo:

Fabricante : Auad Correa Equipamentos Eletrônicos Ltda.
Modelo : FUTURE 2002

b. Medições:

- Frequência de subportadora piloto = 19.000 Hz
- Variação máxima da frequência = +/- 10 Hz

Resp: Engº Eusébio Leonel Gonçalves	CREA N.º 060117.347-1	Data: 26/06/2013	Cliente: Associação Cultural Comunitária Gaivota	Pág: 3/7
--	--------------------------	---------------------	---	-------------



c. Separação estereofônica:

(Dispensado pela Portaria nº 05 de 07/01/1991, publicado no D.O.U. em 09/01/1991)

d. Diafonia:

(Dispensado pela Portaria nº 05 de 07/01/1991, publicado no D.O.U. em 09/01/1991)

X – Observações Visuais no Transmissor:

a. Placa de identificação (traseira):

Modelo: SP5025

Potência: 25 W

Frequência: 104,9 MHz

Consumo: 55 Watts

Nº Série: 2280 B

Certificado de homologação: 0680-03-0528

b. Medidores do estágio final de RF

Corrente Contínua do Coletor	1.6 A
Tensão Contínua do Coletor	23,9 Volts
Potência direta de saída	25.0 Watts
Potência Refletida	1,3 Watts

Resp: Engº Eusébio Leonel Gonçalves	CREA N.º 060117.347-1	Data: 26/06/2013	Cliente: Associação Cultural Comunitária Gaivota	Pág: 4/7
--	--------------------------	---------------------	---	-------------



c. Tomadas de amostra de sinal, para fins de medição:

- a) Modulação;
- b) Frequência.

d. Dispositivos de proteção do transmissor:

- ❖ Temperatura Elevada (Temp.),
- ❖ Sobre corrente (Overload),
- ❖ Potência Refletida (Reflected),
- ❖ Estado do PLL (Lock),

e. Existência de dispositivos externo de ajustes de Potência e Frequência:

- ❖ Inexiste

f. Existência de dispositivos de segurança do pessoal:

Por não conter pontos de tensão superiores a 220V, dispositivos de segurança pessoal são dispensáveis nesse modelo de equipamento.

Resp: Engº Eusébio Leonel Gonçalves	CREA N.º 060117.347-1	Data: 26/06/2013	Cliente: Associação Cultural Comunitária Gaivota	Pág: 5/7
--	--------------------------	---------------------	---	-------------



XI – Instrumentos utilizados no ensaio:

- ANALISADOR DE ESPECTRO – AVCOM PSA65C
- FREQUENCIMETRO OPTO-ELETRONIC
- GPS-12 GARMIN
- WATIMETRO – BIRD THRULINE
- ELEMENTO DE WATIMETRO – BIRD 1000B1
- CARGA RESISTIVA
- MONITOR DE MODULAÇÃO/FM MDF-107P
- TELEMETRO BUSHNELL

XII – Declaração do Profissional

Declaro serem verdadeiras todas as informações constantes deste laudo, obtidas mediante ensaio por mim realizado, pessoalmente, no transmissor a que se refere. O presente laudo consta de 07 folhas, todas numeradas e rubricadas com a rubrica "de que faço uso".

Engº Eusébio Leonel Gonçalves
CREA nº. 060.117.347-1
Rua Carlos Lisdegno Carlucci, 420 – Butantã – São Paulo – SP
CEP: 05536-000
Fone: (11) 3739-3244 / (11) 3773-8046
e-mail: eusebioleonel@gmail.com

Resp: Engº Eusébio Leonel Gonçalves	CREA N.º 060117.347-1	Data: 26/06/2013	Cliente: Associação Cultural Comunitária Gaivota	Pág. 6/7
--	--------------------------	---------------------	---	-------------



XIII – Parecer Conclusivo

Para os fins previstos no Regulamento Técnico para Emissoras de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, Anexo à Resolução 67 de 12 de Novembro de 1998 e suas alterações, de acordo com a Norma Técnica nº 03/1998 do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, e, de acordo com a Norma Complementar nº 01/2011 do Serviço de Radiodifusão Comunitária, DECLARO, que o transmissor de frequência modulada, a que se refere este laudo de ensaio, na data em que foi realizado, atendia à regulamentação aplicável.”

São Paulo, 26 de junho de 2013.

Engº Eusébio Leonel Gonçalves

CREA nº. 060.117/347-1

Rua Carlos Lisdegno Carlucci, 420 – Butantã – São Paulo – SP

CEP: 05536-000

Fone: (11) 3739-3244 / (11) 3773-8046

e-mail: eusebioleonel@gmail.com

Resp: Engº Eusébio Leonel Gonçalves	CREA N.º. 060117.347-1	Data: 26/06/2013	Cliente: Associação Cultural Comunitária Gaivota	Pág: 7/7
--	---------------------------	---------------------	---	-------------



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo

ART de Obra ou Serviço
92221220130813824

1. Responsável Técnico

EUSEBIO LEONEL GONCALVES

Título Profissional: Engenheiro Eletrônico

Empresa Contratada:

RNP: 2604849534

Registro: 0601173471-SP

Registro: 0000000-SP

2. Dados do Contrato

Contratante: Associação Cultural Comunitária Gaivota

CPF/CNPJ: 02.848.983/0001-46

Endereço: Rua CARLOS GOMES

Nº: 100

Complemento:

Bairro: PEREQUE-AÇU

Cidade: Ubatuba

UF: SP

CEP: 11680-000

Contrato: Sem número

Celebrado em: 24/06/2013

Vinculada à Art nº:

Valor: R\$ 1.000,00

Tipo de Contratante: Pessoa jurídica de direito privado

Ação Institucional:

3. Dados da Obra Serviço

Endereço: Rua DR. ESTEVES DA SILVA

Nº: 147

Complemento:

Bairro: CENTRO

Cidade: Ubatuba

UF: SP

CEP: 11680-000

Data de Início: 24/06/2013

Previsão de Término: 15/07/2013

Coordenadas Geográficas: 23° 25' 58" (S) / 45° 04' 16" (W)

Finalidade: Outro

Código:

Proprietário: Associação Cultural Comunitária Gaivota

CPF/CNPJ: 02.848.983/0001-46

4. Atividade Técnica

Execução

2

Vistoria

Sistemas de
Telecomunicação

de Comunicação

Quantidade

Unidade

25,00

watt

Ensaio

Equipamento de
Telecomunicação

de Comunicação

25,00

watt

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Laudo de Vistoria para fins de renovação da licença de funcionamento de emissora do Serviço de Radiodifusão Comunitária
Laudo de Ensaio em transmissor de frequência modulada, para fins de renovação da licença de funcionamento.

6. Declarações

Acessibilidade: Declaro que as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, não se aplicam às atividades profissionais acima relacionadas.

Engº Eusebio Leonel Gonçalves
CREA 060.117.347-1

7. Entidade de Classe

68 - SEESP - SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DE SÃO PAULO - SEESP

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

Assinado de *25* de *Junho* de *2013*

Local _____ data _____

Engº Eusebio Leone Gonçalves

CREA 000.117.347-1

EUSEBIO LEONEL GONÇALVES - CPF: 675.950.148-91


Associação Cultural Comunitária Gaivota - CPF/CNPJ: 02.848.983/0001-46

Valor ART R\$ 45,00 Registrada em: 24/06/2013 Valor Pago R\$ 45,00 Nosso Numero: 92221220130813824 Versão do sistema

9. Informações

- A presente ART encontra-se devidamente quitada conforme dados constantes no rodapé-versão do sistema, certificada pelo Nosso Número.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.creasp.org.br ou www.confea.org.br
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

www.creasp.org.br
tel: 0800-17-18-11

 **CREA-SP**

[Handwritten signature]



Comprovante de Transação Bancária
Boleto de Cobrança

Data: 24/06/2013

Nº de controle: 288.382.318.102.50 | Documento: 0000463

Conta de débito: Agência: 599 | Conta: 1192-4 | Tipo: Conta-Corrente
Nome: EUSEBIO LEONEL GONCALVES

Código de barras: 00199.22210 29222.122011 30813.824213 1 57480000004500

Banco cedente: 001 - BANCO DO BRASIL S.A.

Data do vencimento: 03/07/2013

Data de débito: 24/06/2013

Valor total: R\$ 45,00

Descrição: CREA-SP

A transação acima foi realizada por meio do Bradesco Internet Banking.

Autenticação

oCGfGocK GUm8WGgg dSQdp*rE PvZb@U? GQ3drHyU Esj2XuRF oUNeA2I? 2#FRyPbi
CaCGZqCB X#MBM8Uc Bj47bgKK ibbmo5pm kUg3#pev EwjvX2Vw isNwkDok vJ2huTYZ
AY94nfnT Hc4RjVYo ycUZrLP@ Oe5dd7Ey #be3p@hQ cT2R?@9J 04310143 04365002

SAC - Serviço de Apoio ao Cliente

Alô Bradesco
0800 704 8383

Deficiente Auditivo ou de Fala
0800 722 0099

Cancelamentos, Reclamações e Informações
Atendimento 24 horas por dia, 7 dias por semana.

Ouvidoria 0800 727 9933 Atendimento de segunda a sexta-feira das 8h às 18h, exceto feriados.

Demais telefones consulte o site **Fale Conosco**.



BANCO DO BRASIL

Recibo do Sacado

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo
Agência / Código do Cedente: 3336-7/00401783-8
Nosso Número: 92221220130813824

SACADO: EUSEBIO LEONEL GONCALVES	CREASP: 0601173471
Data de Emissão: 24/06/2013	Data Vencimento: 03/07/2013
Numero ART:92221220130813824	
Valor	R\$ 45,00

Depósitos ou transferências entre contas não serão reconhecidos por nossos sistemas.
A quitação do título ocorrerá somente após a informação do crédito bancário.

Autenticação Mecânica

-----CORTE AQUI-----



BANCO DO BRASIL | 001-9 |

00199.22210 29222.122011 30813.824213 1 57480000004500

Local de pagamento					Vencimento
PAGUE PREFERENCIALMENTE NAS AGÊNCIAS DO BANCO DO BRASIL					03/07/2013
Cedente					Agência / Código do Cedente
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo					3336-7/00401783-8
Data da Emissão	Número do Documento	Espécie doc.	Aceite	Data do Processamento	Nosso número/Código Documento
24/06/2013	92221220130813824	RC	N	24/06/2013	92221220130813824
Uso do banco	Carteira	Espécie Moeda	Quantidade	Valor	(=) Valor do Documento
	18-027	R\$			R\$ 45,00
Instruções (Texto de responsabilidade do cedente) NÃO RECEBER APÓS O VENCIMENTO. BOLETO REFERENTE A ART Nº92221220130813824 Unidade Cedente: 3336					(-) Desconto / Abatimentos
					(-) Outras deduções
					(+) Mora / Multa
					(+) Outros acréscimos
					(=) Valor cobrado
Sacado EUSEBIO LEONEL GONCALVES					Código de baixa
Sacador/Avalista					Ficha de Compensação/Autenticação mecânica



-----CORTE AQUI-----

LAUDO DE VISTORIA

Norma 01/2011 - RADCOM

**ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA
GAIVOTA**

Processo nº 53830.002987/1998

Engº Eusébio Leonel Gonçalves
Tel.: (11) 3739-3244
eusebioleonel@gmail.com

LAUDO DE VISTORIA TÉCNICA – RENOVAÇÃO DE OUTORGA

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
 Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
 Rádio Comunitária

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

DENOMINAÇÃO SOCIAL

A S S O C I A Ç Ã O C U L T U R A L C O M U N I T Á R I A

DENOMINAÇÃO SOCIAL (CONTINUAÇÃO)

G A I V O T A 0 2 8 4 8 9 8 3 0 0 0 1 4 6

DENOMINAÇÃO DE FANTASIA

G A I V O T A F M

Portaria de Autorização nº 301 de 16/05/2001 Publicada no D.O.U de 31 de Maio de 2001

Decreto Legislativo nº 342 de 29/07/2003 Publicado no D.O.U de 30 de Julho de 2003

1. LOCALIZAÇÃO DA SEDE DA ENTIDADE

LOGRADOURO

R U A C A R L O S G O M E S 1 0 0

BAIRRO

P E R E Q U E A Ç U U B A T U B A

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

UF

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

S P 2 3 ° 2 5 ' 4 2 " (S) 4 5 ° 0 4 ' 0 2 " (W)

- A sede da entidade encontra-se a menos de 1 km do sistema irradiante?

NÃO

☐

SIM

☒

2. LOCALIZAÇÃO DO TRANSMISSOR E SISTEMA IRRADIANTE

LOGRADOURO

R U A D R E S T E V E S D A S I L V A 1 4 7 S L 1 1 3

BAIRRO

C E N T R O U B A T U B A

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

UF

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

S P 2 3 ° 2 5 ' 5 8 " (S) 4 5 ° 0 4 ' 1 6 " (W)

- São as mesmas coordenadas que constam na última licença expedida?

NÃO

☐

SIM

☒

- É o mesmo endereço que consta na última licença expedida?

NÃO

☐

SIM

☒

3. LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO

(Caso o estúdio não se encontre no local do sistema irradiante especifique como será feita a ligação entre o estúdio e o sistema irradiante no campo 8. "Outras informações de interesse")

LOGRADOURO

R U A D R E S T E V E S D A S I L V A 1 4 7 S L 1 1 3

BAIRRO

C E N T R O U B A T U B A

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

UF

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

S P 2 3 ° 2 5 ' 5 8 " (S) 4 5 ° 0 4 ' 1 6 " (W)

4. TRANSMISSOR PRINCIPAL

FABRICANTE																													
A	U	A	D	C	O	R	R	E	A	E	Q	U	I	P	E	L	E	T	R	O	N	I	C	O	S	L	T	D	A
MODELO										POTÊNCIA DE FABRICA					Nº HOMOLOGAÇÃO														
S	P	5	0	2	5					0	2	5	,	0	Watts	0	6	8	0	-	0	3	-	0	5	2	8		
POTÊNCIA DE OPERAÇÃO										POTÊNCIA MEDIDA																			
2	5	,	0	Watts	2	3	,	9	Watts																				
FREQUENCIA DE OPERAÇÃO										FREQUENCIA MEDIDA																			
1	0	4	,	9	MHz	1	0	4	,	8	9	9	4	9	MHz														

5. TRANSMISSOR AUXILIAR (se houver)

FABRICANTE																									
MODELO										POTÊNCIA DE FABRICA					Nº HOMOLOGAÇÃO										
POTÊNCIA DE OPERAÇÃO										POTÊNCIA MEDIDA															
FREQUENCIA DE OPERAÇÃO										FREQUENCIA MEDIDA															

- Os dados dos transmissores são os mesmos dados que constam na última licença expedida? NÃO ☐ SIM ☒

6. SISTEMA IRRADIANTE - ANTENA/TORRE

FABRICANTE DA ANTENA										MODELO																			
A	N	T	E	N	A	S	E	L	E	C	T	R	I	L	P	T	1	0	0										
GANHO max (Gt)					ALTURA EM RELAÇÃO AO SOLO					ALTURA DA TORRE					ALTITUDE DO LOCAL														
0 0 , 0 dBd					2 3 , 0 m					2 3 , 0 m					3 , 0 m														

- Os dados do sistema irradiante são os mesmo que constam na ultima licença expedida? NÃO ☐ SIM ☒

7 - LINHA DE TRANSMISSÃO

FABRICANTE										MODELO																		
K	M	P	-	R	F	S	B	R	A	S	I	L																
COMPRIMENTO(L)					ATENUAÇÃO EM 100 m (AL)					PERDAS NA LINHA (PL)					EFICIÊNCIA DA LINHA (η)													
3 5 , 0 m					4 , 2 0 dB					1 , 4 7 dB					0 , 7 1													

$$\text{Perdas na linha (PL)} = \frac{L \cdot AL}{100}$$

$$\text{Eficiência da linha } (\eta) = 10^{\frac{-(PL)}{10}}$$

2

8 - OUTRAS INFORMAÇÕES DE INTERESSE

9- INSTRUMENTOS EMPREGADOS NA VISTORIA:

- WATTÍMETRO BIRD THRULINE
- FREQUECIMETRO OPTO-ELETRONIC
- GPS-12 – GARMIN
- TELEMETRO BUSHNELL

10 – DADOS DO ENGENHEIRO PROJETISTA

NOME COMPLETO

E U S E B I O L E O N E L G O N Ç A L V E S

ENDEREÇO

R U A C A R L O S L I S D E G N O C A R L U C C I 4 2 0

ENDEREÇO (CONTINUAÇÃO)

BAIRRO

B U T A N T Ã

CIDADE

S Ã O P A U L O

UF

S P

REG.CREA

0 6 0 1 1 7 3 4 7 1

FORMAÇÃO

E N G E N H E I R O E L E T R O N I C O

CEP

0 5 5 3 6 - 0 0 0 0

TELEFONE

1 1 - 3 7 3 9 3 2 4 4

FAX

-

E-MAIL

e u s e b i o l e o n e l @ g m a i l . c o m

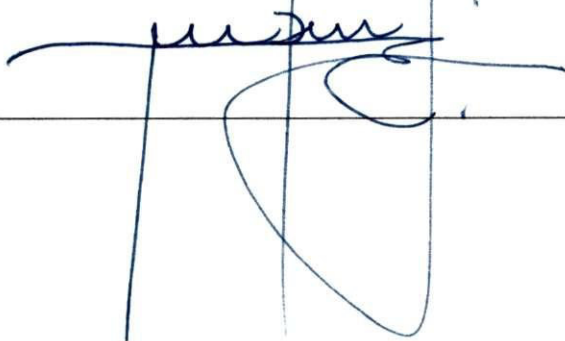
LOCAL

S Ã O P A U L O

DATA

2 6 / 0 6 / 2 0 1 3

ASSINATURA



3



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo

ART de Obra ou Serviço
92221220130813824

1. Responsável Técnico

EUSEBIO LEONEL GONCALVES

Título Profissional: Engenheiro Eletrônico

Empresa Contratada:

RNP: 2604849534

Registro: 0601173471-SP

Registro: 0000000-SP

2. Dados do Contrato

Contratante: Associação Cultural Comunitária Gaivota

Endereço: Rua CARLOS GOMES

Complemento:

Cidade: Ubatuba

Contrato: Sem número

Valor: R\$ 1.000,00

Ação Institucional:

Celebrado em: 24/06/2013

Tipo de Contratante: Pessoa jurídica de direito privado

CPF/CNPJ: 02.848.983/0001-46

Nº: 100

Bairro: PEREQUE-AÇU

UF: SP

CEP: 11680-000

Vinculada à Art nº:

3. Dados da Obra Serviço

Endereço: Rua DR. ESTEVES DA SILVA

Complemento:

Cidade: Ubatuba

Data de Início: 24/06/2013

Previsão de Término: 15/07/2013

Coordenadas Geográficas: 23° 25' 58" (S) / 45° 04' 16" (W)

Finalidade: Outro

Proprietário: Associação Cultural Comunitária Gaivota

Nº: 147

Bairro: CENTRO

UF: SP

CEP: 11680-000

Código:

CPF/CNPJ: 02.848.983/0001-46

4. Atividade Técnica

Execução

2

Vistoria

Sistemas de
Telecomunicação

de Comunicação

Quantidade

Unidade

25,00

watt

Ensaio

Equipamento de
Telecomunicação

de Comunicação

25,00

watt

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Laudo de Vistoria para fins de renovação da licença de funcionamento de emissora do Serviço de Radiodifusão Comunitária
Laudo de Ensaio em transmissor de frequência modulada, para fins de renovação da licença de funcionamento.

6. Declarações

Acessibilidade: Declaro que as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, não se aplicam às atividades profissionais acima relacionadas.

Engº Eusebio Leonel Gonçalves
CREA 060.117.347-1

Ministério das Comunicações - SCS
Página 2/2
Rubrica

7. Entidade de Classe

68 - SEESP - SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DE SÃO PAULO - SEESP

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

Engº Eusebio Leonel Gonçalves de 2013

Engº Eusebio Leonel Gonçalves

CREA 060.117.347-1

EUSEBIO LEONEL GONCALVES - CPF: 675.950.148-91

Associação Cultural Comunitária Garçota - CPF/CNPJ: 02.848.983/0001-46

9. Informações

- A presente ART encontra-se devidamente quitada conforme dados constantes no rodapé-versão do sistema, certificada pelo Nosso Número.

- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.creasp.org.br ou www.confea.org.br

- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

www.creasp.org.br
tel: 0800-17-18-11



Valor ART R\$ 45,00 Registrada em: 24/06/2013 Valor Pago R\$ 45,00 Nosso Numero: 92221220130813824 Versão do sistema

[Handwritten signature]



Comprovante de Transação Bancária
Boleto de Cobrança
Data: 24/06/2013
Nº de controle: 288.382.318.102.50 | Documento: 0000463

Conta de débito: Agência: 599 | Conta: 1192-4 | Tipo: Conta-Corrente
Nome: EUSEBIO LEONEL GONCALVES

Código de barras: 00199.22210 29222.122011 30813.824213 1 57480000004500
Banco cedente: 001 - BANCO DO BRASIL S.A.
Data do vencimento: 03/07/2013
Data de débito: 24/06/2013
Valor total: R\$ 45,00
Descrição: CREA-SP

A transação acima foi realizada por meio do Bradesco Internet Banking.

Autenticação

oCGFgOck GUm8WGgg dSQdp*rE PvZb@U? GQ3drHyU Esj2XuRF oUNeAZI? 2#FRyPbi
CaCGZqCB X#MBM8Uc Bj47bgKK ibbmo5pm kUg3#pev EwjvX2Vw isNwkDok vJ2huTYZ
AY94nfnT Hc4RjVYo ycUZrLP@ Oe5dd7Ey #be3p@hQ cT2R?@9J 04310143 04365002

SAC - Serviço de Apoio ao Cliente
Alô Bradesco 0800 704 8383 Deficiente Auditivo ou de Faia 0800 722 0099 Cancelamentos, Reclamações e Informações Atendimento 24 horas por dia, 7 dias por semana.
Ouvidoria 0800 727 9933 Atendimento de segunda a sexta-feira das 8h às 18h, exceto feriados.
Demais telefones consulte o site **Fale Conosco**.

Ministério das Comunicações - S.C.E.
Fla. 92
Rubrica 9M



BANCO DO BRASIL

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo

Agência / Código do Cedente: 3336-7/00401783-8

Nosso Número: 92221220130813824

Recibo do Sacado

SACADO: EUSEBIO LEONEL GONCALVES		CREASP: 0601173471
Data de Emissão: 24/06/2013		Data Vencimento: 03/07/2013
Numero ART:92221220130813824		
Valor		R\$ 45,00

Depósitos ou transferências entre contas não serão reconhecidos por nossos sistemas.
A quitação do título ocorrerá somente após a informação do crédito bancário.

Autenticação Mecânica

-----CORTE AQUI-----



BANCO DO BRASIL | 001-9 |

00199.22210 29222.122011 30813.824213 1 57480000004500

Local de pagamento					Vencimento
PAGUE PREFERENCIALMENTE NAS AGÊNCIAS DO BANCO DO BRASIL					03/07/2013
Cedente					Agência / Código do Cedente
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo					3336-7/00401783-8
Data da Emissão	Número do Documento	Espécie doc.	Aceite	Data do Processamento	Nosso número/Código Documento
24/06/2013	92221220130813824	RC	N	24/06/2013	92221220130813824
Uso do banco	Carteira	Espécie Moeda	Quantidade	Valor	(=) Valor do Documento
	18-027	R\$			R\$ 45,00
Instruções (Texto de responsabilidade do cedente) NÃO RECEBER APÓS O VENCIMENTO. BOLETO REFERENTE A ART N°92221220130813824 Unidade Cedente: 3336					(-) Desconto / Abatimentos
					(-) Outras deduções
					(+) Mora / Multa
					(+) Outros acréscimos
					(=) Valor cobrado
Sacado EUSEBIO LEONEL GONCALVES					
Sacador/Avalista					Código de baixa

Ficha de Compensação/Autenticação mecânica



-----CORTE AQUI-----

Ministério das Comunicações - S. C. E.
Fis. 53
Rubrica 57

ATENÇÃO:

OS BOLETOS DEVEM SER PAGOS EM SEPARADO, POIS CADA CÓDIGO DE BARRA É ESPECÍFICO A UM TRIBUTO O VALOR PAGO COM CÓDIGO INCORRETO PERMANECERÁ PENDENTE DE QUITAÇÃO.

1. INFORMAÇÕES

Radiodifusão Comunitária - Código - 231
- Quantidade de estações referente ao ano 2012:
A-TODOS OS TIPOS DE ESTACAO - 1

Referência: SP - Ubatuba

2. MENSAGEM

2º Boleto - CFRP

Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL		Data do Processamento 08/03/2013	VENCIMENTO 31/03/2013
Contribuinte: ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL GAIVOTA		Nosso Número (Nº Fistel-Seq-DV) 50011469331-0022-65	
(=) Valor do Documento 10,00	(+)Mora/Multa/Juros	(+)Outros Acréscimos	(=)Valor Total

Autenticação Mecânica Recibo do Contri'

1º Boleto - TFF

Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL		Data do Processamento 08/03/2013	VENCIMENTO 31/03/2013
Contribuinte: ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL GAIVOTA		Nosso Número (Nº Fistel-Seq-DV) 50011469331-0021-49	
(=) Valor do Documento 66,00	(+)Mora/Multa/Juros	(+)Outros Acréscimos	(=)Valor Total

Autenticação Mecânica Recibo do Contribuinte

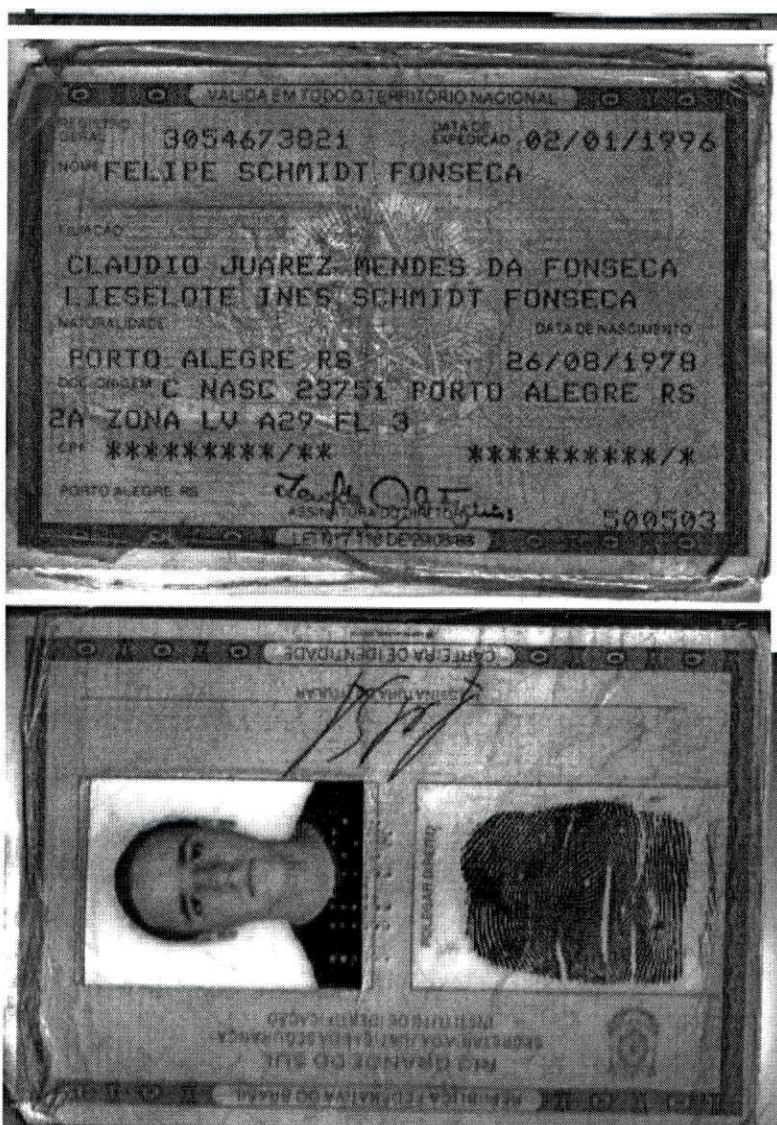
19/03/2013 - BANCO DO BRASIL - 12:28:06
274812593 0135

COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TITULOS

BANCO DO BRASIL S.A.

00193672340500114693431002265218556540000001000
NOSSO NUMERO 50011469331002265
CONVENIO 00367230
AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNI
AGENCIA/COD. CEDENTE 1607/00333018
DATA DE VENCIMENTO 31/03/2013
DATA DO PAGAMENTO 19/03/2013
VALOR DO DOCUMENTO 10,00
VALOR COBRADO 10,00

NR.AUTENTICACAO 9.010.00E.F/4.142.800
LEIA NO VERSO COMO CONSERVAR ESTE DOCUMENTO,
ENTRE OUTRAS INFORMACOES.



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO DE AEROS 5.618.871-7 DATA DE EXPIRAÇÃO 21/OUT/92

NOME RICARDO MARQUES DA SILVA AYROZA

TIPOÇÃO VICTOR MARQUES DA SILVA AYROZA JUNIOR E VICTORIA BLANCO AYROZA

NACIONALIDADE S. PAULO - SP DATA DE NASCIMENTO 29/JAN/1953

DOC. ORIGEM SDO PAULO - SP JD. PAULISTA CC: LV. 8014/FLB. 253 /N. 004105

26913816820

ASSINATURA DO DETENTOR

LEI Nº 7.116 DE 23/08/03

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DA SEGURANÇA PUBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICACAO RICARDO GUMBERTO DALANT

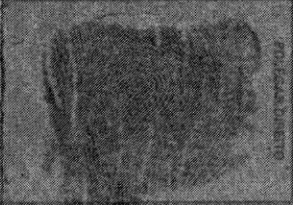
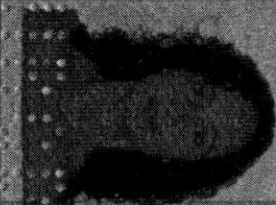
4102-5

ASSINATURA DO DETENTOR

POLECAR ORDEM

IDENTIFICACAO



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
ESTADO DE SÃO PAULO 8100-0	
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA	
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RIGARDO GUMBLETON DAUNT	
	
PROIBIDO PLASTIFICAR	
ASSINATURA DO TITULAR	
CARTEIRA DE IDENTIDADE	
VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
REGISTRO GERAL 6.496.341-X	DATA DE EXPEDIÇÃO 24/JAN/2006
NOME SANDRA EPSTEIN	
FILIAÇÃO RICHARD ISRAEL EPSTEIN	
E ELLEN EPSTEIN	
NATURALIDADE S. PAULO -SP	DATA DE NASCIMENTO 30/ABR/1956
DOC ORIGEM SÃO PAULO-SP	
IBIRAPUERA	
CC:LV.B12 /FLS.128 /N.003158	
CPF 047269968/78	
24 Delegado Divisionário	
ASSINATURA DO DIRETOR	
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83	

Ministério das Comunicações
Fa. 57
Rubrica 57



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO 8100-0

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

PROIBIDO PLASTIFICAR



B507-023462

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 32.357.457-9 DATA DE EXPEDIÇÃO 05/MAR/2009

NOME THALITA MAIANI

FILIAÇÃO ELCIO MACEDO MAIANI

E SUZANA MARGARIDA MAIANI

NATURALIDADE RIO DE JANEIRO -RJ DATA DE NASCIMENTO 27/JAN/1980

DOC. ORIGEM RIO DE JANEIRO -RJ FREGUESIA LAGOA E GAVEA

CN: LV.A675/FLS.0289/N.024884

CPF 290369598-96

ASSINADO DO DELEGADO

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

Ministério das Comunicações

Recebi

58

55

50

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DE ESTADO DA POLICIA CIVIL

DGPC/DPT/INSTITUTO DE IDENTIFICACAO FELIX PACHECO





ASSINATURA DO TITULAR

Mauro Roberto Neiva

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITORIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 08558966-0

DATA DE EXPEDICAO 19/02/89

NOME MAURO ROBERTO NEIVA

FILIACAO MARCELLO ROBERTSON LIBERALLI

ROSALIA NEIVA LIBERALLI

NATURALIDADE RIO DE JANEIRO

DATA DE NASCIMENTO 17/11/1955

DOD ORIGEM C.NASC LIV 496

FLS 22

TER 0125943 C 03 RIO DE JANEIRO RJ

CPF 63638295

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI N 116 DE 29/08/83

Ministerio das Comunicacoes - SGE

Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3o andar
70044-900 – Brasília - DF



(ETIQUETA OU CARIMBO MP)

Associação Gaivota -
REF: PROCESSO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA
Rua Dr. Esteves da Silva, 147 – sl. 113 – Centro
11680-000 – Ubatuba/SP

Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviço de Radiodifusão
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão
RÔTEIRO DE ANÁLISE LEGAL DE RADCOM



Identificação do Processo

Número: 53000.040711/2013 Localidade / UF: UBATUBA/SP
Entidade: ASSOCIACAO CULTURAL COMUNITARIA GAIVOTA
Aviso: 4 Publicação: 18/03/1999 Prazo: 30 Canal: 285

Processo

1. A Entidade é uma: Associação

2. Quadro Diretivo da Associação ou Fundação

Nome	CPF	Cargo	Mandato	Telefone
José Antônio Gordilho Teixeira de Freitas	547.038.167-68	null	23/10/1998 23/10/1998	
Susana Margarida Maiani	455.948.138-53	null	23/10/1998 23/10/1998	
Elcio Macedo Maiani	759.868.098-15	null	23/10/1998 23/10/1998	
Carmem Silvia Gurgel de Oliveira	667.235.747-53	null	23/10/1998 23/10/1998	
José Henrique Lopes de Oliveira	646.847.178-87	null	23/10/1998 23/10/1998	

3. Conclusão Geral (Parecer Legal)

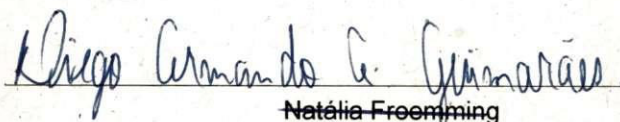
Pendências:

- Certidão Negativa ANATEL (20.3, 'b');
- Ata de eleição da Diretoria em exercício, devidamente registrada (20.3, 'e');
- Cópia do RG e CPF (art. 9º, §2º, III e IV da Lei nº. 9.612 e subitem 8.1, 'e' da Norma 1/2011);
- Último relatório do Conselho Comunitário (20.3, 'h'), conforme subitem 21.4.1.

Mapa RadCom:

- Declaração de que a emissora apresenta os mesmos parâmetros técnicos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações (20.3, 'a'): FL. 05;
- CNPJ válido e atual (20.3, 'c'): FL. 07;
- Estatuto atualizado ou cópia das alterações (20.3, 'd'): FL. 11 à 26.

É o relatório.


Natália Froemming



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar 70044-900 - Brasília - DF
(61) 3311-6281

Ofício nº 699 /2014/CGRC/SCE-MC

Brasília, 30 de janeiro de 2014.

Ao Senhor

Representante Legal

Representante Legal da Associação Cultural Comunitária Gaivota
Rua Dr. Esteves da Silva, 147 - sala 113/114
11.680-000 Ubatuba / SP

Assunto: **Encaminha Nota Técnica relativa a análise do Processo nº 53000.040711/2013.**

Senhor Representante Legal,

1. Tendo em vista a análise realizada no processo nº 53000.040711/2013, na localidade de **Ubatuba / SP**, no qual essa Entidade requer renovação outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, encaminhamos cópia da Nota Técnica nº 417/2014 que indica pendências passíveis de saneamento pela entidade.
2. Comunicamos, por fim, o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento deste ofício de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que o acompanha, para que a entidade apresente todos esclarecimentos e documentação solicitada sob pena de extinção da outorga.
3. O referido prazo poderá ser prorrogado por uma única vez, por igual período, **apenas** na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, bem como nos casos de emergência ou de calamidade pública, regularmente comprovados, desde que a requerente apresente uma solicitação formal neste sentido, dentro do prazo para cumprimento das exigências. Decorrido esse prazo, a documentação encaminhada será considerada intempestiva. Ressaltamos ainda que não serão aceitas prorrogações de prazo solicitadas por fax, e-mail ou telefone.
4. Aproveitamos para informar que esta Secretaria poderá, a seu critério, enviar comunicados oficiais via SMS e documentos digitalizados via internet às entidades interessadas, desde que complementem seu cadastro com telefone celular e mantenham atualizado o endereço eletrônico do respectivo representante legal. Ressalte-se que o fornecimento de tais dados implica anuência dessa entidade em receber as referidas comunicações oficiais e deve ser feito por meio de ofício, com assinatura do seu representante legal. Os conteúdos encaminhados por esses meios referem-se tão somente à entidade destinatária e não serão considerados para fins legais como contagem de prazo e ciência de interessado.

Atenciosamente,

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária

CGRC



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária



Nota Técnica nº 417/2014/CGRC/SCE-MC

Assunto: **Constatação de pendências relativas ao requerimento de Renovação de Outorga**

Referência: Processo de renovação nº 53000.040711/2013.
Processo de Outorga nº 53830.002987/1998.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de requerimento de renovação da outorga concedida à **Associação Cultural Comunitária Gaivota** para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Ubatuba / SP**.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a Portaria nº 197, de 1/7/2013, publicada no D.O.U. de 2/7/2013, que estende a data limite para apresentação de pedido de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária até 30/11/2013, solicitamos os documentos explicitados abaixo, na forma dos subitens 8.1 e 20.3 da Norma nº 01/2011:

- I. Certidão negativa de débitos das receitas administradas pela Anatel;
- II. Ata de Eleição da **diretoria em exercício**, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;
- III. Cópia do RG e CPF dos diretores (art. 9º, §2º, III e IV da Lei nº. 9.612 e subitem 8.1, "e" da Norma 1/2011);
- IV. Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 "*O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária*" da Norma nº 01/2011.

CONCLUSÃO

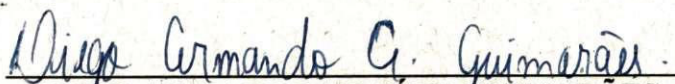
3. Em face do exposto, a entidade deverá ser comunicada para apresentar toda a documentação solicitada acima, no original ou em cópia autenticada, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica, de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que acompanha o ofício de encaminhamento. Transcorrido esse prazo sem que haja respostas, ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o processo será encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado das Comunicações, com vistas à extinção da Autorização outorgada à requerente.

daag/CGRC

4. Informamos, ainda, que o referido prazo poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, apenas na ocorrência de caso fortuito, força maior, emergência ou calamidade pública, regularmente comprovados, desde que se apresente uma solicitação formal neste sentido, subscrita por quem de direito, dentro do prazo inicialmente acordado para cumprimento das exigências. Qualquer documentação encaminhada após o transcurso desse prazo será considerada intempestiva. Ressalte-se que não serão conhecidos pedidos de prorrogações via fax, e-mail ou telefone.


À consideração superior.

Brasília, 29 de janeiro de 2014.


DIEGO ARMANDO ARAÚJO GUIMARÃES
Técnico de Nível Superior

De acordo. Aprovo a Nota Técnica nº 417/2014/CGRC/DEOC/SCE-MC.

Brasília, 30 de janeiro de 2014.


SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária

EXIREN - UBATUBA - SP

14



Assunto: Ofício nº 699/2014/CGRC/SCE-MC,
contendo a Nota Técnica nº 417/2014/CGRC/SCE-MC.
Referência: Processo de renovação nº **53000.040711/2013**.
Processo de Outorga nº **53830.002987/1998**.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF
63000 015813/2014-74
SEAPA/SCE
10/04/2014-08:47

Caros Senhores,

Em resposta às pendências relatadas na Nota Técnica nº 417/2014, enviamos em anexo:

- Cópia da **Ata da Assembleia Geral Ordinária da ACCG realizada em 25 de março de 2013**, na qual foram eleitos sua Diretoria e Conselho Comunitário. A Ata foi recentemente encaminhada para registro pelo Oficial de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica de Ubatuba, pelo que enviamos também uma cópia do **protocolo de registro**. Solicitamos extensão do prazo para envio da Ata devidamente registrada;
- Cópia da **lista de presença** da Assembleia Geral Ordinária da ACCG em 25 de março de 2013;
- Cópia do **Relatório de Avaliação da Programação**, elaborado pelo Conselho Comunitário da ACCG em 25 de outubro de 2013;
- Cópias dos documentos de todos os integrantes da diretoria da ACCG;
- Cópias dos comprovantes de pagamento do FISTEL 2014, realizados em 02 de abril de 2014. Solicitamos também extensão do prazo para envio da Certidão Negativa de Débitos da Anatel.

Ubatuba, 28 de Março de 2014.

Felipe Schmidt Fonseca
Diretor-Presidente

Associação Cultural Comunitária Gaivota
Rua Dr. Esteves da Silva nº 147 - Centro - Ubatuba /SP
CEP 11680-000 fone 12 3833.5550
<http://gaivota.fm.br> – contato@gaivota.fm.br

searc
131



RELATÓRIO DA REUNIÃO DO CONSELHO COMUNITÁRIO DA ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA GAIVOTA

Em atendimento ao subitem 21.4.1. da Norma 01/2011, aprovada pela Portaria nº 462 de 14/10/2011, publicada no D.O.U. Oficial de 18/10/2011, reuniram-se os representantes do Conselho Comunitário, abaixo relacionados, em 23/10/2013, às 19 horas, na Rua Dr Esteves da Silva, n.º 147 sala 113, na cidade de UBATUBA, Estado de São Paulo, com a finalidade de avaliar a programação da emissora "GAIVOTA FM", conforme a grade abaixo descrita:


- Programa **Sertanejo Classe A**, segunda a sexta-feira, das 6h às 8h;
- Programa **Estilo Gaivota**, segunda a sexta-feira, das 11h às 13h;
- Programa **Conexão Gaivota**, terça a quinta-feira, das 13h às 15h;
- Programa **Tarde Gaivota**, segunda a sexta-feira, das 15hs às 18h;
- Programa **Hora do Blues**, sexta-feira das 22hs às 24hs;
- Conteúdo pontual, distribuído ao longo da semana:
 - campanhas de prevenção à dengue, segurança no trânsito, economia no uso de água, incentivo à reciclagem, preservação da natureza, vacinação, entre outras;
 - agenda cultural da cidade de Ubatuba;
 - informes de utilidade pública enviados por associações comunitárias e pelo poder público.


Após discussão e análise da grade supracitada, constatamos que, com fulcro no artigo 4º da Lei 9612, a mesma está em conformidade com a Legislação vigente, e cumpre seu papel como instrumento de comunicação comunitária na localidade.

Ubatuba - SP, 25 de outubro de 2013.


Berenice Maria Gomes Gallo
Fundação Pró-Tamar de Ubatuba

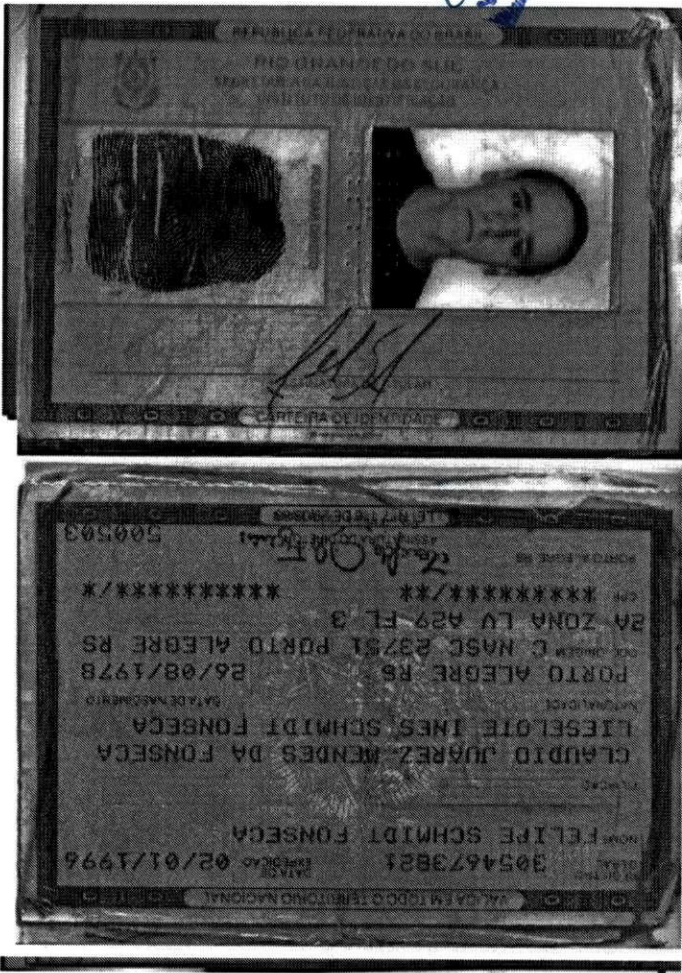

Caio Marco Antonio
Associação Ambiental Somos Ubatuba – ASSU


Elisio Angelo da Mota
Associação dos Estudantes Universitários de Ubatuba


Maria de Jesus Robim
Instituto Florestal


Valeria Cress Gelli
Instituto da Pesca de São Paulo

Ministério das Comunicações - SCE
66





VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 5.618.871-7 DATA DE EXPIRAÇÃO 21/OUT/92

NOME RICARDO MARQUES DA SILVA AYROZA

FILIAÇÃO VICTOR MARQUES DA SILVA AYROZA JUNIOR E VICTORIA BLANCO AYROZA

NATURALIDADE S. PAULO -SP DATA DE NASCIMENTO 29/JAN/1953

DOC. ORIGEM SÃO PAULO - SP JD. PAULISTA CC: LV. 8014/FLS. 253 /N. 004105

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 23/08/83

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DA SEGURANÇA PUBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICACAO RICARDO GUMBERTON DAUNT

4102-5

ASSINATURA DO TITULAR

ASSINATURA DO TITULAR

POLEGAR DIREITO

POLEGAR ESQUERDO

Ministério das Comunicações - SCF
Fls. _____
Rubrica _____

ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

POLEGAR DIREITO

F.D. V-11111
V-11111
GB

RG 4.1111.016

Maria Helena Pinheiro Bressan
ASSINATURA DO PORTADOR

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
SERVIÇO DE IDENTIFICAÇÃO

CEDULA DE IDENTIDADE

NOME: MARIA HELENA PINHEIRO
BRESSAN

FILIAÇÃO: Alberto H. Bressan e
Maria H. P. Bressan

NASCID a DOS 27 outubro 1951
EM S. Paulo Capital

COR DA PELE branca OLHOS verdes

OBS.:
São Paulo (Brasil) 5 de janeiro de 1968

DIRETOR DO SERVIÇO DE IDENTIFICAÇÃO
SÃO PAULO - URP 24 2100-2

Ministério das Comunicações
Fls. 40
Rubrica

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICACAO RICARDO GUMBLETON DA UNIT

101-6

POLEGAR DIREITO

POLEGAR ESQUERDO

Carolina Striemer
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 43.464.951-X DATA DE EXPEDICAO 02/MAR/2005

NOME CAROLINA STRIEMER

FILIAÇÃO PETER MICHAEL STRIEMER
E SUSANA MARGARIDA MAIANI

NATURALIDADE S. PAULO -SP DATA DE NASCIMENTO 05/MAI/1983

DDO ORCEN SMO PAULO-SP
BELA VISTA
DN: LV. 890 / FLS. 237V/N. 054944
CH 319484038/03

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI N° 7.116 DE 29/08/83



02/04/2014
274818337

BANCO DO BRASIL

12:29:36
0185

COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TÍTULOS

BANCO DO BRASIL S.A.

00194569794500114693031002381213160190000006600
NOSSO NÚMERO 50011469331002381
CONVENIO 00456974
FISTEL - TX DE FISCALIZ E FUNC 1607/00333218
AGENCIA/COD. CEDENTE 31/03/2014
DATA DE VENCIMENTO 02/04/2014
DATA DO PAGAMENTO 66,00
VALOR DO DOCUMENTO 1,10
MULTA/JUROS 67,10
VALOR COBRADO

NR AUTENTICACAO 1,5F4.747.E98.B44.AA1
LEIA NO VERSO COMO CONSERVAR ESTE DOCUMENTO.
ENTRE OUTRAS INFORMACOES.

31002.381213 1 60190000006600

Recibo do Pagador

Comunicações - ANATEL

Recibo do Pagador

la Norte, 4º Andar, Brasília - DF

FF - Código= 1329 - Ano = 2014

6 ao dia até o máximo de 20%

ção

até : 02/04/2014

Data do Processamento
02/04/2014 -

Vencimento
31/03/2014

Nosso Número(Seq-dv)
50011469331-0023-81

(=)Valor do Documento	(*)Mora/Multa/Juros	(*)Outros Acréscimos	(=)Valor Cobrado
66,00	1,10		67,10

Pagador: ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL GAIVOTA
CNPJ/CPF: 02848983000146

Autenticação Mecânica



TEI - Impressão

<http://sistemas.anatel.gov.br/Boleto/Internet/Mon...>

02/04/2014 12:38:00
274618337 BANCO DO BRASIL 0186

COMPROVANTE DE PAGAMENTOS COM COD.BARRA

Convenio GRU-GUTA RECOL. UNIAO(REF) 10170363126-2
Codigo de Barras 85880000000-8 14693310024-2
72049265001-1 02/04/2014
Data do pagamento 10,17
Valor em Dinheiro 0,00
Valor em Cheque 10,17
Valor Total
NR. AUTENTICACAO 1.2EB.885.126.244.9AE

ACIONAL
io - GRU

COMUNITARIA

IAFI, UTILIZAR:

Código do Recolhimento	12672
Número (NRO) de Referência - FISTEL	500114693310024
Competência	-
Vencimento	31/03/2014
CNPJ/CPF Contribuinte	02848983000146
Unidade Favorecida	413001/41231
(=) Valor do Principal	10,00
(-) Descontos/Abatimento	*****
(-) Outras deduções	*****
(+) Mora/Multa	0,07
(+) Juros/Encargos	0,10
(+) Outros Acréscimos	
(+) Valor Total	10,17

2014: para o pagamento da Radiodifusão Pública - Código= 4200 - ano =

Quantidade de estações:
A - TODOS OS TIPOS DE ESTACAO - 1

2. Mensagem

3. Regras

- Multa: R\$ 0,07 - Juros: R\$ 0,10
- Não conceder desconto/abatimento/dedução
- Valor calculado para pagamento até :

02/04/2014

Outro boleto poderá ser obtido no site: <http://sistemas.anatel.gov.br/boleto>

GRU - Simples

Pagamento exclusivo no Banco do Brasil S.A

858800000008 101703631262 720492650011 146933100242





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		
MINISTÉRIO DAS CIDADES		
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO		
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO		
VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 780506091	NOME THALITA MAIANI	
	DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF 32357457 SSP/SP	
	CPF 290.369.598-96	DATA NASCIMENTO 27/01/1980
	FILIAÇÃO ELCIO MACEDO MAIANI SUZANA MARGARIDA MAIAN I	
	PERMISSÃO I	ACC. B
CAT. HAB. B		
Nº REGISTRO 01696516811		VALIDADE 06/09/2018
		1ª HABILITAÇÃO 13/04/1998
OBSERVAÇÕES A		
ASSINATURA DO PORTADOR		
LOCAL UBATUBA, SP		DATA EMISSÃO 16/09/2013
ASSINATURA DO EMISSOR Daniel Antônio Coordenador Geral de Trânsito SP		00841880436 SP595399410
DETRAN-SP (SÃO PAULO)		

LISTA DE PRESENÇA DE ASSOCIADOS NA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA GAIVOTA – ACCG – 25 DE MARÇO DE 2013.

FELIPE SCHMIDT FONSECA

CAROLINA STRIEMER

MARIA HELENA PINHEIRO BRESSAN

MAURO ROBERTO NEIVA LIBERALLI

RICARDO MARQUES DA SILVA AYROZA

SANDRA EPSTEIN

SUSANA MARGARIDA MAIANI

THALITA MAIANI



ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA GAIVOTA - ACCG

Aos vinte e cinco dias do mês de Março do ano de dois mil e treze, atendendo à convocação feita pelo Diretor-Presidente da Associação Cultural Comunitária Gaivota, reuniram-se em Assembleia Geral Ordinária, às 18:00 horas, na sede da Associação, à Rua Dr. Esteves da Silva nº 147, sala 113, Shopping Iperoig, Centro, Ubatuba-SP, os associados Felipe Schmidt Fonseca, Ricardo Marques da Silva Ayroza, Maria Helena Pinheiro Bressan, Mauro Roberto Neiva Liberalli, Susana Margarida Maiani, Sandra Epstein, Carolina Striemer e eu, Thalita Maiani, para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta de convocação: 1) Apresentação das contas do exercício de 2012; 2) Relatório de ações da ACCG e da Rádio Comunitária Gaivota FM; 3) Eleição e posse da Diretoria da ACCG; 4) Eleição do Conselho Comunitário. A pedido do Diretor-Presidente, o associado Mauro Roberto Neiva Liberalli, Diretor da Rádio Comunitária Gaivota FM, apresentou as campanhas de utilidade pública divulgadas através da Rádio em 2012: 1 – prevenção à dengue; 2 – segurança no trânsito; 3 – economia no uso de água; 4 – incentivo à reciclagem; 5 – preservação da natureza; 6 – campanhas de vacinação. Relatou ainda que a Rádio Gaivota FM divulga regularmente a agenda cultural da cidade, dando especial atenção a artistas e produtores culturais locais. Em seguida, o Diretor-Presidente apresentou as contas da ACCG relativas ao exercício de 2012, as quais, sendo examinadas por todos os presentes, foram aprovadas. Dando sequência à pauta, o Diretor-Presidente solicitou aos associados que procedessem à votação para os cargos da Diretoria da Associação. Apurados os votos, a Diretoria passa a ser composta por: Felipe Schmidt Fonseca, brasileiro, casado, professor, RG 30.546.738-21 SSP/RS; CPF 918.921.470-68, residente à r. Santa Catarina nº 200, Perequê-Açu, no cargo de Diretor-Presidente; Ricardo Marques da Silva Ayroza, brasileiro, divorciado, do comércio, RG 5.618.871-7 SSP/SP, CPF 763.138.168-20, residente à r. Carlos Gomes nº 100, Perequê-Açu, no cargo de Diretor Vice-Presidente; Thalita Maiani, brasileira, solteira, jornalista, RG 32.357.457-9 SSP/SP, CPF nº 290.369.598-96, residente à r. Carlos Gomes nº 100, Perequê-Açu, no cargo de Diretora Primeira Secretária; Sandra Epstein, brasileira, separada judicialmente, artista plástica, RG 6.496.341 SSP/SP, CPF 047.269.968-78, residente à r. Carlos Gomes nº 100, Perequê-Açu, no cargo de Diretora Segunda Secretária; Maria Helena Pinheiro Bressan, separada judicialmente, advogada, RG 4.444.016 SSP/SP, CPF 692.275.948/68, residente à r. Santa Catarina 220 ap.12, no cargo de Diretora Primeira Tesoureira; Carolina Striemer, brasileira, casada, designer de moda, RG 43.464.951-X SSP/SP, CPF

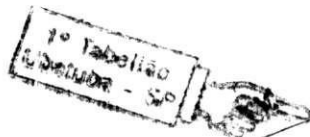


319.484.038-03, residente à r. Santa Catarina nº 200, Perequê-Açu, no cargo de Diretora Segunda Tesoureira. Em seguida, o Diretor-Presidente solicitou que os presentes passassem à eleição do Conselho Comunitário da Associação, que continua sendo composto pelos seguintes integrantes: Valeria Cress Gelli, RG 16.367.506, CPF 526643250/00, Assistente Técnica do Instituto de Pesca de São Paulo; Maria de Jesus Robim, RG 8.633.467, CPF 789611498/49, Pesquisadora Científica do Instituto Florestal; Berenice Maria Gomes Gallo, RG 10.343.721, CPF 428703210/15, Diretora da Fundação Pró-Tamar de Ubatuba; Caio Marco Antonio, RG 20.952.183-1, CPF 262184768/47, Gerente Executivo da Associação Ambiental Somos Ubatuba – ASSU; Elisio Angelo da Mota, RG 22.472.888-X, CPF 114161648/39, Presidente da Associação dos Estudantes Universitários de Ubatuba. Nada mais constando da pauta, o Diretor-Presidente deu por encerrados os trabalhos, pedindo a mim, Diretora Primeira-Secretária, que lavrasse a ata, para os devidos fins de direito.

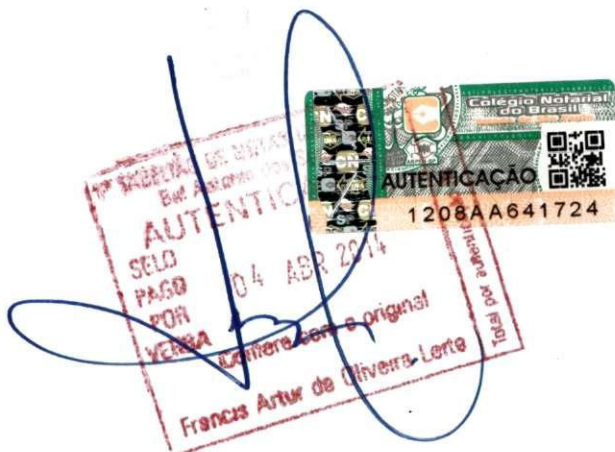
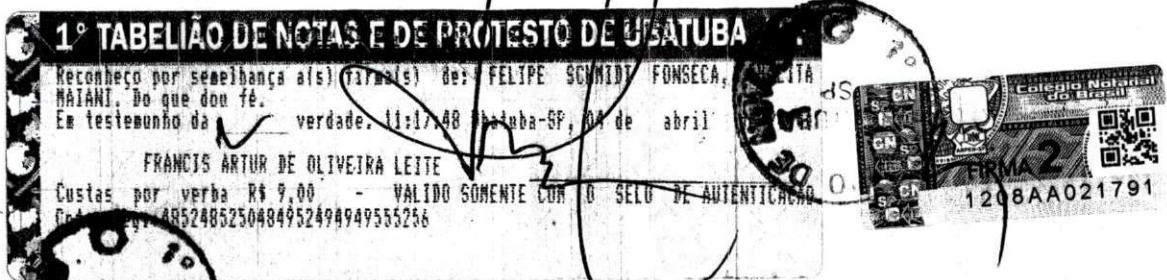
04 ABR 2014



Felipe Schmidt Fonseca
Diretor-Presidente



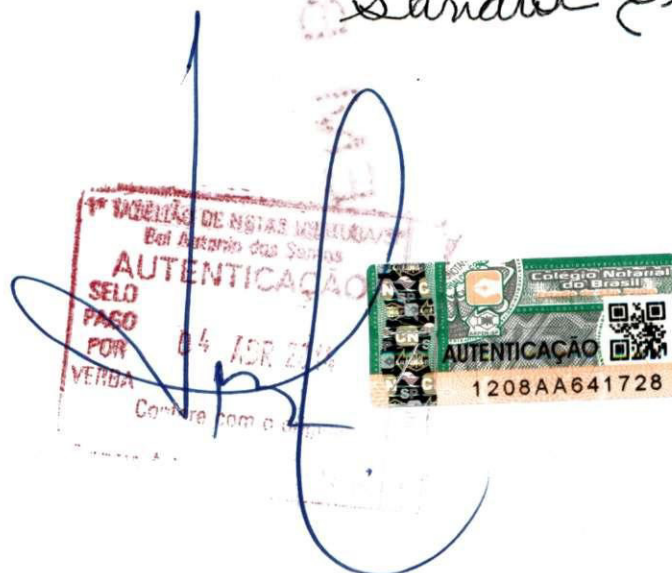
Thalita Maiani
Diretora Primeira Secretária





LISTA DE PRESENÇA DE ASSOCIADOS NA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA GAIVOTA – ACCG – 25 DE MARÇO DE 2013.

Nome	RG	Assinatura
CAROLINA STRIEMER	43464951-X	Carolina Striemer
FELIPE SCHMIDT FORJES	305467384	Felipe Schmidt Forjes
THALITA MAIANI	323574579	Thalita Maiani
MARCO ROBERTO NEIVA LIBERATI	86589660-7 SP	Marco Roberto Neiva Liberati
Susana Margarete Maiani	5555024 SP	Susana Margarete Maiani
RICARDO MARQUES DA SILVA	5.618871-7 SP	Ricardo Marques da Silva
MARIA HELENA PINHEIRO BRESSAN	4444016 SP	Maria Helena Pinheiro Bressan
Sandra Epstein		Sandra Epstein



Associação Cultural Comunitária Gaivota
Rua Dr. Esteves da Silva nº 147 - Centro - Ubatuba /SP
CEP 11680-000 fone 12 3833.5550
<http://gaivota.fm.br> – contato@gaivota.fm.br

**Oficial de Registrô de Imóveis,
Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica**

Av. Dona Maria Alves, 518 - Centro - Ubatuba - SP - CEP 11680-000
tel.: (12) 3832-3266

Nº Recepção: 37.168

Apres: Felipe

Tel.: (0012) 9786-8091

Parte: Associação Cultural Comunitaria Gaivota

Apresentado em 04/04/2014 **para** Registrar

Natureza do Documento: Ata

Obs.:

☒ **com valor** R\$0,00

☒ **sem valor** 0 **página(s)** 0 **via(s)**

Cálculo: R\$ 50,35

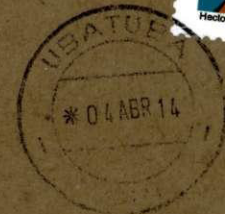
Depósito: R\$ 50,35

Saldo: R\$0,00 **Data Prometida:** 18/04/2014

Obs.: O depósito inicial é somente um valor aproximado
do cálculo final das custas.

A devolução do documento somente
será feita mediante apresentação deste
protocolo

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E
DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
Thais Ribeiro de Souza
Auxiliar
UBATUBA - Estado de São Paulo

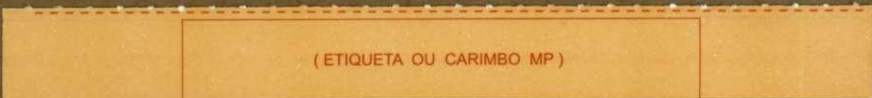


MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICAS
COORDENADORIA-GERAL DE MONTAGEM COMUNITÁRIA
ESPALANAS DO MINISTÉRIO, BLOCO R, 3º ANDAR
70044-900 - BRASÍLIA / DF





FEU de setembro 1950
Assessoria da Voto
M. S. Trudy D. Silva, 147-56.113
11680-000 - 1168000 / SP





TERMO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Foi providenciada a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, devendo o processo físico ser encaminhado ao Serviço de Arquivo Geral e Biblioteca para arquivo.
3. A partir desta data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI, devendo este fato ser informado ao interessado na primeira oportunidade.

Brasília, 23 de julho de 2014.



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Damacena Ferreira, Arquivista**, em 23/07/2014, às 13:03, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0051999** e o código CRC **4E3D1230**.



DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil



Ano CXL Nº 145

Brasília - DF, quarta-feira, 30 de julho de 2003 R\$ 1,64

Sumário

	PÁGINA
Atos do Congresso Nacional.....	1
Atos do Poder Executivo.....	3
Presidência da República.....	9
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	11
Ministério da Ciência e Tecnologia.....	11
Ministério da Cultura.....	21
Ministério da Defesa.....	22
Ministério da Fazenda.....	22
Ministério da Integração Nacional.....	84
Ministério da Justiça.....	84
Ministério da Previdência Social.....	88
Ministério da Saúde.....	91
Ministério das Comunicações.....	106
Ministério de Minas e Energia.....	107
Ministério do Desenvolvimento Agrário.....	117
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	118
Ministério do Trabalho e Emprego.....	122
Ministério dos Transportes.....	123
Tribunal de Contas da União.....	124
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais	174

Atos do Congresso Nacional

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Paulo Paim, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 337, DE 2003

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO FM JARDIM DE CAJOBI LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 151 de 27 de março de 2001, que outorga permissão à Rádio FM Jardim de Cajobi Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cajobi, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 29 de julho de 2003
Senador PAULO PAIM
Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Paulo Paim, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 338, DE 2003

Aprova o ato que outorga permissão à KYNO FILMES PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Gurupi, Estado do Tocantins.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 424, de 22 de março de 2002, que outorga permissão à Kyno Filmes Produções Cinematográficas Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Gurupi, Estado do Tocantins.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 29 de julho de 2003
Senador PAULO PAIM
Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Paulo Paim, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 339, DE 2003

Aprova o ato que outorga permissão à KYNO FILMES PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Araguaína, Estado do Tocantins.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 423, de 22 de março de 2002, que outorga permissão à Kyno Filmes Produções Cinematográficas Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Araguaína, Estado do Tocantins.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 29 de julho de 2003
Senador PAULO PAIM
Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Paulo Paim, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 340, DE 2003

Aprova o ato que outorga concessão à KYNO FILMES PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Araguatins, Estado do Tocantins.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 15 de abril de 2002, que outorga concessão à Kyno Filmes Produções Cinematográficas Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Araguatins, Estado do Tocantins.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 29 de julho de 2003
Senador PAULO PAIM
Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Paulo Paim, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 341, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a RÁDIO JUVENTUDE COMUNITÁRIA DE FERROS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ferros, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 130, de 19 de março de 2001, que autoriza a Rádio Juventude Comunitária de Ferros a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ferros, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 29 de julho de 2003
Senador PAULO PAIM
Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Paulo Paim, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 342, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA GAIVOTA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ubatuba, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 301, de 16 de maio de 2001, que autoriza a Associação Cultural Comunitária Gaivota a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ubatuba, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 29 de julho de 2003
Senador PAULO PAIM
Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no
exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Paulo Paim, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo

NOTA TÉCNICA Nº 10766/2014/SEI-MC

Processo de Renovação nº: **53000.040711/2013-14**

Processo de Outorga nº: **53830.002987/1998**

Assunto: **Exigências relativas ao requerimento de renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do pedido de renovação de outorga da **ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA GAIVOTA**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Ubatuba/SP**.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a análise realizada no processo, observou-se a necessidade de saneamento de pendências relativas à documentação que instrui o requerimento, devendo a entidade providenciar o envio dos itens dispostos abaixo, na forma dos subitens 8.1 e 20.3 da Norma nº 1/2011:

I.. Da leitura do Estatuto Social apresentado pela entidade, constata-se a necessidade de adequação da atual redação do artigo 18º, § 4º, ao disposto no item 8.2, alínea "h.3" da Norma nº 1/2011, conforme transcrição a seguir:

8.2. *O Estatuto Social das associações comunitárias e das fundações interessadas em executar o serviço deverá:*

(...)

h) indicar o modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos e administrativos da entidade, estabelecendo:

(...)

*h.3) o tempo de mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de 4 (quatro) anos, sendo admitida **uma recondução**.*

" Art. 18º, § 4º do Estatuto Social - **É permitida a reeleição dos membros da Diretoria**, salvo os impedidos pelo Estatuto."

II. As alterações estatutárias promovidas devem ser devidamente averbadas junto ao registro inicial do Estatuto Social, ou seja, no Registro de Pessoas Jurídicas, mediante apresentação de certidão cartorária que vise tal comprovação.

III. O Estatuto Social no seu artigo 1º informa: "... sede à Rua Dr. Esteves da Silva nº 147, lojas 113 e 114, Shopping Iperoig, Centro, Ubatuba, Estado de São Paulo."

O CNPJ da entidade informa endereço: Rua Carlos Gomes nº 100 - Pereque-Açu - Ubatuba/SP, assim como o Requerimento para Renovação da Outorga apresentado, devendo esclarecer qual o endereço da sede da Entidade e promover a devida correção.

IV. Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 01/2011, versando sobre a programação veiculada pela emissora, **acompanhado da Grade de Programação**.

CONCLUSÃO

3. Diante do exposto, a entidade deverá ser comunicada para **apresentar** toda a documentação solicitada, sob pena de indeferimento do pedido de renovação e consequente extinção da autorização.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Galvão, Delegado**, em 25/09/2014, às 17:49, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.

Nº de Série do Certificado: 1217060



Documento assinado eletronicamente por **Tereza Kioko Taira Okubaru, Advogado**, em 26/09/2014, às 09:26, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0140704** e o código CRC **C76CE3D0**.



Ministério das Comunicações

Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo
Rua Mergenthaler, 592, Bloco 1, Mezanino (ECT) - Vila Leopoldina - CEP: 05311-900 -
São Paulo-SP.
Fone: (11) 3101-0123

Ofício nº 11587/2014/SEI-MC

São Paulo, 16 de setembro de 2014

Ao Senhor
FELIPE SCHMIDT FONSECA
Representante Legal da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL GAIVOTA
Rua Dr. Esteves da Silva nº 147 - sl. 113/114
11680-000 /Ubatuba - SP

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.040711/2013-14.**

Senhor Representante Legal,

1. Cumprimentando-o cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da Nota Técnica nº **10766/2014/SEI-MC**, desta Delegacia Regional, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena da **extinção da outorga**.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Galvão, Delegado**, em 25/09/2014, às 17:49, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.
Nº de Série do Certificado: 1217060



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0140983** e o código CRC **0E46D761**.

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

Ofício nº 11587/2014/SEI-MC

São Paulo, 16 de setembro de 2014

Ao Senhor
FELIPE SCHMIDT FONSECA
Representante Legal da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL GAIVOTA
Rua Dr. Esteves da Silva nº 147 - sl. 113/114
11680-000 / Ubatuba - SP

UF PAÍS / PAYS

Assunto: Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.040711/2013-14.

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATION

02/10/14

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

(JOSE ANTONIO BRUM)

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO
SIGNATURE DE L'AGENT

Agente de Correios
Matricula: 81127294
CDU UBATUBA



ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

75240203-0

FC0463 / 16

114 x 186 mm



AVISO DE
RECEBIMENTO

AR

(CÓDIGO DE BARRAS DO Nº DE REGISTRO DO OBJETO)

AVIS CN07

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA / DE LIVRAISON

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

JH 88060264 4 BR

: h : h : h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

DELEGACIA REGIONAL DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

NO ESTADO DE SÃO PAULO

RUA MERCANTIL 592 - BLOCO 1 - MEZANINO - VILA LEOPOLDINA

FONES (11) 3101-0123 - FAX (11) 3101-8680

CIDADE / LOCALIDADE

CEP: 05311-900 - SÃO PAULO-SP



BRASIL

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR



Assunto: Resposta ao Ofício nº 11587/2014/SEI-MC,
acompanhado da Nota Técnica nº 10766/2014/SEI-MC.
Referência: Processo de renovação nº 53000.040711/2013.
Processo de Outorga nº 53830.002987/1998.

53900.026186/2014-53
31/10/14
0218812

Caros Senhores,

Em resposta às exigências para renovação da outorga relatadas na Nota Técnica nº 10766/2014, enviamos em anexo:

- Ata da **Assembleia Geral Extraordinária** realizada em 17 de outubro de 2014 com a finalidade de **alterar o estatuto da ACCG** para adequar-se às exigências constantes na Nota Técnica 10766 (redação do artigo 18º, Parágrafo 4º). Para registro, por ocasião da Assembleia foi realizada ainda uma alteração adicional no Estatuto, refletindo iniciativas, projetos e intenções atuais da ACCG: a inserção de dois novos itens à listagem de finalidades da Associação.
- Cópia do **cartão do CNPJ** com o endereço atualizado, após a alteração do endereço ter sido efetuada junto à Receita Federal no segundo semestre de 2013. O endereço da ACCG, como consta no Estatuto e agora também no CNPJ, é **Rua Dr. Esteves da Silva, 147, salas 113 e 114**;
- **Requerimento para Renovação da Outorga** com o endereço correto;
- Cópia autenticada do **Relatório da Reunião do Conselho Comunitário da Associação Gaivota**, realizada em 30 de junho de 2014 com a finalidade de avaliar a programação da rádio Gaivota FM;
- Enviamos ainda uma cópia autenticada da **Ata da Assembleia Geral Ordinária da Associação Cultural Comunitária Gaivota (ACCG)** realizada em 25 de março de 2013, na qual foram eleitos e empossados sua Diretoria e Conselho Comunitário.

Ubatuba, 27 de Outubro de 2014.


Felipe Schmidt Fonseca
Diretor-Presidente

Associação Cultural Comunitária Gaivota
Rua Dr. Esteves da Silva nº 147 - Centro - Ubatuba /SP
CEP 11680-000 fone 12 3833.5550
<http://gaivota.fm.br> – contato@gaivota.fm.br



Ao Sr. Oficial do Cartório de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos da
comarca de Ubatuba

Felipe Schmidt Fonseca, Diretor-Presidente da **Associação Cultural Comunitária Gaivota – ACCG**, vem requerer que seja efetuado o registro da ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 17 de outubro de 2014 convocada com as seguintes finalidades:

1. Inserção de dois itens à listagem de finalidades no estatuto da ACCG:
a) promoção da assistência social, desenvolvimento econômico solidário e combate à pobreza; b) defesa, prevenção e conservação do meio ambiente e desenvolvimento sustentável;
2. Adequação da atual redação do artigo 18º, Parágrafo 4º do estatuto da ACCG ao disposto no item 8.2, alínea “h.3” da Norma nº 1/2011 da legislação de radiodifusão comunitária.


Felipe Schmidt Fonseca
Diretor-Presidente

22/10/14

Associação Cultural Comunitária Gaivota
Rua Dr. Esteves da Silva nº 147 - Centro - Ubatuba /SP
CEP 11680-000 fone 12 3833.5550
<http://gaivota.fm.br> – contato@gaivota.fm.br



**Convocação para Assembleia Geral Extraordinária
da ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA GAIVOTA – ACCG**

Felipe Schmidt Fonseca, Diretor-Presidente da **Associação Cultural Comunitária Gaivota – ACCG**, vem convocar V. S. para a **Assembleia Geral Extraordinária** a realizar-se no dia 17 de outubro de 2014, na sede da ACCG, à rua Dr. Esteves da Silva, 147, sala 113 - Centro – Ubatuba, às 18h00, para deliberar sobre a pauta do dia:

1. Inserção de dois itens à listagem de finalidades no estatuto da ACCG: a) promoção da assistência social, desenvolvimento econômico solidário e combate à pobreza; b) defesa, prevenção e conservação do meio ambiente e desenvolvimento sustentável ;
2. Adequação da atual redação do artigo 18º, Parágrafo 4º do estatuto da ACCG ao disposto no item 8.2, alínea “h.3” da Norma nº 1/2011 da legislação de radiodifusão comunitária.

Ubatuba, 6 de outubro de 2014.


Felipe Schmidt Fonseca
Diretor-Presidente

Associação Cultural Comunitária Gaivota
Rua Dr. Esteves da Silva nº 147 - Centro - Ubatuba /SP
CEP 11680-000 fone 12 3833.5550
<http://gaivota.fm.br> – contato@gaivota.fm.br

LISTA DE PRESENÇA DE ASSOCIADOS NA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA GAIVOTA – ACCG – 17 DE OUTUBRO DE 2014.

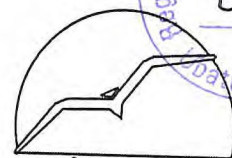
**FELIPE SCHMIDT FONSECA
SUSANA MARGARIDA MAIANI
RICARDO MARQUES DA SILVA AYROZA
MAURO ROBERTO NEIVA LIBERALLI
THALITA MAIANI
CAROLINA STRIEMER
MARIA HELENA PINHEIRO BRESSAN
SANDRA EPSTEIN**

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA GAIVOTA - ACCG

Aos dezessete dias do mês de Outubro do ano de dois mil e quatorze, atendendo à convocação feita pelo Diretor-Presidente da Associação Cultural Comunitária Gaivota, reuniram-se em Assembleia Geral Ordinária, às 18:00 horas na sede da ACCG, à Rua Dr. Esteves da Silva 147, sala 113, bairro Centro, Ubatuba-SP, os associados Felipe Schmidt Fonseca, Ricardo Marques da Silva Ayroza, Carolina Striemer, Maria Helena Pinheiro Bressan, Mauro Roberto Neiva Liberalli, Sandra Epstein, Susana Margarida Maiani, e eu, Thalita Maiani, para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta de convocação: 1) inserção de itens à listagem de finalidades constante do estatuto da ACCG; e 2) adequação da atual redação do artigo 18º, Parágrafo 4º, à Norma nº 1/2011 da legislação de radiodifusão comunitária. Pedindo a palavra, o Diretor-Presidente relatou aos presentes a necessidade de alterar o estatuto da ACCG para melhor refletir a natureza e funcionamento de suas atividades. Propôs a inclusão da assistência social e dos cuidados com o meio ambiente à listagem de finalidades da associação. Após debate com os associados presentes, ficou definida a inserção dos seguintes itens ao Artigo 2º do estatuto: “o) Promover a assistência social às minorias e aos excluídos, o desenvolvimento econômico solidário e o combate à pobreza; p) Desenvolver ações e programas voltados à defesa, à prevenção e à conservação do meio ambiente, bem como a promoção do desenvolvimento sustentável.”. O Diretor-Presidente passou então ao seguinte tema de pauta, a saber a necessidade de adequar o estatuto à Norma nº 1/2011 sobre o serviço de radiofusão comunitária, aprovada pela Portaria nº 462/2011 do Ministério das Comunicações. Desta forma, foi decidido pela alteração do artigo 18º, Parágrafo 4º do estatuto da ACCG, que passa a ser redigido da seguinte forma: “Os membros da diretoria, salvo aqueles impedidos pelo estatuto, poderão ser reconduzidos aos cargos que ocupam por no máximo uma vez.”. Após leitura da íntegra do estatuto, os presentes aprovaram por unanimidade as alterações. Nada mais constando da pauta, o Diretor-Presidente deu por encerrados os trabalhos, pedindo a mim, Diretora Primeira-Secretária, que lavrasse a ata, para os devidos fins de direito.

Felipe Schmidt Fonseca
Diretor-Presidente

Thalita Maiani
Diretora Primeira Secretária



gaivota.fm.br
UBATUBA 104.9



LISTA DE PRESENÇA DE ASSOCIADOS NA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA
ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA GAIVOTA - ACCG - 17 DE OUTUBRO DE
2014.

Nome	RG	Assinatura
FRANCISCO SCHAFFNER FARFAS	3059673821	[Assinatura]
RICARDO MARQUES DA SILVA	5618871-7	[Assinatura]
THALITA MAIANI	32357457-9	[Assinatura]
Susana Mariani	5555021	[Assinatura]
CAROLINA STREMER	43464951-X	[Assinatura]
SANDRA EPSTEIN	6496341	[Assinatura]
MARIS IRENA PIRES DE BARROS	4444016	[Assinatura]
MAURO ROBERTO NEIVA LIBERALI	8658966-0	[Assinatura]



Associação Cultural Comunitária Gaivota
Rua Dr. Esteves da Silva nº 147 - Centro - Ubatuba /SP
CEP 11680-000 fone 12 3833.5550
<http://gaivota.fm.br> – contato@gaivota.fm.br



**ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO CULTURAL
COMUNITÁRIA GAIVOTA**

CAPÍTULO I





Da Constituição, Finalidade e Sede

Artigo 1º - A ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA GAIVOTA - **ACCG** - é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, com sede à Rua Dr. Esteves da Silva nº 147, lojas 113 e 114, Shopping Iperoig, Centro, Ubatuba, Estado de São Paulo.

Parágrafo Único - A ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA GAIVOTA terá duração por prazo indeterminado e não fará distinção ou discriminação alguma quanto à nacionalidade, raça, cor, condição social e cultural, credo político, gênero ou religião.

Artigo 2º - A ASSOCIAÇÃO tem por finalidade:

- a) Dar oportunidade à difusão de idéias e elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
- b) Oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- c) Prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- d) Estimular os esforços em favor das relações democráticas na comunicação social;
- e) Promover atividades educacionais e de formação geral;
- f) Incentivar comportamentos de participação, organização e solidariedade, criando ou estimulando para este fim atividades, movimentos e organismos;

- 
- 
- g) Divulgar resultados de pesquisas, estudos, experiências educativas e avaliações;
 - h) Manter convênio e ou se associar a entidades similares para prestação de serviços e assessorias;
 - i) Divulgar e promover suas atividades e finalidades por meio da constituição de órgãos de imprensa e radiodifusão;
 - j) Executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária;
 - k) Prestar serviços compatíveis com suas finalidades, com o fim de arrecadar fundos para a manutenção da Entidade;
 - l) Propugnar pelo estabelecimento de um sistema de comunicação comunitária com o objetivo de dar voz aos segmentos sociais;
 - m) Incentivar a regionalização da produção cultural, artística e jornalística;
 - n) Empreender esforços para preservar e assegurar os direitos à cidadania e à liberdade de expressão nos meios de comunicação;
 - o) Promover a assistência social às minorias e aos excluídos, o desenvolvimento econômico solidário e o combate à pobreza;
 - p) Desenvolver ações e programas voltados à defesa, à prevenção e à conservação do meio ambiente, bem como a promoção do desenvolvimento sustentável.
- 
- 

CAPÍTULO II

Dos Associados

Artigo 3º - Para garantir ampla e efetiva consecução de seus objetivos, a ASSOCIAÇÃO terá número ilimitado de associados, sem distinção de cor, nacionalidade, sexo, profissão, credo religioso, ou vinculação política ou partidária, pessoas físicas ou jurídicas, que preencham os requisitos legais e estatutários, distribuídos nas seguintes categorias:

I- Associados Fundadores - Aqueles que assinaram a ATA de constituição da **ACCG**, conforme registro em cartório.

II- Associados Efetivos - Pessoas físicas ou jurídicas que, aceitando os objetivos e Estatuto da ASSOCIAÇÃO, forem admitidos pelos membros da Diretoria, após regular reunião, análise e nomeação do futuro associado.

III- Associados Colaboradores - Pessoas físicas ou jurídicas, identificadas com os objetivos da ASSOCIAÇÃO e que, não tendo disponibilidade para participar de suas atividades internas, desenvolvam um trabalho de colaboração junto à mesma, por meio da capacitação de cada um e tendo em vista as necessidades da Entidade.

IV- Associados Beneméritos - Pessoas físicas ou jurídicas a quem a Assembléia Geral conferir esse título ou por proposta unânime da Diretoria, em virtude dos grandes serviços prestados à ASSOCIAÇÃO ou à Comunidade.

Parágrafo Único - Está assegurado o direito de ingresso, como associado, na Associação Cultural Comunitária Gaivota, às pessoas físicas, e às pessoas jurídicas sem fins lucrativos, estas últimas por intermédio de seus representantes e que sejam domiciliadas ou sediadas na comunidade, a todas sendo conferido o direito de voto para escolha dos integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos, bem como direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes na associação.

Artigo 4º - São direitos dos Associados que estiverem em dia com suas obrigações sociais e estatutárias, entre as quais, o pagamento de contribuição fixada por Assembléia Geral:

I- Votar e ser votado para a composição dos órgãos dirigentes da ASSOCIAÇÃO;

- 15
- II-** Solicitar à Diretoria, por escrito informações e esclarecimentos sobre quaisquer assuntos referentes à administração social;
- III-** Requerer à Diretoria participação nas comissões de trabalho, estudo e pesquisa que vierem a ser criadas;
- IV-** Requerer a convocação da Assembléia Geral Extraordinária mediante requerimento assinado por pelo menos um quinto (1/5) dos associados em dia com suas contribuições sociais;
- V-** Representar a ASSOCIAÇÃO nos casos específicos determinados pela Diretoria;
- VI-** Recorrer à Assembléia Geral em caso de punição imposta pela Diretoria;
- VII-** Oferecer sugestões à Diretoria no interesse da consecução dos objetivos sociais.

Artigo 5º - São deveres de todos os Associados:

- I-** Cumprir e fazer cumprir as disposições do Estatuto da ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA GAIVOTA;
- II-** Participar das comissões de trabalho, estudo e pesquisa que forem criadas pela Diretoria ou pela Assembléia Geral;
- III-** Acatar as determinações da Diretoria e as resoluções das Assembléias;
- IV-** Comparecer e participar, de acordo com suas funções e competências, das Assembléias Gerais;
- V-** Desempenhar, com zelo, os cargos e encargos especiais que lhe forem confiados;
- VI-** Cooperar com a Diretoria na consecução das finalidades da ASSOCIAÇÃO;
- VII-** Colaborar para o bom desenvolvimento das atividades da ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA GAIVOTA, não a prejudicando moral ou economicamente, bem como se abstendo de assumir atitudes e relacionamentos anti-sociais, que atentem contra princípios éticos, morais e sociais;



VIII- Pagar pontualmente as contribuições associativas, fixadas pela Assembléia Geral.



Artigo 6º - Os associados, independentemente da categoria ou do órgão da Entidade a que pertençam, não respondem nem subsidiária nem solidariamente pelos encargos ou obrigações contraídas pela ASSOCIAÇÃO, exceto se comprovadamente abusarem da personalidade jurídica da ACCG, por desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial.

Parágrafo Único - Os associados não poderão falar em nome da **ACCG**, salvo expressamente autorizados pela Diretoria.

Artigo 7º - Poderá ser excluído da **ACCG**, havendo justa causa, o associado que descumprir as normas do presente estatuto ou praticar qualquer ato contrário ao mesmo, ou aos princípios éticos, morais ou sociais.

Parágrafo Primeiro - A decisão de exclusão de associado será tomada pela maioria simples dos membros da Diretoria.

Parágrafo Segundo - O associado poderá recorrer ou apresentar recurso à Assembléia Geral, quando a Diretoria deliberar sua exclusão do quadro social ou sua destituição de cargo eletivo, decidindo a Assembléia, na forma do artigo 15º.

CAPÍTULO III

Do Patrimônio e dos Recursos Financeiros

Artigo 8º - O patrimônio da **ACCG** é constituído por bens e valores já agregados e aqueles que a ele venham a ser agregados, sempre mediante deliberação da Assembléia Geral, por meio de:

- a. Doações feitas por entidades públicas, pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pessoas físicas, desde que expressamente destinados a ser incorporados ao patrimônio da Entidade;

b. Os resultados líquidos de suas atividades, incorporados ao patrimônio da ASSOCIAÇÃO.



Parágrafo Primeiro - Os bens e direitos da **ACCG** serão utilizados exclusivamente para a consecução de suas finalidades institucionais.

Parágrafo Segundo - A **ACCG** poderá constituir um Fundo Financeiro, cuja renda contribuirá para a garantia de manutenção e expansão de suas atividades.

Parágrafo Terceiro - Não haverá distribuição de bônus ou eventuais sobras da receita da **ACCG** entre os associados.

Artigo 9º - Constituem rendimentos ordinários da ASSOCIAÇÃO:

- I-** As mensalidades;
- II-** Aqueles provenientes de títulos, ações ou papéis financeiros de sua propriedade;
- III-** A renda de imóveis que possua;
- IV-** Os juros e rendimentos bancários;
- V-** As rendas a seu favor, instituídas por terceiros;
- VI-** Os usufrutos instituídos a seu favor por terceiros;
- VII-** A remuneração que receber por serviços prestados;
- VIII-** Rendas resultantes de convênios executados;
- IX-** Os rendimentos resultantes de atividades exercidas para cumprimento de suas funções institucionais.

Artigo 10º - Constituem rendimentos extraordinários da ASSOCIAÇÃO as subvenções do Poder Público e auxílio de qualquer natureza ofertado por particulares, destinado expressamente ao cumprimento de determinada atividade institucional.

Artigo 11º - A prestação de contas da ASSOCIAÇÃO observará os princípios fundamentais de contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade.



Artigo 12º - A prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos, será conforme determina o parágrafo único do artigo 70, da Constituição Federal.

CAPÍTULO IV

Da Administração

Seção I

Dos Órgãos Diretivos

Artigo 13º - São Órgãos Diretivos da **ACCG**:

I - Assembléia Geral;

II - Diretoria

III - Conselho Comunitário.

Seção II

Da Assembléia Geral

Artigo 14º - A ASSOCIAÇÃO terá na Assembléia Geral seu órgão soberano, que se constituirá por seus associados fundadores, efetivos, colaboradores e beneméritos, em pleno gozo de seus direitos estatutários e regimentais.

Parágrafo 1º - A Assembléia geral reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano, por ocasião da análise e aprovação do Balanço Patrimonial, e extraordinariamente, sempre que necessário, de acordo com os critérios estabelecidos neste Estatuto.

Parágrafo 2º - A Assembléia Geral será presidida pelo Diretor-Presidente da ASSOCIAÇÃO ou, na sua ausência, por outro membro da Diretoria;

Parágrafo 3º - A convocação das Assembléias Gerais será feita pelo correio, devendo a correspondência ser expedida pelo Diretor-Presidente, ou por comunicação pessoal, se conseguir convocar 100% (cem por cento) dos associados, com pelo menos 10

(dez) dias de antecedência, contendo a ordem do dia, a data, o horário e o local da reunião;

Parágrafo 4º - A Assembléia Geral instalar-se-á em primeira convocação, com o quorum mínimo de 50% (cinquenta por cento) dos associados com direito a voto ou, em segunda convocação, meia hora depois, se já estiverem presentes 25% (vinte e cinco por cento) dos associados com direito a voto;

Parágrafo 5º - Todas as deliberações da Assembléia Geral deverão ser aprovadas pela maioria simples dos votos dos associados presentes;

Parágrafo 6º - Para as deliberações referentes a: alterações estatutárias, aplicação de sanções, destituição de membros da Diretoria e dissolução da ASSOCIAÇÃO, exige-se o voto de 2/3 (dois terços) dos presentes à assembléia especialmente convocada para este fim, não podendo a Assembléia deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados plenos, ou com menos de 1/3 (um terço) nas convocações seguintes;

Parágrafo 7º - É vedada a deliberação sobre matérias não constantes na ordem do dia;

Parágrafo 8º - As eleições serão realizadas por escrutínio secreto, vedados votos por procuração ou por correspondência;

Parágrafo 9º - As Assembléias Gerais serão realizadas extraordinariamente, quando o Diretor-Presidente ou a maioria dos membros da Diretoria julgar necessário ou por requerimento de 1/5 (um quinto) dos associados que estejam conformes com o disposto no art. '4º', 4, acima.

Artigo 15º - O associado que não atender ou contrariar os objetivos da ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA GAIVOTA poderá ser desligado mediante decisão de no mínimo 2/3 dos associados presentes à Assembléia geral.

Artigo 16º - Compete à Assembléia Geral:

I - Eleger e destituir os membros da Diretoria e do Conselho Comunitário;

II - Aprovar a orientação geral dos trabalhos da ASSOCIAÇÃO;



III - Aprovar o balanço e as contas de resultados do exercício anterior;

IV - Analisar e definir o planejamento de trabalho do período seguinte;

V - Alterar os presentes estatutos, mediante parecer favorável da Diretoria;

VI - Deliberar sobre a extinção da ASSOCIAÇÃO, mediante parecer favorável da Diretoria;

VII - Resolver os casos omissos e desempenhar as demais atribuições compatíveis com suas funções.

Parágrafo Primeiro - A destituição de membros da Diretoria e do Conselho Comunitário somente ocorrerá com justa causa, por conduta incompatível, falta grave ou violação deste Estatuto. A perda do mandato será declarada pela Assembléia Geral, com pleno direito de defesa perante a mesma Assembléia.

Parágrafo Segundo - As Assembléias Gerais funcionarão com qualquer número de associados quites com suas contribuições e no gozo de seus direitos, mediante uma só convocação.

Artigo 17º - O presente estatuto poderá ser reformado a qualquer tempo, com parecer favorável da Diretoria, por decisão da Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para esse fim, sendo exigido o voto de dois terços (2/3) dos presentes à Assembléia, não podendo, ainda, ser deliberada em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com menos de um terço (1/3) nas convocações seguintes.

Seção III

Da Diretoria

Artigo 18º - A Diretoria da ASSOCIAÇÃO, eleita pelo voto direto e secreto em Assembléia Geral, a realizar-se preferencialmente no mês de Abril, será composta por 6 (seis membros): Presidente, Vice-Presidente, Primeiro Tesoureiro, Segundo Tesoureiro, Primeiro Secretário e Segundo Secretário.

Parágrafo 1º - Somente poderão fazer parte da Diretoria brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, maiores de 18 (dezoito) anos ou emancipados, residentes em Ubatuba, e que não estejam no exercício de mandato eletivo, que lhes assegure imunidade parlamentar ou função que garanta foro especial.

Parágrafo 2º - Em caso de vacância de membro, a Diretoria nomeará imediatamente substituto e em seguida levará à apreciação de Assembléia Geral Extraordinária;

Parágrafo 3º - O mandato da Diretoria será de 4 (quatro) anos;

Parágrafo 4º - Os membros da diretoria, salvo aqueles impedidos pelo estatuto, poderão ser reconduzidos aos cargos que ocupam por no máximo uma vez.

Artigo 19º - Compete à Diretoria:

- a. Dirigir a ASSOCIAÇÃO de acordo com o presente Estatuto, administrar o patrimônio social e praticar todos os atos visando atingir as finalidades para as quais foi criada;
- b. Elaborar os regimentos que se fizerem necessários;
- c. Cumprir e fazer cumprir o Estatuto, regulamentos, regimentos e resoluções próprios, bem como as deliberações das Assembléias Gerais;
- d. Organizar o orçamento anual, que será submetido à aprovação da Assembléia Geral;
- e. Aplicar as penalidades previstas neste Estatuto;
- f. Criar, quando necessário, comissões, departamentos, setores e seções para funcionar junto à Diretoria;
- g. Deliberar sobre a admissão de associados;
- h. Discutir as propostas e alteração do Estatuto e submetê-las à aprovação da Assembléia Geral;



- i. Propor à Assembléia Geral a dissolução da ASSOCIAÇÃO, se verificar a impossibilidade de consecução de seus fins;
- j. Desempenhar as demais atribuições compatíveis com suas funções.

Parágrafo 1º - A Diretoria deliberará pela maioria simples de seus integrantes;

Parágrafo 2º - Dos atos da Diretoria caberá recurso à Assembléia Geral;

Parágrafo 3º - Os dirigentes da ASSOCIAÇÃO não serão remunerados, ainda que atuem na gestão executiva.

Artigo 20º - Ao Diretor-Presidente compete:

- a) Representar ativa e passivamente a ASSOCIAÇÃO em juízo e fora dele;
- b) Convocar e presidir as sessões da Diretoria e as Assembléias Gerais;
- c) Assinar as atas das sessões, o orçamento anual, bem como rubricar os livros da entidade;
- d) Ordenar as despesas, autorizando-as, visar as contas a pagar, assinar cheques, estes últimos juntamente com o Diretor-Tesoureiro;
- e) Organizar o relatório das ocorrências do ano anterior, apresentando-o à Assembléia Geral Ordinária de prestação de contas. O relatório deverá conter os principais eventos do exercício e o balanço financeiro do exercício;
- f) Juntamente com o Diretor-Tesoureiro, movimentar contas bancárias, assinar convênios, contratar e saldar compromissos;
- g) Contratar e dispensar funcionários, fixando-lhes remuneração.

Artigo 21º - Compete ao Diretor Vice-Presidente:

- a) Auxiliar e colaborar com o Diretor-Presidente no desempenho de suas atribuições:

- b) Substituir o Diretor-Presidente em sua ausência, impedimento temporário ou vacância do cargo, até seu término;
- c) Desempenhar as atividades que lhe forem destinadas;
- d) Cooperar com os demais membros da Diretoria.



Artigo 22º - Ao Diretor Primeiro-Tesoureiro compete:

- a) Superintender a arrecadação e a guarda de todos os valores pertencentes à ASSOCIAÇÃO;
- b) Administrar e organizar as finanças e o patrimônio da ASSOCIAÇÃO;
- c) Movimentar os fundos sociais, com o Diretor-Presidente;
- d) Responsabilizar-se pela escrituração dos livros de contabilidade, mantendo-os, bem como os dados contábeis, em ordem e em dia;
- e) Elaborar os balancetes semestral e anual, para ser entregue à Diretoria, a tempo de ser apreciado;
- f) Efetuar os pagamentos autorizados e os recebimentos;
- g) Zelar pelo patrimônio da ASSOCIAÇÃO;
- h) Supervisionar o trabalho da tesouraria e da contabilidade;
- i) Assinar cheques em conjunto com o Diretor-Presidente.


Artigo 23º - Ao Diretor Segundo-Tesoureiro compete:

- a) Auxiliar o Diretor Primeiro-Tesoureiro no desempenho de suas funções;
- b) Desempenhar as atividades que lhe forem destinadas;
- c) Cooperar com os demais membros da Diretoria;
- d) Substituir o Diretor Primeiro-Tesoureiro em caso de impedimento temporário ou vacância do cargo.

Artigo 24º - Ao Diretor Primeiro-Secretário compete:

- 
- 
- a) Redigir e manter em dia as transcrições das atas das Assembléias Gerais e das reuniões de Diretoria, devidamente registradas em cartório;
 - b) Redigir a correspondência da ASSOCIAÇÃO;
 - c) Manter e ter sob guarda o arquivo as ASSOCIAÇÃO;
 - d) Dirigir e supervisionar todo o trabalho da secretaria;
 - e) Superintender os serviços gráficos e as publicações editadas pela ASSOCIAÇÃO.


Artigo 25º - Ao Diretor Segundo-Secretário compete:

- a) Auxiliar o Diretor Primeiro-Secretário no desempenho de suas funções;
 - b) Desempenhar as atividades que lhe forem destinadas;
 - c) Cooperar com os demais membros da Diretoria;
 - d) Substituir o Diretor Primeiro-Secretário em caso de impedimento ou vacância do cargo.
- 

Seção IV

Do Conselho Comunitário

Artigo 26º - O Conselho Comunitário compor-se-á de no mínimo cinco (5) membros, representantes de entidades da comunidade local ou da área urbana da localidade, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente instituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos no art. 4º da Lei nº 9.612, de 1998.



Artigo 27º - Os membros do Conselho Comunitário serão eleitos anualmente, pela Assembléia Geral da Associação, realizada no mês de Abril de cada ano, podendo ser reeleitos.



Artigo 28º - Os membros do Conselho Comunitário têm atribuições e poderes que são conferidos por lei.

Artigo 29º - Os membros do Conselho Comunitário desempenharão suas funções e atribuições sem remuneração.

Artigo 30º - Os membros do Conselho Comunitário se reunirão pelo menos a cada três (3) meses, preferencialmente em Janeiro, Abril, Julho e Outubro de cada ano, ou sempre que necessário, com o objetivo de emitir parecer para a Diretoria.

Artigo 31º - Os membros do Conselho Comunitário elegerão entre si um Presidente e um Secretário para presidir e secretariar as reuniões do Órgão.

Artigo 32º - As atas de reuniões deverão ser escrituradas em livro próprio e registradas no Cartório competente.

Artigo 33º - O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, anualmente, sempre na data da outorga, relatório resumido contendo a descrição da grade da programação, bem como sua avaliação, considerando, entre outros aspectos, o atendimento do objetivos estabelecidos por lei.

Artigo 34º - A entidade manterá disponível e atualizado, para qualquer solicitação ou inspeção do Ministério das Comunicações, o ato que estabeleceu a composição do Conselho Comunitário.

Seção V

Das Disposições Gerais

Artigo 35º - A ASSOCIAÇÃO adotará práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes para coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios e vantagens pessoais, em

decorrência da participação nos processos decisórios.



Artigo 36° - Os Diretores, conselheiros, associados de qualquer categoria, não perceberão remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

Artigo 37° - A ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA GAIVOTA somente poderá ser dissolvida por decisão da Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para esse fim, sendo exigidos os votos de dois terços (2/3) dos presentes na Assembléia, não podendo ainda ser deliberada em primeira convocação, sem a maioria absoluta de seus associados, ou com menos de um terço (1/3) nas convocações seguintes.

Artigo 38° - Dissolvida a ASSOCIAÇÃO, o remanescente do patrimônio líquido será destinado a entidade congênere, sem fins lucrativos ou econômicos, devidamente registrada perante os órgãos competentes, ou a instituição congênere pública, municipal, estadual ou federal.

Parágrafo único - Antes da destinação do remanescente do patrimônio líquido, referida no *caput* deste artigo, os associados terão o direito a receber em restituição, com valores atualizados, as contribuições que tiverem feito ao patrimônio da ASSOCIAÇÃO.

Artigo 39° - O presente estatuto poderá ser reformado a qualquer tempo, por decisão da Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para esse fim, sendo exigido o voto de dois terços (2/3) dos presentes à Assembléia, não podendo, ainda, ser deliberada em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados,

ou com menos de um terço (1/3) nas convocações seguintes.

Artigo 40º - Após a realização da Assembleia Geral Ordinária anual, serão elaboradas listas atualizadas dos membros da Associação Cultural Comunitária Gaivota e do Conselho Comunitário desta associação.

Artigo 41º - Os casos omissos no presente estatuto serão resolvidos pela Assembleia Geral.

Artigo 42º - O presente Estatuto, derogando o anterior, revoga as disposições em contrário e, uma vez devidamente aprovado e registrado, entrará imediatamente em vigor.

Ubatuba, 17 de outubro de 2014.

FELIPE SCHMIDT FONSECA
Diretor-Presidente

Maria Helena Pinheiro Bressan
Maria Helena Pinheiro Bressan
OAB/SP nº 37.384

1º TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE UBATUBA / SP

AV. D. Maria Rives, nº 838 - Tel.: (12) 3601-1307
ANTONIO DOS SANTOS - TABELIÃO

Reconhecido por semelhança a(s) firma(s) de: FELIPE SCHMIDT FONSECA, MARIA HELENA
PINHEIRO BRESSAN. Do que dou fé.

Em testemunho da verdade. 16:34:02 Ubatuba-SP, 27 de outubro de 2014.

STEFANY CASTRO

Custas por verba R\$ 9,00 - VALIDO SOMENTE COM O SELLO DE AUTENTICACAO
Cod.1 Seq: 5049494838484932495451324850



Oficial de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica

Av. Dona Maria Alves, 518 - Ubatuba - SP - CEP 11680-000 - tel: (12) 3832.3266

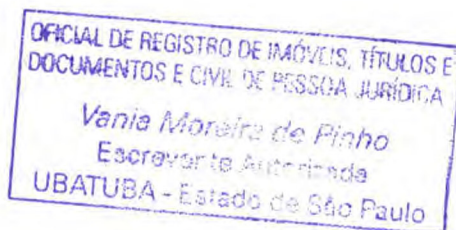
Averbado em 29/10/2014, sob o nº 15 à margem do Registro nº 749 às fls. 128 do livro A11, do Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

Serventuário	R\$ 62,94
Ao Estado	R\$ 17,89
Ao IPESP	R\$ 13,25
Reg. Civil	R\$ 3,31
Trib. Justiça	R\$ 3,31
Sub-total	R\$ 100,70
Cond./outros	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 100,70

Ubatuba, 29 de outubro de 2014


Vania Moreira de Pinho

Escrevente Autorizado



**Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral****Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.848.983/0001-46 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 09/11/1998
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO CULTURAL COMUNITARIA GAIVOTA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA			
LOGRADOURO R ESTEVES DA SILVA	NÚMERO 147	COMPLEMENTO LOJA 113	
CEP 11.680-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO UBATUBA	UF SP
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 27/08/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia **29/10/2014** às **10:50:21** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Voltar](#)

REQUERIMENTO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Exmo Sr. Ministro de Estado das Comunicações,

A Associação Cultural Comunitária Gaivota, inscrita no CNPJ sob o nº 02.848.983/0001-46, com sede à Rua Dr. Esteves da Silva, 147, salas 113 e 114, Centro, na cidade de Ubatuba, Estado São Paulo, CEP 11680-000, entidade sem fins lucrativos legalmente constituída, e devidamente autorizada conforme Portaria nº 247 datada de 15 de maio de 2001, e Decreto Legislativo nº 342/2003 publicado no Diário Oficial da União datado de 30 de julho de 2003, vem respeitosamente à presença de Va. Exa. requerer a renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária em atendimento ao subitem 20.2 da Norma nº 1/2011, bem como, apresentar a documentação de que trata o item 20.3 da Norma nº 1/2011 aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União.

Ubatuba, 18 de junho de 2013.

Ubatuba, 27 de outubro de 2014 (alteração do endereço).



Felipe Schmidt Fonseca

CPF: 918921470/68

RELATÓRIO DA REUNIÃO DO CONSELHO COMUNITÁRIO DA ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA GAIVOTA

Em atendimento ao subitem 21.4.1. da Norma 01/2011, aprovada pela Portaria nº 462 de 14/10/2011, publicada no D.O.U. Oficial de 18/10/2011, reuniram-se os representantes do Conselho Comunitário, abaixo relacionados, em 30/06/2014, às 13 horas, na Rua Dr Esteves da Silva, n.º 147 sala 113, na cidade de UBATUBA, Estado de São Paulo, com a finalidade de avaliar a programação da emissora "GAIVOTA FM", conforme a grade abaixo descrita:

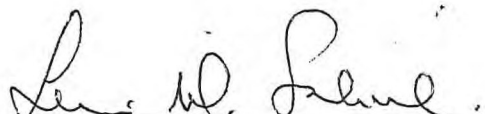
- Programa **Sertanejo Classe A**, segunda a sexta-feira, das 6h às 8h;
- Programa **Estilo Gaivota**, segunda a sexta-feira, das 11h às 13h;
- Programa **Os Filhos da Pauta**, terças-feiras, das 13h às 15h;
- Programa **Tarde Gaivota**, segunda a sexta-feira, das 15hs às 18h;
- Programa **Espaço Local**, veiculado episodicamente na programação vespertina;
- Informativo **Agenda Ubatuba**, segunda e sexta-feira das 10h30 às 11h;
- Campanha **Ubatuba Sustentável**, veiculada ao longo de toda a programação;
- Programa **Hora do Blues**, sexta-feira das 22hs às 24hs;
- Conteúdo pontual, distribuído ao longo da semana:
 - campanhas de prevenção à dengue, segurança no trânsito, economia no uso de água, incentivo à reciclagem, preservação da natureza, vacinação, entre outras;
 - informes de utilidade pública enviados por associações comunitárias e pelo poder público.

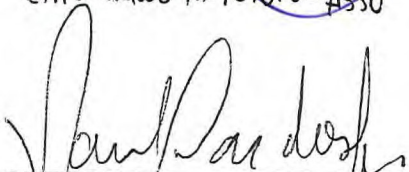
Após discussão e análise da grade supracitada, constatamos que, com fulcro no artigo 4º da Lei 9612, a mesma está em conformidade com a Legislação vigente, e cumpre seu papel como instrumento de comunicação comunitária na localidade.


Ubatuba SP, 30 de junho de 2014.

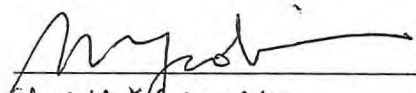




CAIO MARCO ANTONIO - ASSU


LENINA MARLIANO SALIMBENI - IREMA


PAULO CARDOSO F. S. JUNIOR
JARDIM PRIMAVERA


ELISIO AMÉRICO DOS MOTA - AEUU


MARIA JÉSSY ROBIM
INSITUP FLORESTAL


VALDEMAR DOS SANTOS NETO - AMU

LISTA DE PRESENÇA DE ASSOCIADOS NA ASSEMBLEIA GERAL
ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA GAIVOTA
- ACCG - 25 DE MARÇO DE 2013.

FELIPE SCHMIDT FONSECA

CAROLINA STRIEMER

MARIA HELENA PINHEIRO BRESSAN

MAURO ROBERTO NEIVA LIBERALI

RICARDO MARQUES DA SILVA AYROZA

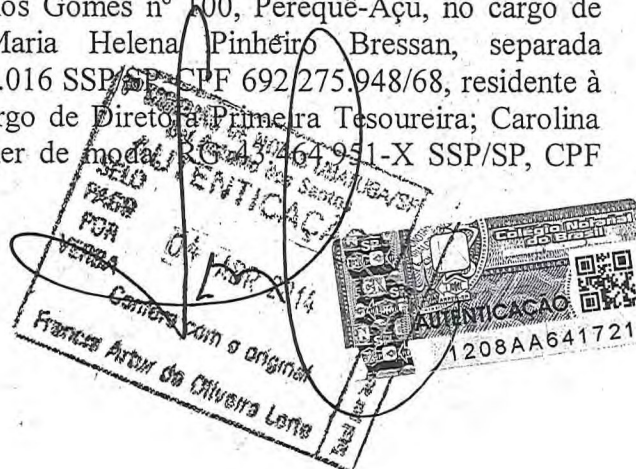
SANDRA EPSTEIN

SUSANA MARGARIDA MAIANI

THALITA MAIANI

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO
CULTURAL COMUNITÁRIA GAIVOTA - ACCG

Aos vinte e cinco dias do mês de Março do ano de dois mil e treze, atendendo à convocação feita pelo Diretor-Presidente da Associação Cultural Comunitária Gaivota, reuniram-se em Assembleia Geral Ordinária, às 18:00 horas, na sede da Associação, à Rua Dr. Esteves da Silva nº 147, sala 113, Shopping Iperoig, Centro, Ubatuba-SP, os associados Felipe Schmidt Fonseca, Ricardo Marques da Silva Ayroza, Maria Helena Pinheiro Bressan, Mauro Roberto Neiva Liberali, Susana Margarida Maiani, Sandra Epstein, Carolina Striemer e eu, Thalita Maiani, para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta de convocação: 1) Apresentação das contas do exercício de 2012; 2) Relatório de ações da ACCG e da Rádio Comunitária Gaivota FM; 3) Eleição e posse da Diretoria da ACCG; 4) Eleição do Conselho Comunitário. A pedido do Diretor-Presidente, o associado Mauro Roberto Neiva Liberali, Diretor da Rádio Comunitária Gaivota FM, apresentou as campanhas de utilidade pública divulgadas através da Rádio em 2012: 1 - prevenção à dengue; 2 - segurança no trânsito; 3 - economia no uso de água; 4 - incentivo à reciclagem; 5 - preservação da natureza; 6 - campanhas de vacinação. Relatou ainda que a Rádio Gaivota FM divulga regularmente a agenda cultural da cidade, dando especial atenção a artistas e produtores culturais locais. Em seguida, o Diretor-Presidente apresentou as contas da ACCG relativas ao exercício de 2012, as quais, sendo examinadas por todos os presentes, foram aprovadas. Dando sequência à pauta, o Diretor-Presidente solicitou aos associados que procedessem à votação para os cargos da Diretoria da Associação. Apurados os votos, a Diretoria passa a ser composta por: Felipe Schmidt Fonseca, brasileiro, casado, professor, RG 30.546.738-21 SSP/RS; CPF 918.921.470-68, residente à r. Santa Catarina nº 200, Perequê-Açu, no cargo de Diretor-Presidente; Ricardo Marques da Silva Ayroza, brasileiro, divorciado, do comércio, RG 5.618.871-7 SSP/SP, CPF 763.138.168-20, residente à r. Carlos Gomes nº 100, Perequê-Açu, no cargo de Diretor Vice-Presidente; Thalita Maiani, brasileira, solteira, jornalista, RG 32.357.457-9 SSP/SP, CPF nº 290.369.598-96, residente à r. Carlos Gomes nº 100, Perequê-Açu, no cargo de Diretora Primeira Secretária; Sandra Epstein, brasileira, separada judicialmente, artista plástica, RG 6.496.341 SSP/SP, CPF 047.269.968-78, residente à r. Carlos Gomes nº 100, Perequê-Açu, no cargo de Diretora Segunda Secretária; Maria Helena Pinheiro Bressan, separada judicialmente, advogada, RG 4.444.016 SSP/SP, CPF 692.275.948/68, residente à r. Santa Catarina 220 ap.12, no cargo de Diretora Primeira Tesoureira; Carolina Striemer, brasileira, casada, designer de moda, RG 43.264.951-X SSP/SP, CPF

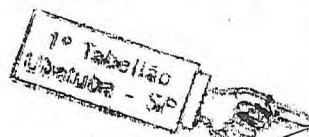


319.484.038-03, residente à r. Santa Catarina nº 200, Perequê-Açu, no cargo de Diretora Segunda Tesoureira. Em seguida, o Diretor-Presidente solicitou que os presentes passassem à eleição do Conselho Comunitário da Associação, que continua sendo composto pelos seguintes integrantes: Valeria Cress Gelli, RG 16.367.506, CPF 526643250/00, Assistente Técnica do Instituto de Pesca de São Paulo; Maria de Jesus Robim, RG 8.633.467, CPF 789611498/49, Pesquisadora Científica do Instituto Florestal; Berenice Maria Gomes Gallo, RG 10.343.721, CPF 428703210/15, Diretora da Fundação Pró-Tamar de Ubatuba; Caio Marco Antonio, RG 20.952.183-1, CPF 262184768/47, Gerente Executivo da Associação Ambiental Somos Ubatuba – ASSU; Elisio Angelo da Mota, RG 22.472.888-X, CPF 114161648/39, Presidente da Associação dos Estudantes Universitários de Ubatuba. Nada mais constando da pauta, o Diretor-Presidente deu por encerrados os trabalhos, pedindo a mim, Diretora Primeira-Secretária, que lavrasse a ata, para os devidos fins de direito.

04 ABR 2014



Felipe Schmidt Fonseca
Diretor-Presidente



Thalita Maiani
Diretora Primeira Secretária





Ministério das Comunicações
Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo
Rua Mergenthaler, 592, Bloco 1, Mezanino (ECT)
05311-900 – Vl. Leopoldina – São Paulo / SP

Felipe Schmidt Fonseca
Associação Cultural Comunitária Gaivota FM
Rua Dr. Esteves da Silva, 147 – salas 113 e 114
11680-000 - Centro – Ubatuba / SP

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo
Rua Mergenthaler, 592, Bloco 1, Mezanino (ECT) - Vila Leopoldina
CEP: 05311-900 - São Paulo-SP
Tel.: (11) 3101-0123

Memo. nº 2011/2014/SEI-MC

São Paulo, 04 de dezembro de 2014

À Coordenação de Análise de Denúncias

Assunto: **Informação sobre entidades comunitárias que pleiteiam Renovação da Outorga.**

1. Solicitamos informação acerca da existência de eventual Processo de Apuração de Infração (concluído ou em trâmite) instaurado em face da entidade abaixo, autorizadas para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, devendo ser esclarecida a situação, salientando, ainda, se e quando houve aplicação de sanção:

<u>Entidade</u>	<u>CNPJ</u>	<u>Localidade</u>
1. Associação Comunitária de Palmas	03.368.016/0001-93	Palmas/PR
2. Associação Comunitária Inocencience de Comunicação e Marketing Inocência/MS	01.064.665/0001-21	
3. Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Rochedo	02.698.617/0001.58	Rochedo/MS
4. Associação Cultural Comunitária Joanopolense Joanópolis/SP	01.676.024/0001-28	
5. Associação Recreense de Radiodifusão	01.776.056/0001-03	Recreio/MG
6. Associação Cultural de Lençóis Paulista Paulista/SP	02.863.102/0001-66	Lençóis
7. Associação Comunitária, Educativa, Cultural e Artística "Dynamica" Paulista/SP	01.511.945/0001-30	Laranjal
8. Associação Cultural Comunitária Gaivota	02.848.983/0001-46	Ubatuba/SP
9. Associação de Amigos e Colaboradores Corguinhenses Corguinho/MS	02.606.216/0001-20	

10. Associação Comunitária Tancredo Neves
Cajazeiras/PB

01.569.163/0001-52

11. ADECOM-Associação de Desenvolvimento

Comunitário de Rua Nova

08.583.049/0001-26

Belém/PB

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Galvão, Delegado**, em 04/12/2014, às 15:23, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0271409** e o código CRC **15A9F0D8**.



Agência Nacional
de Telecomunicações

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▼

SRD | [menu](#) [ajuda](#)

Consulta Geral - RADCOM

Identificação do Pedido RADCOM

UF: SP
Município: Ubatuba
Canal: 285
Fase: 3

Distrito:
Sub Distrito:
Local Específico:

Dados da Entidade

Entidade: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL GAIVOTA
Nome Fantasia: RÁDIO GAIVOTA FM
Logradouro: RUA DR. ESTEVES DA SILVA
Telefone: (61) 0000000000
Situação: Entidade não possui débitos

CNPJ: 02.848.983/0001-46
Bairro: CENTRO
Número: 147
Fax: Não Informado

+ Dados da Outorga

- Documentos Emitidos

Atualização de Documentos

Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
301	Portaria	MC	16/05/2001	31/05/2001	Autoriza Executar Serviço	Jur. ▼
25116	ATO	SCM	25/04/2002	29/04/2002	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	Téc. ▼
342	Decreto Legislativo	CN	29/07/2003	30/07/2003	Deliber. do C. Nacional	Jur. ▼
41087	ATO	SCM	08/12/2003	11/12/2003	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	Jur. ▼

+ Característica da Estação Instalada

+ Dados do Licenciamento

[Tela Inicial](#) [Imprimir](#)

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica

Coordenação-Geral de Acompanhamento de Outorgas

Coordenação de Análise de Denúncias

DESPACHO

Processo nº: **53900.038272/2014-17**

Interessado(a): **ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA GAIVOTA**

Após verificação do banco de dados de controle de Processos de Apuração de Infração - PAIs e de consulta feita ao Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, constatou-se que não existe qualquer registro de PAI instaurado em desfavor da ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA GAIVOTA, entidade executante do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Ubatuba, Estado de São Paulo.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Itamar Marques Teixeira, Coordenador-geral de Acompanhamento de Outorgas**, em 31/12/2014, às 09:54, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0304236** e o código CRC **913788D3**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA CULTURAL GAIVOTA

CNPJ: 02.848.983/0001-46

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 14:14:00 do dia 08/01/2015 (hora e data de Brasília).

Válida até 07/02/2015.

Certidão expedida gratuitamente.

Imprimir

Voltar



Ministério da Fazenda

Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: 918.921.470-68

Nome da Pessoa Física: FELIPE SCHMIDT FONSECA

Situação Cadastral: REGULAR

Digito Verificador: 00

Comprovante emitido às: **14:13:57** do dia **03/09/2014** (hora e data de Brasília).

Código de controle do comprovante: **FB5D.C2E9.E108.32B8**

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço www.receita.fazenda.gov.br.

Aprovado pela IN/RFB nº 1.042, de 10/06/2010.



Ministério da Fazenda

Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: 692.275.948-68

Nome da Pessoa Física: MARIA HELENA PINHEIRO BRESSAN

Situação Cadastral: REGULAR

Digito Verificador: 00

Comprovante emitido às: **14:32:06**: do dia **03/09/2014** (hora e data de Brasília).

Código de controle do comprovante: **FE58.C36C.0A18.E3F7**

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço www.receita.fazenda.gov.br.

Aprovado pela IN/RFB nº 1.042, de 10/06/2010.



Ministério da Fazenda

Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: 319.484.038-03

Nome da Pessoa Física: CAROLINA STRIEMER

Situação Cadastral: REGULAR

Digito Verificador: 00

Comprovante emitido às: **14:33:51** do dia **03/09/2014** (hora e data de Brasília).

Código de controle do comprovante: **4A10.B11C.65C0.1E7D**

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço www.receita.fazenda.gov.br.

Aprovado pela IN/RFB nº 1.042, de 10/06/2010.



Ministério da Fazenda

Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: 763.138.168-20

Nome da Pessoa Física: RICARDO MARQUES DA SILVA AYROZA

Situação Cadastral: REGULAR

Digito Verificador: 00

Comprovante emitido às: **14:21:28** do dia **03/09/2014** (hora e data de Brasília).

Código de controle do comprovante: **4C7B.408B.E6EF.F992**

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço www.receita.fazenda.gov.br.

Aprovado pela IN/RFB nº 1.042, de 10/06/2010.



Ministério da Fazenda

Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: 047.269.968-78

Nome da Pessoa Física: SANDRA EPSTEIN

Situação Cadastral: REGULAR

Digito Verificador: 00

Comprovante emitido às: **14:29:32** do dia **03/09/2014** (hora e data de Brasília).

Código de controle do comprovante: **815E.D80B.091C.CBB8**

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço www.receita.fazenda.gov.br.

Aprovado pela IN/RFB nº 1.042, de 10/06/2010.



Ministério da Fazenda

Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: 290.369.598-96

Nome da Pessoa Física: THALITA MAIANI

Situação Cadastral: REGULAR

Digito Verificador: 00

Comprovante emitido às: **14:25:42** do dia **03/09/2014** (hora e data de Brasília).

Código de controle do comprovante: **1079.7C9E.0282.4E32**

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço www.receita.fazenda.gov.br.

Aprovado pela IN/RFB nº 1.042, de 10/06/2010.

NOTA TÉCNICA Nº 16754/2014/SEI-MC

Processo nº: **53000.040711/2013-14**

Assunto: **Renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL GAIVOTA**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Ubatuba/SP**, por meio da Portaria nº **247**, publicada no DOU de 31/05/2001, e Decreto Legislativo nº **342**, publicado no DOU de 30/07/2003.

ANÁLISE

2. O prazo de 10 (dez) anos concedido à entidade para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária se expirou em 30/07/2013. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, apresentou seu pedido de renovação de outorga, subscrito por seu representante legal, protocolado em 08/07/2013 e postado em 01/07/2013 (doc. 0051926, páginas 02 e 64), nos termos do art. 6º, Parágrafo Único da Lei nº 9.612/1998 e do subitem 20.2 da Norma nº 01/2011, aprovada pela Portaria nº 462/2011. O pleito da entidade é tempestivo, tendo em vista a Portaria nº 197, de 1/7/2013, publicada no D.O.U. de 2/7/2013, que estendeu a data limite para apresentação de pedido de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária até 30/11/2013.

REQUERENTE
ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA GAIVOTA

QUADRO DIRETIVO
FELIPE SCHMIDT FONSECA - Diretor Presidente

RICARDO MARQUES DA SILVA AYROZA -Diretor Vice-Presidente

THALITA MAIANI - Diretora Primeira Secretária

SANDRA EPSTEIN - Diretora Segunda Secretária

MARIA HELENA PINHEIRO BRESSAN - Diretora Primeira Tesoureira

CAROLINA STRIEMER - Diretora Segunda Tesoureira

3. A análise da documentação apresentada, com base no que dispõem a Lei nº 9.612/1998 e a Norma nº 01/2011, indicou a completa instrução do pedido, conforme *check-list* abaixo:

ITEM		ANÁLISE
1.	Estatuto social registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequado às finalidades da Lei nº 9.612, de 1998, e aos pressupostos da Norma nº 01/2011.	Ok. Páginas. 11 a 27 do documento 0051926. Páginas 07 a 23 do documento 0218812-processo 53900.026186/2014-53.
2.	Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.	Ok. Páginas 80 a 83 do documento 0051926. Páginas 27 a 28 do documento 0218812-processo 53900.026186/2014-53.
		Ok.

3.	Comprovantes relativos à maioria e nacionalidade e CPF dos dirigentes.	Páginas 57 a 62 e 72 a 79 do documento 0051926.
4.	Declaração, firmada pelo representante legal, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.	Ok. Página 05 do documento 0051926
5.	Certidão negativa de débitos das receitas administradas pela Anatel.	Ok. Página 06 do documento 0051926
6.	Cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ, válido e atual.	Ok. Página 07 do documento 0051926 Página 24 do documento 0218812-processo 53900.026186/2014-53.
7.	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 01/2011, versando sobre a programação veiculada pela emissora.	Ok. Página 26 do documento 0218812-processo 5390.026186/2014-53.

CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária posiciona-se pelo **deferimento** do pedido de renovação de outorga da requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *check-list* constante do **item 3** desta Nota Técnica. Sugerimos, ainda, que o processo seja

encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado das Comunicações, com prévia
oitiva da Consultoria Jurídica

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Tereza Kioko Taira Okubaru, Advogado**, em 17/03/2015, às 16:04, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago D'arrola Pedrosa Galvao, Delegado**, em 19/03/2015, às 11:20, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.
Nº de Série do Certificado: 1217060



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 07/05/2015, às 13:57, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Adolpho Henrique Almeida Loyola, Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 12/05/2015, às 17:19, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.
Nº de Série do Certificado: 1237852



Documento assinado eletronicamente por **Emiliano José da Silva Filho, Secretário Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 14/05/2015, às 16:44, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.
Nº de Série do Certificado: 1237795



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0233762** e o código CRC **220D4D22**.

Minutas e Anexos

MINUTA

EM Nº XX/2014/SEI-MC

de XX de xxxxxxxx de 20XX

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.040711/2013-14, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez

anos, a partir de 30/07/2013, a autorização outorgada à Associação Cultural Comunitária Gaivota, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Ubatuba/SP.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

MINUTA

[SECRETARIA-EXECUTIVA]

PORTARIA Nº XXXX/20XX/SEI-MC

de XX de xxxxxx de 20XX

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.040711/2013-14 e nº 53830.002987/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 30/07/2013, a autorização outorgada à Associação Cultural Comunitária Gaivota, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Ubatuba/SP.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

PARECER Nº 608 / 2015 / SEI-MC

PROCESSO Nº 53000.040711/2013-14

INTERESSADO: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL GAIVOTA

ASSUNTO: Renovação de autorização para explorar o serviço de radiodifusão comunitária.

Radiodifusão comunitária. Renovação. Preenchimento dos requisitos normativos. Pelo deferimento do pedido.

I - DO RELATÓRIO

1. A Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica – SCE do Ministério das Comunicações encaminha para análise desta Consultoria Jurídica procedimento referente à renovação de outorga do serviço de radiodifusão comunitária. Os dados relativos à outorga e ao pedido de renovação, conforme explicitados na Nota Técnica da SCE, são os seguintes:

Entidade	Localidade	Termo inicial (publicação Decreto Legislativo)	Termo final	Data de apresentação do requerimento
Associação Comunitária Cultural Gaivota	Ubatuba/SP	30/07/2003	30/07/2013	08/07/2013

2. É o relatório.

II - DA FUNDAMENTAÇÃO

3. Inicialmente, cumpre ressaltar que o entendimento jurídico consolidado desta CONJUR está exposto no Parecer nº 475/2015 (originalmente apresentado no processo nº 53900.030496/2015-53), aprovado pelo Consultor Jurídico como manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014, o qual se adota como fundamento nesta ocasião.

4. Conforme consta do anexo ao referido parecer, o processo de renovação deve ser instruído com os seguintes documentos, todos devidamente apresentados no caso em tela:

PARECER REFENCIAL Nº 475/2015

RENOVAÇÃO DE OUTORGA - RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

	DOCUMENTOS	SIM	NÃO	Fls. / nº do doc.
1	Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.	X		fl. 2, doc. 0051926, proc. 53000.040711/2013-14
1.1.	O requerimento é tempestivo?	X		protocolo à fl. 2, doc. 0051926, proc. 53000.040711/2013-14
2	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação	X		fl. 5, doc. 0051926, proc. 53000.040711/2013-14

	vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.			
3	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.	X		fl. 6, doc. 0051926, e doc. 0314440 proc. 53000.040711/2013-14
4	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.	X		p. 24, doc. 0218812, proc. 53900.026186/2014-53
5	Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998.	X		fls. 11-27, 30, doc. 0051926, proc. 53000.040711/2013-14, e p. 4-23, doc. 0218812, proc. 53900.026186/2014-53
6	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.	X		fls. 74-77, doc. 0051926, proc. 53000.040711/2013-14, e p. 27-28, doc. 0218812, proc. 53900.026186/2014-53
7	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.	X		fls. 54-59, 66-70, doc. 0051926, proc. 53000.040711/2013-14
8	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora.	X		p. 26, doc. 0218812, proc. 53900.026186/2014-53
9	Relatório de apuração de infrações.	X		Doc. 0304236, proc. 53900.038272/2014-17
9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?		X	
9.2	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização?		X	Não consta, de acordo com o Despacho Interno CODEN 0304236, proc. 53900.038272/2014-17, registro de Processo de Apuração de Infração - PAI.

5. Portanto, constatada a tempestividade do requerimento e apresentados os documentos exigidos pela regulamentação, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério das Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.

III - CONCLUSÃO

6. Diante do exposto, considerando a regularidade dos documentos e, em particular, o atendimento aos requisitos constantes do Parecer nº 475/2015, opino em sentido favorável à renovação da outorga para prestação do serviço de radiodifusão comunitária.

À consideração superior.

Brasília, 27 de julho de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Aline Veloso dos Passos**, **Coordenadora-Geral de Assuntos Judiciais**, em 27/07/2015, às 18:03, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016. Nº de Série do Certificado: 1249689



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0601271** e o código CRC **1CB41C96**.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
DESPACHO nº 1923 / 2015

PROCESSO: 53000.040711/2013-14

INTERESSADO: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL GAIVOTA

ASSUNTO: Renovação de autorização para explorar o serviço de radiodifusão comunitária.

1. Aprovo o Parecer nº 608/2015 (doc. 0601271).
2. Encaminhe-se o processo à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica - SCE/MC.

Brasília, 27 de julho de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Alan Emanuel Cavalcante Trajano, Consultor Jurídico**, em 17/08/2015, às 18:57, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0601282** e o código CRC **A3F2A47C**.

PORTARIA Nº 3850/2015/SEI-MC

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.040711/2013-14 e nº 53830.002987/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 30/07/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA GAIVOTA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Ubatuba/SP.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO JOSÉ RIBEIRO BERZOINI, Ministro de Estado das Comunicações**, em 31/08/2015, às 14:17, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.

Nº de Série do Certificado: 1237855



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0668335** e o código CRC **1B582D9B**.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.040711/2013-14, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 30/07/2013, a autorização outorgada à Associação Cultural Comunitária Gaivota, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Ubatuba/SP.
2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

RICARDO BERZOINI

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO JOSÉ RIBEIRO BERZOINI, Ministro de Estado das Comunicações**, em 31/08/2015, às 14:17, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.

Nº de Série do Certificado: 1237855



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0668347** e o código CRC **B375BFBB**.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo nº: 53000.040711/2013-14
Interessado: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL GAIVOTA
Assunto: Minutas de Portaria de Autorização e Exposição de Motivos

À Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica,

Tendo em vista a mudança na Pasta Ministerial, encaminho as minutas da Portaria de Autorização e da Exposição de Motivos, para as providências cabíveis.



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 11/11/2015, às 11:05, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0816371** e o código CRC **12815496**.

Minutas e Anexos

MINUTA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.040711/2013-14, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 30 de julho de 2013, a autorização outorgada à Associação Cultural Comunitária Gaivota, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Ubatuba/SP.
2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

MINUTA PORTARIA

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.040711/2013-14 e nº 53830.002987/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 30 de julho de 2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA GAIVOTA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Ubatuba/SP.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA Nº 6177/2015/SEI-MC

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.040711/2013-14 e nº 53830.002987/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 30 de julho de 2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA GAIVOTA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Ubatuba/SP.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ PEIXOTO FIGUEIREDO LIMA, Ministro de Estado das Comunicações**, em 01/12/2015, às 09:59, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0817000** e o código CRC **6D780A14**.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.040711/2013-14, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 30 de julho de 2013, a autorização outorgada à Associação Cultural Comunitária Gaivota, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Ubatuba/SP.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

ANDRÉ FIGUEIREDO

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ PEIXOTO FIGUEIREDO LIMA, Ministro de Estado das Comunicações**, em 01/12/2015, às 09:59, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0817006** e o código CRC **08E31BB6**.

**PORTARIA Nº 6.160, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2015**

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.031924/2012-66 e nº 53670.000547/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 25/03/2012, a autorização outorgada à Associação e Movimento Comunitário Rádio Positiva FM, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Planaltina de Goiás/GO.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 6.163, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53640.001556/1998 e nº 53000.024276/2012-91, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 17 de maio de 2012, a autorização outorgada à Associação Calmonense, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Miguel Calmon/BA.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 6.162, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53640.001196/1998 e nº 53000.008124/2013-22, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 21 de maio de 2013, a autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural Contorno do Capim Grosso, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Capim Grosso/BA.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 6.165, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53640.000127/1999 e nº 53000.020068/2012-13, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 09 de maio de 2012, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARA PROGRESSO DA CIDADANIA DE SÃO FRANCISCO DO CONDE, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de São Francisco do Conde/BA.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 6.166, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53640.001490/1998 e nº 53000.070233/2013-69, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 03 de fevereiro de 2014, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL DE TANQUE NOVO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Tanque Novo /BA.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ PEIXOTO FIGUEIREDO LIMA

PORTARIA Nº 6.167, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 536710.000449/1998 e nº 53000.059357/2013-93, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 17 de novembro de 2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO PONTALINENSE DE SISTEMA DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Pontalina /GO.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 6.168, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.059226/2012-25 e nº 53670.000456/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 06 de setembro de 2012, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE CATALÃO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Catalão / GO.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 6.169, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53660.000551/1998 e nº 53000.029031/2013-31, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 21 de agosto de 2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DA RÁDIO COMUNITÁRIA LIBERDADE FM 92,1, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Ibatiba/ES.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 6.176, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.025761/2013-63 e nº 53710.000898/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 06 de agosto de 2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA MATHIENSE DE RADIODIFUSÃO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Matias Barbosa/MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 6.177, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.040711/2013-14 e nº 53830.002987/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 30 de julho de 2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA GAIVOTA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Ubatuba/SP.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 6.178, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.043819/2013-51 e nº 53830.001877/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 02 de outubro de 2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO, CULTURAL E SOCIAL, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Palmeira D'Oeste / SP.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 6.179, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.007033/2013-70 e nº 53730.000521/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 22/11/2012, a autorização outorgada à ADECOM - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE RUA NOVA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Belém/PB.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO
COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS DO GABINETE**

DESPACHO

Processo nº: 53000.040711/2013-14

Referência: Portaria nº 6.177, de 1º de dezembro de 2015.

Assunto: Restituição de processo.

Destinatário: SCE

Tendo em vista a publicação, na Seção 1 do Diário Oficial da União de 09/12/2015, da Portaria nº 6.177, de 01/12/2015, do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, restitua-se o presente processo à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica deste Ministério.

Brasília, 10 de dezembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Renata Moraes Checchio**, **Coordenadora-Geral de Serviços do Gabinete**, em 10/12/2015, às 11:36, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0873664** e o código CRC **19611405**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53000.040711/2013-14**

Entidade: **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL GAIVOTA**

Assunto: Encaminhamento de Cópia de Processo à Presidência da República.

Tendo em vista a publicação da Portaria nº 6.177, de 01/12/2015, no Diário Oficial da União de 09/12/2015, que renova a outorga da entidade para executar o serviço de radiodifusão comunitária na localidade de **Ubatuba/SP**, consoante com o disposto no § 3º do art. 223 da Constituição, encaminhe-se o processo n.º **53000.040711/2013-14**, em cópia autenticada, acompanhado do ato de renovação de outorga e exposição de motivos, ao Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações, para posterior envio à Presidência da República.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Almeida da Silva, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 14/12/2015, às 15:04, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0873879** e o código CRC **2D4ECBCC**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Brasília, 19 de fevereiro de 2016

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.040711/2013-14, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 30 de julho de 2013, a autorização outorgada à Associação Cultural Comunitária Gaivota, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Ubatuba/SP.
2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Andre Peixoto Figueiredo Lima

PARECER Nº 608 / 2015 / SEI-MC

PROCESSO Nº 53000.040711/2013-14

INTERESSADO: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL GAIVOTA

ASSUNTO: Renovação de autorização para explorar o serviço de radiodifusão comunitária.

Radiodifusão comunitária. Renovação.
Preenchimento dos requisitos normativos.
Pelo deferimento do pedido.

I – DO RELATÓRIO

1. A Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica – SCE do Ministério das Comunicações encaminha para análise desta Consultoria Jurídica procedimento referente à renovação de outorga do serviço de radiodifusão comunitária. Os dados relativos à outorga e ao pedido de renovação, conforme explicitados na Nota Técnica da SCE, são os seguintes:

Entidade	Localidade	Termo inicial (publicação Decreto Legislativo)	Termo final	Data de apresentação do requerimento
Associação Comunitária Cultural Gaivota	Ubatuba/S P	30/07/2003	30/07/20 13	08/07/2013

2. É o relatório.

II – DA FUNDAMENTAÇÃO

3. Inicialmente, cumpre ressaltar que o entendimento jurídico consolidado desta CONJUR está exposto no Parecer nº 475/2015 (originalmente apresentado no processo nº 53900.030496/2015-53), aprovado pelo Consultor Jurídico como manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014, o qual se adota como fundamento nesta ocasião.

4. Conforme consta do anexo ao referido parecer, o processo de renovação deve ser instruído com os seguintes documentos, todos devidamente apresentados no caso em tela:

PARECER REFENCIAL Nº 475/2015
RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

	DOCUMENTOS	SIM	NÃO	Fls. / nº do doc.
1	Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.	x		fl. 2, doc. 0051926, proc. 53000.040711/2013-14
1.1	O requerimento é tempestivo?	x		protocolo à fl. 2, doc. 0051926, proc. 53000.040711/2013-14
2.	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.	x		fl. 5, doc. 0051926, proc. 53000.040711/2013-14
3	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.	x		fl. 6, doc. 0051926, e doc. 0314440 proc. 53000.040711/2013-14
4	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.	x		p. 24, doc. 0218812, proc. 53900.026186/2014-53
5	Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998.	X		fls. 11-27, 30, doc. 0051926, proc. 53000.040711/2013-14, e p. 4-23, doc. 0218812, proc. 53900.026186/2014-53

6	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.	X	fls. 74-77, doc. 0051926, proc. 53000.040711/2013-14, e p. 27-28, doc. 0218812, proc. 53900.026186/2014-53
7	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.	X	fls. 54-59, 66-70, doc. 0051926, proc. 53000.040711/2013-14
8	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora.	X	p. 26, doc. 0218812, proc. 53900.026186/2014-53
9	Relatório de apuração de infrações	X	Doc. 0304236, proc. 53900.038272/2014-17
9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?	X	
9.2	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização?	X	Não consta, de acordo com o Despacho Interno CODEN 0304236, proc. 53900.038272/2014-17, registro de Processo de Apuração de Infração - PAI.

5. Portanto, constatada a tempestividade do requerimento e apresentados os documentos exigidos pela regulamentação, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério das Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.

III – CONCLUSÃO

6. Diante do exposto, considerando a regularidade dos documentos e, em particular, o atendimento aos requisitos constantes do Parecer nº 475/2015, opino em sentido favorável à renovação da outorga para prestação do serviço de radiodifusão comunitária.

À consideração superior.

Brasília, 27 de julho de 2015.

Aline Veloso dos Passos
Coordenadora-Geral de Assuntos Judiciais

DESPACHO nº 1923 / 2015

PROCESSO: 53000.040711/2013-14

INTERESSADO: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL GAIVOTA

ASSUNTO: Renovação de autorização para explorar o serviço de radiodifusão comunitária.

1. Aprovo o Parecer nº 608/2015 (doc. 0601271).
2. Encaminhe-se o processo à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica - SCE/MC.

Brasília, 27 de julho de 2015.

Alan Emanuel Cavalcante Trajano
Consultor Jurídico

Assinado eletronicamente por: Cacilda Lanuza da Rocha Duque

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO
COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS DO GABINETE**

DESPACHO

Processo nº: 53000.040711/2013-14

Interessado: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL GAIVOTA

Assunto: Restituição de processo.

Destinatário: SCE

Tendo em vista a expedição do Ofício nº 7291/2016/SEI-MC, de 8 de março de 2016, à Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência da República, restitua-se o presente processo à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica deste Ministério.

Brasília, 10 de março de 2016.



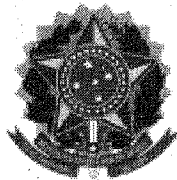
Documento assinado eletronicamente por **Adriana Rosa dos Santos, Coordenadora-Geral de Serviços do Gabinete**, em 11/03/2016, às 15:18, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1015704** e o código CRC **055CA0C2**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO
COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS DO GABINETE**

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 721 – 70044-900 Brasília-DF - Tel.: (61) 2027-6242 / 6225

Ofício nº 9843/2016/SEI-MC

Presidência da República	
CODOC/PROTOCOLO	
23 MAR 2016	
Hom:	12.22
Func:	

Assistente-Codoc

Ao Senhor

ADAUTO MODESTO JÚNIOR

Subchefe-Adjunto da Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência da República

Palácio do Planalto – 4º andar
70150-900 Brasília-DF

Assunto: **Processos (encaminha)**

Senhor Subchefe-Adjunto,

Atendendo à orientação dessa Subchefia e ao que dispõe o Decreto nº 3.714, de 3 de janeiro de 2001, referente à transmissão eletrônica de documentos, encaminho, em anexo, os seguintes processos impressos a partir de arquivos digitais com valor de original:

EM nº 87/2016 MC

- 53000.065857/2011

EM nº 92/2016 MC

- 53000.029405/2012

EM nº 93/2016 MC

- 53000.019647/2013

EM nº 94/2016 MC

- 53000.055771/2011

EM nº 95/2016 MC

- 53000.036058/2011

EM nº 96/2016 MC

- 53000.056635/2011

EM nº 97/2016 MC

- 53000.007033/2013

EM nº 115/2016 MC

- 53740.000250/2001

EM nº 117/2016 MC

- 53000.057904/2011

EM nº 118/2016 MC

- 53000.038596/2012

EM nº 120/2016 MC

- 53000.029031/2013

EM nº 123/2016 MC

- 53000.059357/2013

EM nº 125/2016 MC

- 53000.057221/2011

EM nº 126/2016 MC

- 53000.059718/2011

EM nº 127/2016 MC

- 53000.040711/2013

EM nº 128/2016 MC

- 53000.059721/2011

EM nº 129/2016 MC

- 53830.000769/2000

EM nº 130/2016 MC

- 53000.058935/2011

EM nº 131/2016 MC

- 53000.008174/2012

EM nº 132/2016 MC

- 53000.061475/2011

EM nº 133/2016 MC

- 53000.059764/2010

EM nº 134/2016 MC

- 53740.000060/2002

EM nº 135/2016 MC

- 53000.026815/2009

EM nº 136/2016 MC

- 53000.050136/2011

EM nº 137/2016 MC

- 53000.034867/2008

EM nº 138/2016 MC

- 53000.057121/2013

EM nº 139/2016 MC

- 53000.040064/2011

Atenciosamente,

ADRIANA SANTOS
Coordenadora-Geral



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Rosa dos Santos, Coordenadora-Geral de Serviços do Gabinete**, em 23/03/2016, às 17:07, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **1039404** e o código CRC **6E4E20FE**.

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO
COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS DO GABINETE**

DESPACHO

Processo nº: 53000.040711/2013-14

Interessado: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL GAIVOTA

Assunto: Restituição de processo.

Destinatário: SCE

Tendo em vista a expedição do Ofício nº 9843/2016/SEI-MC, de 23 de março de 2016, à Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência da República, restitua-se o presente processo à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica deste Ministério.

Brasília, 28 de março de 2016.



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Rosa dos Santos, Coordenadora-Geral de Serviços do Gabinete**, em 28/03/2016, às 15:52, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1042311** e o código CRC **95D4C3D2**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 16660/2016/SEI-MC

Ao Senhor

FELIPE SCHMIDT FONSECA

Representante Legal da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL GAIVOTA

Rua Dr. Esteves da Silva nº 147 - sl. 113/114

11680-000 /Ubatuba – SP

CNPJ nº 02.848.983/0001-46

Assunto: **Renovação da Outorga / Processo nº 53000.040711/2013-14.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Informamos que a outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária concedida à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL GAIVOTA, sediada em **Ubatuba - SP**, foi renovada pelo prazo de dez anos, a partir de **30 de julho de 2013**, conforme Portaria nº 6.177, de 1º de Dezembro de 2015, publicada no DOU de 9 de dezembro de 2015.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, Substituta**, em 12/05/2016, às 16:56, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1129388** e o código CRC **4C9E54B3**.

NOME OU RAZÃO SOCIAL	SC/11/11
ENDEREÇO / ADDRESS	OFÍCIO nº 16660/2016/SEI-MC, de 12/05/2016
CEP / CODE POSTAL	Nº DO PROCESSO: 53000.040711/2013-14
	FELIPE SCHMIDT FONSECA
	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL GAIVOTA
	Rua Dr. Esteves da Silva nº 147 - sl. 113/114
	11680-000 - Ubatuba - SP

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION	NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI
	<input type="checkbox"/> PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE
	<input type="checkbox"/> EMS
	<input type="checkbox"/> SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR	DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRATION	CARIMBO DE ENTREGA / UNIDADE DE DESTINO / BUREAU DE DESTINATION
Ronaldo Ferreira	25/05/16	
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR		
RONALDO FERREIRA		
Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR	RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT	
	FRANCISCO DE ASSIS COUTINHO Agente de Correios Matrícula: 81127294 CDD UBATUBA	
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO		



**AVISO DE
RECEBIMENTO**

AVIS CN07

AR

JO 39168019 8 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

AGENCIA MINCOM

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

DEVOLUÇÃO
RETOUR

NC

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretária de Serviços de Comunicações Eletrônica

Departamento de Outorga de Serviços

ER

Esplanada dos Ministérios, Bloco R,

Ed. Anexo Ala Oeste sala 300

70044-900

Brasília-DF

CI

UF

BRASIL

53790.001359/1997-07

A-29

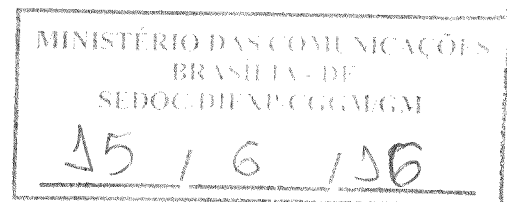
T-1

Ofício nº 0252/2016 - SAJ

Em 8 de junho de 2016.

Ao Senhor

ARLEY AYRES

Chefe de Gabinete do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
BRASÍLIA/DFAssunto: **Restituição de Exposições de Motivos.**

Senhor Chefe de Gabinete,

Restituo a Vossa Senhoria, para reavaliação pelo novo titular da pasta competente para a matéria, os processos e as Exposições de Motivos abaixo relacionadas:

Quantidade	Nº da EXM – MC	Nº Processo
1	336/2015 - MC	53000.042680/2010-85
2	79/2016 - MC	53000.046522/2011-85
3	70/2016 - MC	53000.058125/2011-56
4	115/2016 - MC	53000.038016/2006-55
5	131/2016 - MC	53000.008174/2012-29
6	139/2016 - MC	53000.040064/2011-71
7	136/2016 - MC	53000.050136/2011-98
8	127/2016 - MC	53000.040711/2013-14
9	74/2016 - MC	53000.006880/2013-17
10	132/2016 - MC	53000.061475/2011-08
11	128/2016 - MC	53000.059721/2011-53
12	134/2016 - MC	53740.000060/2002-03
13	135/2016 - MC	53000.026815/2009-21
14	86/2016 - MC	53000.056634/2011-44
15	58/2016 - MC	53000.046522/2013-47
16	84/2016 - MC	53000.048414/2012-28
17	138/2016 - MC	53000.057121/2013-12
18	358/2015 - MC	53000.056640/2013-63
19	340/2015 - MC	53000.005277/2007-70
20	213/2015 - MC	53000.014911/2007-65
21	385/2015 - MC	53000.003696/2007-77

22	350/2015 - MC	53000.015437/2009-51
23	89/2016 - MC	53000.045180/2012-67
24	10/2016 - MC	53000.071599/2013-55
25	306/2015 - MC	53000.003644/2010-04
26	304/2015 - MC	53000.039692/2010-22
27	88/2016 - MC	53000.058119/2011-07
28	333/2016 - MC	53000.015435/2013-48
29	332/2015 - MC	53000.000298/2013-47
30	8/2016 - MC	53000.006807/2013-45
31	7/2016 - MC	53000.026610/2013-22
32	2/2016 - MC	53000.029406/2013-63
33	354/2015 - MC	53000.046795/2012-19
34	305/2015 - MC	53000.013513/2010-27
35	363/2015 - MC	53000.041617/2013-74
36	104/2016 - MC	53000.058133/2011-01
37	4/2016 - MC	53000.004800/2014-70
38	341/2015 - MC	53000.065263/2007-13
39	101/2016 - MC	53000.058136/2011-36
40	362/2015 - MC	53000.025840/2007-26
41	346/2015 - MC	53000.062713/2007-16
42	347/2015 - MC	53000.010896/2008-67
43	307/2015 - MC	53720.000299/2000-41
44	351/2015 - MC	53000.010790/2008-63
45	102/2016 - MC	53000.058139/2011-70
46	5/2016 - MC	53000.059200/2013-68
47	328/2015 - MC	53000.006271/2010-15
48	287/2015 - MC	53000.016325/2014-84
49	98/2016 - MC	53000.051583/2012-45
50	353/2015 - MC	53000.049480/2012-15
51	359/2015 - MC	53000.056251/2011-76
52	337/2015 - MC	53000.056648/2012-49
53	9/2016 - MC	53000.069868/2013-13
54	302/2015 - MC	53000.003848/2010-37
55	379/2015 - MC	53000.065326/2013-71
56	375/2015 - MC	53000.040135/2013-05
57	380/2015 - MC	53000.059407/2013-32
58	303/2015 - MC	53000.006481/2010-11
59	301/2015 - MC	53720.000225/2002-77
60	309/2015 - MC	53790.000211/2000-68
61	60/2016 - MC	53000.015829/2013-04
62	87/2016 - MC	53000.065857/2011-01
63	59/2016 - MC	53000.069974/2013-05
64	170/2016 - MC	53000.048613/2013-17
65	154/2016 - MC	53000.044171/2012-59
66	164/2016 - MC	53000.057297/2012-93
67	117/2016 - MC	53000.057904/2011-34
68	125/2016 - MC	53000.057221/2011-87
69	168/2016 - MC	53000.024276/2012-91
70	105/2016 - MC	53000.062227/2013-38
71	61/2016 - MC	53000.039068/2013-78

72	94/2016 – MC	53000.055771/2011-61
73	93/2016 – MC	53000.019647/2013-02
74	96/2016 – MC	53000.056635/2011-99
75	52/2016 – MC	53000.056637/2011-88
76	360/2015 – MC	53000.056644/2011-80
77	361/2015 – MC	53000.052145/2007-37
78	355/2015 – MC	53000.015189/2014-13
79	364/2015 – MC	53000.028014/2012-04
80	324/2015 – MC	53000.014329/2010-02
81	103/2016 – MC	53000.065035/2012-01
82	383/2015 – MC	53000.051948/2006-93
83	323/2015 – MC	53000.042099/2010-63
84	214/2015 – MC	53000.063955/2006-38
85	1/2016 – MC	53000.02.0436/2013-12
86	162/2016 – MC	53000.040866/2012-61
87	153/2016 – MC	53000.031930/2012-13
88	149/2016 – MC	53000.008124/2013-22
89	143/2016 – MC	53000.058587/2011-73
90	147/2016 – MC	53000.019259/2014-02
91	167/2016 – MC	53000.006813/2013-01
92	144/2016 – MC	53000.056608/2011-16
93	163/2016 – MC	53000.031924/2012-66
94	120/2016 – MC	53000.029031/2013-31
95	371/2015 – MC	53000.068928/2007-32
96	3/2016 – MC	53000.055380/2013-17
97	376/2015 – MC	53000.040584/2013-45
98	367/2015 – MC	53000.063230/2005-69
99	365/2015 – MC	53000.070758/2013-02
100	272/2015 – MC	53000.014022/2013-46
101	243/2015 – MC	53000.019342/2008-25
102	279/2015 – MC	53000.068058/2013-40
103	286/2015 – MC	53000.058945/2013-18
104	80/2016 – MC	53000.040134/2011-91
105	77/2016 – MC	53000.070233/2013-69
106	75/2016 – MC	53000.062335/2013-19
107	68/2016 – MC	53000.031942/2012-48
108	6/2016 – MC	53000.060033/2013-06
109	378/2015 – MC	53000.046274/2013-34
110	366/2015 – MC	53000.056194/2013-97
111	81/2016 – MC	53000.016939/2012-02
112	273/2015 – MC	53000.041679/2013-86
113	63/2016 – MC	53000.065780/2013-22
114	269/2015 – MC	53000.058466/2011-21
115	197/2015 – MC	53000.059414/2011-72
116	319/2015 – MC	53000.003556/2012-66
117	266/2015 – MC	53000.007034/2013-14
118	67/2016 – MC	53000.020798/2013-03
119	55/2016 – MC	53000.056642/2011-91
120	62/2016 – MC	53000.058131/2011-11
121	54/2016 – MC	53000.061913/2013-91

122	211/2015 – MC	53000.057294/2012-50
123	193/2015 – MC	53000.016307/2011-50
124	261/2015 – MC	53000.045699/2010-83
125	281/2015 – MC	53000.019532/2013-18
126	298/2015 – MC	53000.022860/2008-26
127	219/2015 – MC	53000.029611/2007-81
128	294/2015 – MC	53000.007687/2014-84
129	228/2015 – MC	53000.054050/2012-15
130	192/2015 – MC	53000.031931/2012-68
131		
132	278/2015 – MC	53000.007050/2013-15
133	277/2015 – MC	53000.068456/2013-66
134	252/2015 – MC	53650.000357/2002-70
135	244/2015 – MC	53000.051345/2007-72
136	207/2015 – MC	53000.019584/2007-38
137	257/2015 – MC	53710.000326/2002-67
138	263/2015 – MC	53000.007834/2008-78
139	194/2015 – MC	53000.024307/2008-28
140	199/2015 – MC	53000.046729/2011-50
141	288/2015 – MC	53000.028473/2013-61
142	71/2016 – MC	53000.052021/2011-38
143	78/2016 – MC	53000.045558/2013-11
144	271/2015 – MC	53000.055786/2012-19
145	283/2015 – MC	53000.041134/2011-16
146	65/2016 – MC	53000.057914/2011-70
147	227/2015 – MC	53000.048732/2013-70
148	291/2015 – MC	53000.015610/2013-05
149	292/2015 – MC	53000.034808/2013-80
150	285/2015 – MC	53000.070495/2013-23
151	265/2015 – MC	53000.046584/2006-20
152	234/2015 – MC	53000.057324/2005-07
153	106/2016 – MC	53000.004549/2005-52
154	159/2016 – MC	53900.006400/2014-55
155	150/2016 – MC	53000.056221/2011-60
156	151/2016 – MC	53000.056610/2011-95
157	152/2016 – MC	53000.028629/2012-22
158	108/2016 – MC	53000.037683/2007-00
159	146/2016 – MC	53000.057442/2011-55
160	161/2016 – MC	53000.026302/2013-05
161	158/2016 – MC	53000.029374/2013-04
162	166/2016 – MC	53000.053992/2010-14
163	155/2016 – MC	53000.058142/2011-93
164	140/2016 – MC	53000.027802/2007-16
165	109/2016 – MC	53670.002069/2002-11
166	157/2016 – MC	53000.073739/2012-49
167	142/2016 – MC	53000.056631/2011-19
168	145/2016 – MC	53000.058076/2011-51
169	160/2016 – MC	53000.053259/2013-42
170	156/2016 – MC	53000.058134/2011-47
171	229/2015 – MC	53000.038653/2013-51

172	232/2015 – MC	53000.056240/2011-96
173	83/2016 – MC	53000.020068/2012-13
174	82/2016 – MC	53000.055763/2011-15
175	73/2016 – MC	53000.057295/2012-02
176	85/2016 – MC	53000.071796/2013-74
177	66/2016 – MC	53000.051987/2012-39
178	165/2016 – MC	53000.048835/2013-30
179	275/2015 – MC E 276/2015	53710.000552/2002-48

Atenciosamente,

ENGELS AUGUSTO MUNIZ

Chefe de Gabinete da Subchefia para Assuntos Jurídicos da
Casa Civil da Presidência da República

KATIA

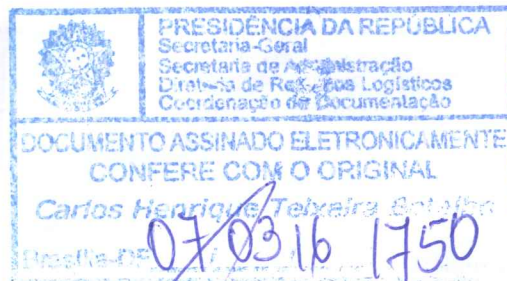
53000.040711/2013-14

EM nº 00127/2016 MC

Brasília, 7 de Março de 2016

8

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,



1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.040711/2013-14, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 30 de julho de 2013, a autorização outorgada à Associação Cultural Comunitária Gaivota, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Ubatuba/SP.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Andre Peixoto Figueiredo Lima

PARECER Nº 608 / 2015 / SEI-MC

PROCESSO Nº 53000.040711/2013-14

INTERESSADO: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL GAIVOTA

ASSUNTO: Renovação de autorização para explorar o serviço de radiodifusão comunitária.

Radiodifusão comunitária. Renovação.
Preenchimento dos requisitos normativos. Pelo
deferimento do pedido.

I – DO RELATÓRIO

1. A Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica – SCE do Ministério das Comunicações encaminha para análise desta Consultoria Jurídica procedimento referente à renovação de outorga do serviço de radiodifusão comunitária. Os dados relativos à outorga e ao pedido de renovação, conforme explicitados na Nota Técnica da SCE, são os seguintes:

Entidade	Localidade	Termo inicial (publicação Decreto Legislativo)	Termo final	Data de apresentação do requerimento
Associação Comunitária Cultural Gaivota	Ubatuba/S P	30/07/2003	30/07/20 13	08/07/2013

2. É o relatório.

II – DA FUNDAMENTAÇÃO

3. Inicialmente, cumpre ressaltar que o entendimento jurídico consolidado desta CONJUR está exposto no Parecer nº 475/2015 (originalmente apresentado no processo nº 53900.030496/2015-53), aprovado pelo Consultor Jurídico como manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014, o qual se adota como fundamento nesta ocasião.

4. Conforme consta do anexo ao referido parecer, o processo de renovação deve ser instruído com os seguintes documentos, todos devidamente apresentados no caso em tela:

PARECER REFENCIAL Nº 475/2015

RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

DOCUMENTOS		SIM	NÃO	Fls. / nº do doc.
1	Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.	x		fl. 2, doc. 0051926, proc. 53000.040711/2013-14
1.1	O requerimento é tempestivo?	x		protocolo à fl. 2, doc. 0051926, proc. 53000.040711/2013-14
2.	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.	x		fl. 5, doc. 0051926, proc. 53000.040711/2013-14
3	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.	x		fl. 6, doc. 0051926, e doc. 0314440 proc. 53000.040711/2013-14
4	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.	x		p. 24, doc. 0218812, proc. 53900.026186/2014-53
5	Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998.	X		fls. 11-27, 30, doc. 0051926, proc. 53000.040711/2013-14, e p. 4-23, doc. 0218812, proc. 53900.026186/2014-53

6 Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.

X

fls. 74-77, doc. 0051926, proc. 53000.040711/2013-14, e p. 27-28, doc. 0218812, proc. 53900.026186/2014-53

7 Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.

X

fls. 54-59, 66-70, doc. 0051926, proc. 53000.040711/2013-14

8 Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora.

X

p. 26, doc. 0218812, proc. 53900.026186/2014-53

9 Relatório de apuração de infrações

X

Doc. 0304236, proc. 53900.038272/2014-17

9.1 Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?

X

9.2 Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização?

X

Não consta, de acordo com o Despacho Interno CODEN 0304236, proc. 53900.038272/2014-17, registro de Processo de Apuração de Infração - PAI.

5. Portanto, constatada a tempestividade do requerimento e apresentados os documentos exigidos pela regulamentação, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério das Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.

III – CONCLUSÃO

6. Diante do exposto, considerando a regularidade dos documentos e, em particular, o atendimento aos requisitos constantes do Parecer nº 475/2015, opino em sentido favorável à renovação da outorga para prestação do serviço de radiodifusão comunitária.

À consideração superior.

Brasília, 27 de julho de 2015.

Aline Veloso dos Passos
Coordenadora-Geral de Assuntos Judiciais



DESPACHO nº 1923 / 2015

PROCESSO: 53000.040711/2013-14

INTERESSADO: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL GAIVOTA

ASSUNTO: Renovação de autorização para explorar o serviço de radiodifusão comunitária.

1. Aprovo o Parecer nº 608/2015 (doc. 0601271).
2. Encaminhe-se o processo à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica - SCE/MC.

Brasília, 27 de julho de 2015.

Alan Emanuel Cavalcante Trajano
Consultor Jurídico

Assinado eletronicamente por: Cacilda Lanuza da Rocha Duque

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

DESPACHO

Processo nº: 53000.040711/2013-14

Considerando que os órgãos técnico e jurídico desta Pasta já se posicionaram favoravelmente ao deferimento do pleito, conforme os termos da Nota Técnica n.º 16754/2014/SEI-MC e do Parecer n.º 608/2015/SEI-MC, respectivamente, e a mudança do Titular desta Pasta, restitua-se o presente processo à Consultoria Jurídica, com a minuta de Exposição de Motivos disposta no campo próprio abaixo, para reexame e providências, com vistas à submissão dos autos ao atual Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Vanda Jugurtha Bonna Nogueira
Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Vanda Jugurtha Bonna Nogueira, Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 22/07/2016, às 14:11, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1244711** e o código CRC **FC4DE916**.

Minutas e Anexos

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Interino,

1.Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.040711/2013-14, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 30 de julho de 2013, a autorização outorgada à Associação Cultural Comunitária Gaivota, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Ubatuba/SP.

2.Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

GILBERTO KASSAB
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53000.040711/2013-14**

Entidade: **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL GAIVOTA**

Assunto: **Encaminhamento de Processo**

Ao Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização,

Considerando que órgãos técnico e jurídico desta Coordenação já revisaram o processo e se posicionaram favoravelmente ao deferimento do pleito, encaminho o processo acima referido, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio**, **Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 15/03/2017, às 16:52, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1733123** e o código CRC **9DBFF0B**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.040711/2013-14

SEI nº 1733123

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53000.040711/2013-14**

Entidade: **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL GAIVOTA**

Assunto: **Encaminhamento de Processo**

À Secretaria de Radiodifusão,

Considerando que órgãos técnico e jurídico já revisaram o processo e se posicionaram favoravelmente ao deferimento do pleito, encaminho o processo acima referido, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Itamar Marques Teixeira, Diretor de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização, Substituto**, em 16/03/2017, às 10:04, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1733126** e o código CRC **D3388C3F**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.040711/2013-14

SEI nº 1733126

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53000.040711/2013-14**

Entidade: **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL GAIVOTA**

Assunto: **Minuta de Exposição de Motivos**

À Chefia de Gabinete do Ministro,

Considerando que órgãos técnico e jurídico desta Pasta já revisaram o processo e se posicionaram favoravelmente ao deferimento do pleito, conforme os termos da Nota Técnica nº 16754/2014/SEI-MC (0233762) e do Parecer Conjur nº 608/2015/SEI-MC (0601271), encaminho a Exposição de Motivos anexa, com vista à submissão dos autos ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vanda Jugurtha Bonna Nogueira, Secretária de Radiodifusão**, em 16/03/2017, às 21:07, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1733132** e o código CRC **1F553BDB**.

Minutas e Anexos

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.040711/2013-14, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 30 de Julho de 2013, a autorização outorgada à **Associação Cultural Comunitária Gaivota**, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Ubatuba/SP.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

GILBERTO KASSAB

Referência: Processo nº 53000.040711/2013-14

SEI nº 1733132

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.040711/2013-14, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 30 de Julho de 2013, a autorização outorgada à Associação Cultural Comunitária Gaivota, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Ubatuba/SP.
2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 14/05/2017, às 13:07, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1762351** e o código CRC **DD75D000**.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

UNIDADE(S) DESTINATÁRIA(S):

CGGM_RÁDIO

DEMANDA:

Encaminhar a Presidência da República

OBSERVAÇÃO:

Tendo em vista a assinatura da Exposição de Motivos, encaminhe-se o processo, em cópia autenticada, a Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para inserção no SIDOF e posterior envio à Presidência da República.

Brasília, 15 de maio de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Agente Administrativo**, em 16/05/2017, às 17:17, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1883729** e o código CRC **E6348B38**.

Referência: Processo nº 53000.040711/2013-14

SEI nº 1883729

Brasília, 10 de agosto de 2017.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.040711/2013-14, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 30 de Julho de 2013, a autorização outorgada à Associação Cultural Comunitária Gaivota, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Ubatuba/SP.
2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Gilberto Kassab

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES****GABINETE DO MINISTRO**

Esplanada dos Ministérios, Bloco E

CEP: 70067-900 Brasília-DF

Tel.: (61) 2033-7444

Ofício nº 36036/2017/SEI-MCTIC

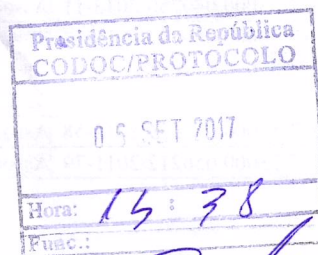
Ao Senhor

MARCELO PACHECO DOS GUARANY

Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG

Casa Civil da Presidência da República

Brasília/DF

Assunto: **Concessão de outorga**

Senhor Subchefe,

Em atendimento à orientação dessa Subchefia e ao disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe os seguintes processos impressos a partir de arquivo digital com valor de original, que tratam de concessão de outorga.

Nº EM	Nº PROCESSO	ENTIDADE INTERESSADA
574/2017	53000.051605/2012-77	Associação Comunitária de Voluntários e Casais de Jardinópolis - ACVOLCAJA
581/2017	53000.055763/2011-15	Associação Cultural e Comunitária Prima
582/2017	53000.003434/2014-31	Associação Comunitária São José
583/2017	53000.040711/2013-14	Associação Cultural Comunitária Gaivota
584/2017	53000.046522/2013-47	Associação Comunitária, Educativa, Cultural e Artística Dinâmica
585/2017	53000.009819/2014-11	Associação de Comunicação e Rádio Comunitária do Bairro São Bernardo
586/2017	53000.007039/2013-47	Associação Comunitária de Cultura, Lazer e Entretenimento da Estância Climática De Nuporanga
592/2017	53000.057352/2011-64	Associação Comunitária Pró-Desenvolvimento Cultural e Turístico de Caconde
593/2017	53000.061497/2013-21	Associação de Desenvolvimento Artístico Cultural e Social
594/2017	53000.047461/2011-73	Associação Comunitária Itaquerê de Comunicação de Nova Europa
595/2017	53000.014269/2012-81	Sociedade dos Ecologistas de Tambaú
597/2017	53000.058151/2011-84	Associação Batatense Cultural - ABC
600/2017	53000.057044/2013-09	Associação Comunitária Cidadã Nossa Senhora Aparecida
601/2017	53900.001804/2014-52	Associação Comunitária para Cidadania e Desenvolvimento Social de Monte Azul Paulista
602/2017	53000.058115/2011-11	Associação Comunitária Central de Araraquara
604/2017	53000.000307/2014-81	Associação Comunitária Renascer de Guaimbê
605/2017	53000.062557/2013-23	Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária de Itajobi
606/2017	53000.017204/2013-79	Associação Comunitária Serrazulense
607/2017	53000.007888/2014-81	Associação Comunitária, Cultural e Beneficente - Centenário
608/2017	53000.036049/2012-17	Associação Comunitária de Rádio Cultural Curumim
613/2017	53900.017538/2015-61	Água Boa Associação Comunitária
614/2017	53900.034498/2015-11	Associação Movimento Comunitário Rádio Regional Navegantes FM
615/2017	53000.068877/2013-97	Associação Comunitária de Comunicação-Rádio Princesa do Atlântico Fm
616/2017	53000.049480/2012-15	Associação Comunitária de Comunicação, Cultural e Social
617/2017	53900.007240/2014-61	Associação dos Moradores e Produtores Rurais de Assunção
618/2017	53000.056211/2011-24	Rádio Comunitária Araçá FM
619/2017	53000.054475/2012-24	Associação Beneficente de Santa Cruz da Venerada
620/2017	53900.037910/2015-55	Associação de Rádio Comunitária - ARC
621/2017	53000.029374/2013-04	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura
622/2017	53000.021323/2012-45	Associação Comunitária Rádio Educativa Cidade FM
624/2017	53000.069265/2013-11	Associação de Comunicação Comunitária Taquarense
625/2017	53000.021788/2012-04	Associação Comunitária Urtigão

626/2017	53000.028888/2013-34	Rádio Grupo Conesul
627/2017	53000.042278/2013-43	Associação Comunitária Dom Zigmund Felinski para O Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico
628/2017	53000.058104/2011-31	Associação Cultural União Comunitária Zona Sul - ACONSUL
629/2017	53000.041034/2013-43	Associação Cultural, Comunitária e Radiodifusão
630/2017	53000.046522/2011-85	Associação Comunitária Braçonortense
631/2017	53900.006048/2014-58	Associação Cultural de Salto Veloso
632/2017	53000.070495/2013-23	Associação e Movimento Comunitário Rádio Paz Serrana FM
633/2017	53000.024854/2013-71	Rancho Verde Viva - RVV
635/2017	53000.015818/2013-16	Associação Cultural Comunitária Jacutinguense de Radio Difusão
637/2017	53000.047873/2012-94	Associação Comunitária de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagens Arara para executar
638/2017	53000.058097/2011-77	Associação da Rádio Comunitária Redenção FM
639/2017	53000.058143/2011-38	Associação Cultural Dona Maria Vergentina
640/2017	53000.040750/2013-11	Associação de Radiodifusão Comunitária de Caxias do Sul
641/2017	53000.059292/2011-14	Rádio Comunitária Educativa e Cultural Arinense
642/2017	53000.015822/2013-84	Associação Cultural Comunitária União de São Tiago
643/2017	53900.041679/2015-02	Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico
644/2017	53000.056639/2012-58	Associação Beneficente e Cultural
645/2017	53000.056212/2011-79	Associação Comunitária Voz Serrana

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana**, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro e Delegação de Competência Portaria Nº 1.317/2017, em 05/09/2017, às 19:23, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **2137313** e o código CRC **3A891D49**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 36036/2017/SEI-MCTIC - Processo nº 01250.000256/2016-11 - Nº SEI: 2137313

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

DESPACHO

Processo nº: 53000.040711/2013-14
Referência: Ofício nº 36036/2017/SEI-MCTIC.
Assunto: Restituição de processo.
Destinatário: CGRC

Tendo em vista a expedição do Ofício nº 36036/2017/SEI-MCTIC à Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência da República, restitua-se o presente processo.



Documento assinado eletronicamente por **Gloria Lorena Machado**, **Assistente Técnico do Gabinete da Secretaria de Radiodifusão**, em 11/09/2017, às 10:01, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2201885** e o código CRC **144498BE**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.040711/2013-14

SEI nº 2201885

Pedro Paulo Verano de Souza

De: Luciana Silveira Teixeira
Enviado em: sexta-feira, 4 de janeiro de 2019 18:43
Para: Andre Jose de Oliveira; Carlos Henrique Teixeira Botelho; Glauce Pereira da Silva
Cc: Luciana Cortez Roriz Pontes; Luciana Silveira Teixeira; Daniela de Oliveira Rodrigues; Daniela de Souto Inocencio; Jose Cruz Filho; Daniel Christianini Nery; Daniel Goncalves Viana; Miquierlam Chaves Cavalcante; Eugenio Cesar Almeida Felippetto; Ana Carolina Tannuri Laferte Marinho
Assunto: Devolução 2 - EMs radiodifusão

Prezado André,

De ordem da Subchefe Adjunta de Infraestrutura, considerando a posse do Presidente da República e do novo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, solicito a devolução das Exposições de Motivos relacionadas abaixo à Pasta competente (MCTIC), no Sistema de Geração e Tramitação de Documentos Oficiais do Governo Federal - SIDOF, para que seja realizada a reavaliação da pertinência da medida proposta pelo novo Ministro, bem como adequação às novas diretrizes governamentais.

53000.012166/2010-15 – EM nº 81/2017-MCTIC
53000.040830/2013-69 – EM nº 00330/2017-MCTIC
53000.055760/2011-81 – EM nº 00333/2017-MCTIC
53000.074982/2013-65 – EM nº 00261/2017-MCTIC
53000.032006/2011-73 – EM nº 00321/2017-MCTIC
53000.047616/2011-71 - EM nº 00281/2017 MCTIC
53000.007973/2012-88 – EM nº 00232/2016-MCTIC
53000.026910/2010-69 – EM 00230/2016 - MCTIC
53900.006400/2014-55 – EM 00289/2017 - MCTIC
53000.044719/2011-80 - EM 00307/2017 - MCTIC
53000.057576/2013-38 - EM 00307/2017 - MCTIC
53000.050136/2011-98 - EM 00187/2017 - MCTIC
53000.049242/2012-18 - EM 00323/2017 - MCTIC
53000.064008/2012-11 - EM 00328/2017 - MCTIC
53000.005325/2012-97 - EM 01061/2017 - MCTIC
53900.001093/2016-88 - EM 00042/2018 - MCTIC
53000.020768/2004-06 - EM 00271/2016 - MCTIC
53000.027954/2010-14 - EM 00237/2016 - MCTIC
53000.060071/2011-99 - EM 01080/2017 - MCTIC
53000.059254/2013-23 - EM 00156/2017 - MCTIC
53830.000784/2000-78 - EM 00154/2017 - MCTIC
53000.074700/2013-20 Exposição de Motivos 161 2017 MCTIC (0214387)
53000.051583/2012-45 Exposição de Motivos 282 2017 MCTIC (0247186)
53000.027859/2012-74 Exposição de Motivos 1035 2017 MCTIC (0359944)
53790.000368/2000-93 Exposição de Motivos 441 2018 MCTIC (0794170)
53000.031941/2012-01 Exposição de Motivos 94 2017 MCTIC (0179902)
53000.059476/2011-84 Exposição de Motivos 179 2017 MCTIC (0219948)
53900.063451/2015-65 Exposição de Motivos 1094 2017 MCTIC (0383657)
53000.000369/2006-82 Exposição de Motivos EXM MCTIC 193 2016 (0058228)
53000.064006/2007-56 Exposição de Motivos 150 2017 MCTIC (0213972)
53000.058471/2011-34 - EM nº 417/2017 MCTIC

53900.010501/2014-21 - EM nº 378/2018 MCTIC
53000.057831/2011-81- Exposição de Motivos 1052 2017 MCTIC (0382094)
53000.009001/2012-28 – Exposição de Motivos 1067 2017 MCTIC (0382266)
53000.067611/2011-65 - Exposição de Motivos 971 2017 MCTIC (0357555)
53900.021361/2014-16 - Exposição de Motivos 650 2017 MCTIC (0308588)
01250.072621/2017-62 - Exposição de Motivos 425 2018 MCTIC (0808682)
53000.047461/2011-73 -Exposição de Motivos 594 2017 MCTIC (0302018)
53000.058151/2011-84 - Exposição de Motivos 597 2017 MCTIC (0302009)
53900.029941/2015-32 - Exposição de Motivos 665 2017 MCTIC (0309687)
53000.070171/2013-95 - Exposição de Motivos 696 2017 MCTIC (0311929)
53900.003001/2014-32 - Exposição de Motivos 727 2017 MCTIC (0320630)
53900.047381/2015-06 - Exposição de Motivos 718 2017 MCTIC (0319399)
53900.018561/2014-91 - Exposição de Motivos 385 2018 MCTIC (0785184)
53000.010271/2012-81 - Exposição de Motivos 420 2018 MCTIC (0796194)
53900.025631/2014-68 - Exposição de Motivos 422 2018 MCTIC (0808446)
53900.026731/2014-10 - Exposição de Motivos 348 2018 MCTIC (0733503)
53900.031471/2014-96 - Exposição de Motivos 290 2018 MCTIC (0701495)
53000.007901/2014-01 - Exposição de Motivos 313 2018 MCTIC (0702758)
53900.048911/2015-25 - Exposição de Motivos 328 2018 MCTIC (0732602)
53900.016981/2014-33 - Exposição de Motivos 277 2018 MCTIC (0703036)
53900.047341/2015-56 - Exposição de Motivos 311 2018 MCTIC (0703008)
53900.050321/2015-62 - Exposição de Motivos 291 2018 MCTIC (0702244)
53000.066111/2013-78 - Exposição de Motivos 253 2018 MCTIC (0676949)
53000.007961/2012-53 - Exposição de Motivos 165 2018 MCTIC (0587696)
53900.018141/2014-13 - Exposição de Motivos 167 2018 MCTIC (0586159)
53000.054981/2012-13 - Exposição de Motivos 163 2018 MCTIC (0583602)
53000.006951/2013-81 - Exposição de Motivos 70 2018 MCTIC (0521365)
53900.017301/2015-80 - Exposição de Motivos 153 2018 MCTIC (0583770)
53900.050611/2015-14 - Exposição de Motivos 122 2018 MCTIC (0554598)
53900.007781/2015-71 - Exposição de Motivos 136 2018 MCTIC (0569460)
53000.056641/2011-46 - Exposição de Motivos 86 2018 MCTIC (0527776)
53000.056241/2011-31 - Exposição de Motivos 103 2018 MCTIC (0527496)
53900.049331/2015-55 - Exposição de Motivos 90 2018 MCTIC (0523348)
53000.069421/2013-44 - Exposição de Motivos 68 2018 MCTIC (0521538)
53000.056221/2011-60 - Exposição de Motivos 275 2017 MCTIC (0261599)
53000.059721/2011-53 - Exposição de Motivos MCTIC 255 2016 (0122403)
53650.000551/2001-74 - Exposição de Motivos 165 - MCTIC - 2016 (0061447)
53000.051661/2012-10 - Exposição de Motivos 429 2017 MCTIC (0262554)
53000.059431/2011-18 - Exposição de Motivos 1053 2017 MCTIC (0382119)
53900.017561/2015-55 -Exposição de Motivos 961 2017 MCTIC (0373870)
53000.057231/2011-12 - Exposição de Motivos 923 2017 MCTIC (0372276)
53000.007691/2012-81 - Exposição de Motivos 1039 2017 MCTIC (0360413)
53000.055761/2011-26 -Exposição de Motivos 895 2017 MCTIC (0332569)
53900.005861/2014-19 - Exposição de Motivos 906 2017 MCTIC (0332040)
53900.046841/2015-71 -Exposição de Motivos 854 2017 MCTIC (0330995)
53000.007031/2013-81 - Exposição de Motivos 823 2017 MCTIC (0328646)
53900.034331/2015-51 - Exposição de Motivos 787 2017 MCTIC (0327209)
53500.002411/2000-73 -Exposição de Motivos 284 2016 MCTIC (0141979)
53000.068251/2013-81 -Exposição de Motivos 715 2017 MCTIC (0323332)
53000.057301/2012-13 -Exposição de Motivos 610 2017 MCTIC (0323438)
53000.050951/2012-38 - Exposição de Motivos 587 2017 MCTIC (0322786)

53900.003161/2014-81 - Exposição de Motivos 745 2017 MCTIC (0322442)
53000.051671/2011-66 - Exposição de Motivos 207 2017 MCTIC (0228528)
53000.038631/2013-91 - Exposição de Motivos 199 2017 MCTIC (0228389)
53900.017191/2015-56 - Exposição de Motivos 115 2017 MCTIC (0231021)
53000.061151/2013-23 - Exposição de Motivos 113 2017 MCTIC (0230960)
53000.033271/2013-31 - Exposição de Motivos 386 2017 MCTIC (0278204)
53000.056621/2011-75 - Exposição de Motivos 506 2017 MCTIC (0278737)
53000.057441/2011-19 - Exposição de Motivos 504 2017 MCTIC (0278772)
53000.058111/2011-32 - Exposição de Motivos 554 2017 MCTIC (0279751)
53000.058131/2011-11 - Exposição de Motivos 352 2017 MCTIC (0280527)
53900.021931/2015-59 - Exposição de Motivos 409 2017 MCTIC (0268108)
53000.056441/2013-55 - Exposição de Motivos 313 2017 MCTIC (0266582)
53000.040721/2013-41 - Exposição de Motivos 537 2017 MCTIC (0272680)
53900.017291/2015-82 - Exposição de Motivos 517 2017 MCTIC (0272745)
53900.016191/2015-39 - Exposição de Motivos 503 2017 MCTIC (0274259)
53000.023661/2010-50 - Exposição de Motivos 479 2017 MCTIC (0276002)
53000.041601/2013-61 - Exposição de Motivos 496 2017 MCTIC (0276184)
53000.015611/2013-41 - Exposição de Motivos 470 2017 MCTIC (0276540)
53000.055771/2011-61 - Exposição de Motivos 540 2017 MCTIC (0277291)
53900.017321/2015-51 - Exposição de Motivos 387 2017 MCTIC (0278024)
53000.029031/2013-31 - Exposição de Motivos 565 2017 MCTIC (0288150)
53000.044171/2012-59 - Exposição de Motivos 384 2017 MCTIC (0282163)
53000.056211/2011-24 - Exposição de Motivos 618 2017 MCTIC (0303087)
53000.040711/2013-14 - Exposição de Motivos 583 2017 MCTIC (0301742)
53900.049701/2015-54 - Exposição de Motivos 656 2017 MCTIC (0308870)
53900.041581/2015-47 - Exposição de Motivos 655 2017 MCTIC (0308861)
53900.041521/2015-24 - Exposição de Motivos 677 2017 MCTIC (0311053)
53000.050661/2013-75 - Exposição de Motivos 217 2018 MCTIC (0677133)
53900.018431/2015-30 - Exposição de Motivos 251 2018 MCTIC (0672650)
53000.006761/2012-83 - Exposição de Motivos 1038 2017 MCTIC (0360154)
53900.034771/2015-16 - Exposição de Motivos 949 2017 MCTIC (0357237)
53000.098411/2006-97 - Exposição de Motivos 968 2017 MCTIC (0357699)
53000.048971/2012-49 - Exposição de Motivos 954 2017 MCTIC (0357860)
53900.015291/2015-48 - Exposição de Motivos 849 2017 MCTIC (0346610)
53000.052601/2012-14 - Exposição de Motivos 762 2017 MCTIC (0343918)
53000.040771/2013-29 - Exposição de Motivos 756 2017 MCTIC (0343776)
53900.018901/2014-84 - Exposição de Motivos 913 2017 MCTIC (0332467)
01250.021028/2018-39 - Exposição de Motivos 508 2018 MCTIC (0922759)
53900.014648/2014-90 - Exposição de Motivos 519 2018 MCTIC (0920809)
53000.042808/2012-72 - Exposição de Motivos 464 2018 MCTIC (0845154)
01250.034988/2018-69 - Exposição de Motivos 533 2018 MCTIC (0924025)
53000.057858/2013-35 - Exposição de Motivos 480 2018 MCTIC (0845387)
53900.011448/2014-85 - Exposição de Motivos 531 2018 MCTIC (0924141)
53000.020988/2012-31 - Exposição de Motivos 503 2018 MCTIC (0929282)
53900.016488/2015-02 - Exposição de Motivos 506 2018 MCTIC (0929478)
53000.039908/2003-21 - Exposição de Motivos 507 2018 MCTIC (0929514)
53000.071588/2013-75 - Exposição de Motivos 537 2018 MCTIC (0918433)
53900.016778/2016-29 - Exposição de Motivos 29 2018 MCTIC (0943062)
53000.058098/2011-11 - Exposição de Motivos 411 2017 MCTIC (0270006)
53000.061548/2013-15 - Exposição de Motivos 405 2017 MCTIC (0267989)
53000.059608/2012-59 - Exposição de Motivos 255 2017 MCTIC (0245792)

53000.012258/2003-76 - Exposição de Motivos 496 2018 MCTIC (0876649)
53900.038308/2016-16 - Exposição de Motivos 495 2018 MCTIC (0876407)
53000.042278/2013-43 - Exposição de Motivos 627 2017 MCTIC (0302610)
53900.006048/2014-58 - Exposição de Motivos 631 2017 MCTIC (0302587)
53900.049248/2015-86 - Exposição de Motivos 459 2018 MCTIC (0837157)
53900.037808/2016-31 - Exposição de Motivos 454 2018 MCTIC (0836972)
53900.023938/2016-96 - Exposição de Motivos 387 2018 MCTIC (0836653)
53000.057408/2011-81 - Exposição de Motivos 1075 2017 MCTIC (0382252)
53900.017138/2015-55 - Exposição de Motivos 408 2018 MCTIC (0795415)
53900.016138/2015-38 - Exposição de Motivos 397 2018 MCTIC (0785262)
53900.050638/2016-80 - Exposição de Motivos 362 2018 MCTIC (0764802)
53900.010498/2016-15 - Exposição de Motivos 204 2018 MCTIC (0673853)
53000.069398/2013-98 - Exposição de Motivos 325 2018 MCTIC (0734230)
53900.043838/2015-03 - Exposição de Motivos 288 2018 MCTIC (0732741)
53900.046898/2015-70 - Exposição de Motivos 200 2018 MCTIC (0677019)
53900.029908/2015-11 - Exposição de Motivos 225 2018 MCTIC (0676282)
53900.043928/2015-96 - Exposição de Motivos 213 2018 MCTIC (0676623)
53900.008608/2014-17 - Exposição de Motivos 233 2018 MCTIC (0676089)
53000.007048/2013-38 - Exposição de Motivos 270 2018 MCTIC (0673320)
53900.029648/2014-94 Exposição de Motivos 224 2018 MCTIC (0672724)
53900.006988/2015-28 Exposição de Motivos 197 2018 MCTIC (0653074)
53000.056628/2011-97 Exposição de Motivos 186 2018 MCTIC (0652808)
53900.048808/2016-66 Exposição de Motivos 192 2018 MCTIC (0653446)
53710.000978/2000-30 Exposição de Motivos 52 2018 MCTIC (0481082)
53900.047678/2015-63 Exposição de Motivos 174 2018 MCTIC (0587591)
53000.007678/2014-93 Exposição de Motivos 179 2018 MCTIC (0587220)
53900.001298/2016-63 Exposição de Motivos 150 2018 MCTIC (0585225)
53900.062018/2015-11 Exposição de Motivos 134 2018 MCTIC (0567520)
53000.058118/2011-54 Exposição de Motivos 118 2018 MCTIC (0556231)
53000.017948/2012-11 Exposição de Motivos 140 2018 MCTIC (0569600)
53900.025768/2014-12 Exposição de Motivos 121 2018 MCTIC (0554488)
53000.059288/2011-56 Exposição de Motivos 83 2018 MCTIC (0527803)
53900.024778/2014-31 Exposição de Motivos 99 2018 MCTIC (0523321)
53000.049958/2012-15 Exposição de Motivos 95 2018 MCTIC (0523211)
53900.049658/2015-27 Exposição de Motivos 93 2018 MCTIC (0523509)
53000.062558/2013-78 Exposição de Motivos 66 2018 MCTIC (0521690)
53900.000808/2016-85 Exposição de Motivos 24 2018 MCTIC (0484197)
53900.046788/2015-16 Exposição de Motivos 15 2018 MCTIC (0482045)
53000.058078/2011-41 Exposição de Motivos 16 2018 MCTIC (0482075)
53900.041788/2015-11 Exposição de Motivos 14 2018 MCTIC (0481587)
53000.034808/2013-80 Exposição de Motivos 426 2017 MCTIC (0262636)
53900.019318/2016-52 Exposição de Motivos 1079 2017 MCTIC (0382966)
53000.051378/2012-80 Exposição de Motivos 963 2017 MCTIC (0373940)
53000.048668/2012-46 Exposição de Motivos 168 2017 MCTIC (0359104)
53000.008188/2012-42 Exposição de Motivos 990 2017 MCTIC (0358445)
53000.047008/2013-29 Exposição de Motivos 884 2017 MCTIC (0346667)
53000.020688/2013-33 Exposição de Motivos 944 2017 MCTIC (0356934)
53900.000468/2014-21 Exposição de Motivos 852 2017 MCTIC (0346293)
53000.057298/2012-38 Exposição de Motivos 844 2017 MCTIC (0345855)
53000.057228/2011-07 Exposição de Motivos 876 2017 MCTIC (0345511)

53000.008588/2013-39 Exposição de Motivos 761 2017 MCTIC (0343847)
53000.007328/2014-27 Exposição de Motivos 907 2017 MCTIC (0332227)
53900.012938/2015-80 Exposição de Motivos 798 2017 MCTIC (0344437)
53900.041868/2015-77 Exposição de Motivos 865 2017 MCTIC (0332122)
53900.016418/2015-46 Exposição de Motivos 910 2017 MCTIC (0332162)
53000.069388/2013-52 Exposição de Motivos 888 2017 MCTIC (0331611)
53900.039548/2015-57 Exposição de Motivos 866 2017 MCTIC (0332306)
53900.029948/2015-54 Exposição de Motivos 843 2017 MCTIC (0329916)
53900.041608/2015-00 Exposição de Motivos 805 2017 MCTIC (0327282)
53900.041528/2015-46 Exposição de Motivos 786 2017 MCTIC (0327123)
53000.069238/2013-49 Exposição de Motivos 816 2017 MCTIC (0327393)
53900.002998/2014-11 Exposição de Motivos 811 2017 MCTIC (0327474)
53000.015608/2013-28 Exposição de Motivos 612 2017 MCTIC (0323581)
53900.008048/2014-92 Exposição de Motivos 744 2017 MCTIC (0322423)
53000.020718/2012-21 Exposição de Motivos 634 2017 MCTIC (0323320)
53000.057028/2013-16 Exposição de Motivos 380 2017 MCTIC (0278174)
53900.014048/2014-21 Exposição de Motivos 200 2017 MCTIC (0228459)
53000.031928/2012-44 Exposição de Motivos 763 2017 MCTIC (0323498)
53000.003928/2014-16 Exposição de Motivos 357 2017 mctic (0280401)
53000.057218/2011-63 Exposição de Motivos MCTIC EXM 415 2017 (0270183)
53000.057908/2011-12 Exposição de Motivos 401 2017 MCTIC (0267731)
53000.057358/2011-31 Exposição de Motivos 272 2017 MCTIC (0239681)
53000.068928/2007-32 Exposição de Motivos 73 2017 MCTIC (0230851)
53000.056648/2012-49 Exposição de Motivos 205 2017 MCTIC (0271055)
53000.060438/2013-36 Exposição de Motivos 436 2017 MCTIC (0272373)
53000.056618/2011-51 Exposição de Motivos 453 2017 MCTIC (0272476)
53000.067258/2013-85 Exposição de Motivos 434 2017 MCTIC (0272819)
53000.036058/2011-19 Exposição de Motivos 465 2017 MCTIC (0274083)
53000.071598/2013-19 Exposição de Motivos 472 2017 MCTIC (0274284)
53000.067718/2013-75 Exposição de Motivos 467 2017 MCTIC (0274414)
53900.039538/2015-11 Exposição de Motivos 523 2017 MCTIC (0274942)
53000.075808/2013-30 Exposição de Motivos 525 2017 MCTIC (0274983)
53000.026978/2013-91 Exposição de Motivos 499 2017 MCTIC (0276744)
53000.065118/2013-72 Exposição de Motivos 497 2017 MCTIC (0276285)
53900.008958/2014-75 Exposição de Motivos 487 2017 MCTIC (0277632)
53000.003848/2010-37 Exposição de Motivos MCTIC - 210 2016 (0085938)
53000.056208/2011-19 Exposição de Motivos 821 2017 MCTIC (0293427)
53000.053961/2012-25 EM nº 0780/2017

53000.053969/2012-91 EM nº 1009/2017

53000.026230/2012-15 EM nº 0132/2018

00001.004845/2018-00 Ofício 047/2018-MS-CD

53000.030007/2005-35 EM nº 0456/2018

53000.054050/2012-15 EM nº 0549/2018

53000.027244/2009-42 EM nº 0557/2018

53000.030397/2012-72	EM nº 0553/2018
53000.009024/2012-32	EM nº 0555/2018
53900.009151/2015-31	EM nº 0550/2018
53000.064009/2013-38	EM nº 0551/2018
53900.000271/2014-91	EM nº 0038/2018
53900.016778/2016-29	EM nº 0029/2018
53000.049242/2012-18	EM nº 0323/2017
53000.052684/2013-14	EM nº 0568/2017
53000.054982/2012-68	EM nº 0445/2017
53000.057297/2012-93	EM nº 0420/2017
53000.030840/2012-13	EM nº 0446/2017
53000.015829/2013-04	EM nº 0443/2017
53000.053176/2013-53	EM nº 0314/2017
53000.065155/2013-81	EM nº 0441/2017
53000.007050/2013-15	EM nº 0195/2017
53000.056214/2011-68	EM nº 0285/2017
53000.007687/2014-84	EM nº 0194/2017
53900.017162/2015-94	EM nº 0338/2017
53000.006481/2010-11	EM nº 0545/2018
53000.055599/2007-60	EM nº 0484/2017
53000.052021/2011-38	EM nº 0360/2017
53000.056217/2011-00	EM nº 0274/2017
00001.004765/2018-46	Ofício 0327/2018-GCH-CD
53000.039908/2003-21	EM nº 0507/2018
53900.047853/2016-01	EM nº 0504/2018

53900.016488/2015-02	EM nº 0506/2018
53000.022925/2012-10	EM nº 0501/2018
53000.042414/2013-03	EM nº 0546/2018
53000.020988/2012-31	EM nº 0503/2018
53000.043010/2012-48	EM nº 0502/2018
53670.001341/2001-65	EM nº 0505/2018
53900.011448/2014-85	EM nº 0531/2018
01250.034988/2018-69	EM nº 0533/2018
01250.048763/2017-17	EM nº 0542/2018
53900.024997/2014-10	EM nº 0517/2018
53900.034082/2015-01	EM nº 0516/2018
53900.037331/2014-21	EM nº 0515/2018
53900.034520/2015-23	EM nº 0525/2018
53900.044560/2015-83	EM nº 0526/2018
53900.041939/2015-31	EM nº 0514/2018
53900.024692/2014-16	EM nº 0530/2018
53900.001273/2016-60	EM nº 0541/2018
53900.017145/2015-57	EM nº 0521/2018
53900.013241/2015-26	EM nº 0532/2018
53900.009333/2014-21	EM nº 0512/2018
53000.016596/2013-59	EM nº 0518/2018
53900.014648/2014-90	EM nº 0519/2018
53900.017091/2015-20	EM nº 0520/2018
53900.043270/2015-12	EM nº 0513/2018
53900.050381/2015-85	EM nº 0528/2018

53900.027712/2014-01	EM nº 0524/2018
53900.048226/2015-07	EM nº 0527/2018
53000.007913/2014-27	EM nº 0529/2018
53900.022443/2014-88	EM nº 0485/2018
53000.009433/2013-10	EM nº 0499/2018
53900.038863/2014-86	EM nº 0722/2017
53900.042143/2015-04	EM nº 0724/2017
53000.007973/20012-88	EM nº 1054/2017
53900.007823/2014-92	EM nº 0413/2018
53900.073493/2015-12	EM nº 0389/2018
53900.011113/2014-67	Exposição de Motivos 0399/2018 MCTIC
01250.059013/2017-62	Exposição de Motivos 0396/2018 MCTIC
53000.001683/2014-92	Exposição de Motivos 0388/2018 MCTIC
53900.017343/2015-11	Exposição de Motivos 0260/2018 MCTIC
53000.013433/2010-71	Exposição de Motivos 0361/2018 MCTIC
53900.013163/2015-60	Exposição de Motivos 0421/2018 MCTIC
53900.017133/2015-22	Exposição de Motivos 0331/2018 MCTIC
53000.065773/2013-21	Exposição de Motivos 0322/2018 MCTIC
53900.008953/2015-23	Exposição de Motivos 0332/2018 MCTIC
53000.015613/2013-31	Exposição de Motivos 0327/2018 MCTIC
53900.047623/2015-53	Exposição de Motivos 0345/2018 MCTIC
53900.016403/2015-88	Exposição de Motivos 0286/2018 MCTIC
53900.026403/2015-96	Exposição de Motivos 0280/2018 MCTIC
53900.042013/2015-63	Exposição de Motivos 0309/2018 MCTIC
53900.029943/2015-21	Exposição de Motivos 0304/2018 MCTIC

53900.046473/2015-61	Exposição de Motivos 0276/2018 MCTIC
53000.061863/2006-13	Exposição de Motivos 0201/2018 MCTIC
53900.016433/2015-94	Exposição de Motivos 0226/2018 MCTIC
53000.007663/2014-25	Exposição de Motivos 0254/2018 MCTIC
53000.043803/2012-67	Exposição de Motivos 1011/2017 MCTIC
53000.006763/2012-72	Exposição de Motivos 0974/2017 MCTIC
53900.028013/2014-70	Exposição de Motivos 0176/2018 MCTIC
53000.007683/2014-04	Exposição de Motivos 0175/2018 MCTIC
53900.014053/2014-34	Exposição de Motivos 0173/2018 MCTIC
53900.016483/2016-52	Exposição de Motivos 0180/2018 MCTIC
53000.007963/2012-42	Exposição de Motivos 0172/2018 MCTIC
53900.050703/2015-96	Exposição de Motivos 0154/2018 MCTIC
53000.066813/2013-51	Exposição de Motivos 0138/2018 MCTIC
53900.046743/2015-33	Exposição de Motivos 0115/2018 MCTIC
00001.001003/2018-98	Exposição de Motivos 0106/2018 MCTIC
53000.001033/2012-85	Exposição de Motivos 0112/2018 MCTIC
53000.071343/2013-48	Exposição de Motivos 0075/2018 MCTIC
53000.043713/2013-57	Exposição de Motivos 0040/2018 MCTIC
53000.055773/2011-51	Exposição de Motivos 0044/2018 MCTIC
53900.009743/2014-71	Exposição de Motivos 0009/2018 MCTIC
53000.055803/2012-18	Exposição de Motivos 0430/2017 MCTIC
53000.061913/2013-91	Exposição de Motivos 0423/2017 MCTIC
53000.007503/2006-76	Exposição de Motivos 0424/2017 MCTIC
53000.043193/2011-11	Exposição de Motivos 1005/2017 MCTIC
53900.020193/2016-11	Exposição de Motivos 1084/2017 MCTIC

53000.006483/2012-64	Exposição de Motivos 1041/2017 MCTIC
53000.055153/2010-31	Exposição de Motivos 0995/2017 MCTIC
53900.017153/2015-01	Exposição de Motivos 0980/2017 MCTIC
53000.056613/2011-29	Exposição de Motivos 0936/2017 MCTIC
53000.004483/2010-68	Exposição de Motivos 1024/2017 MCTIC
53000.056113/2011-97	Exposição de Motivos 1032/2017 MCTIC
53000.054723/2012-37	Exposição de Motivos 1036 2017 MCTIC (0360002)
53900.002813/2016-22	Exposição de Motivos 930 2017 MCTIC (0356756)
53000.059283/2011-23	Exposição de Motivos 951 2017 MCTIC (0357346)
53900.061443/2015-84	Exposição de Motivos 929 2017 MCTIC (0356600)
53000.060033/2013-06	Exposição de Motivos 928 2017 MCTIC (0356495)
53900.042113/2015-90	Exposição de Motivos 842 2017 MCTIC (0345640)
53000.055723/2011-73	Exposição de Motivos 759 2017 MCTIC (0343798)
53000.059473/2011-41	Exposição de Motivos 869 2017 MCTIC (0332543)
53900.038993/2015-08	Exposição de Motivos 903 2017 MCTIC (0332220)
53000.056613/2013-91	Exposição de Motivos 922 2017 MCTIC (0331715)
53900.041793/2015-24	Exposição de Motivos 839 2017 MCTIC (0329895)
53000.058113/2011-21	Exposição de Motivos 826 2017 MCTIC (0328704)
53900.046763/2015-12	Exposição de Motivos 804 2017 MCTIC (0327211)
53900.005543/2014-40	Exposição de Motivos 792 2017 MCTIC (0327459)
53000.036553/2012-17	Exposição de Motivos 813 2017 MCTIC (0327472)
53000.003653/2013-30	Exposição de Motivos 660 2017 MCTIC (0323876)
53000.058083/2011-53	Exposição de Motivos 611 2017 MCTIC (0323512)
53000.056213/2011-13	Exposição de Motivos 579 2017 MCTIC (0322699)

53000.065763/2013-95	Exposição de Motivos 573 2017 MCTIC (0322566)
53900.006983/2014-14	Exposição de Motivos 734 2017 MCTIC (0321816)
53569.000463/2014-16	Exposição de Motivos 527 2017 MCTIC (0286647)
53000.051423/2012-04	Exposição de Motivos 535 2017 MCTIC (0279692)
53000.010093/2013-70	Exposição de Motivos 542 2017 MCTIC (0279756)
53000.058133/2011-01	Exposição de Motivos 367 2017 MCTIC (0280573)
53000.028473/2013-61	Exposição de Motivos 507 2017 MCTIC (0281135)
53000.049063/2007-13	Exposição de Motivos 234 2016 MCTIC (0257579)
53000.015823/2013-29	Exposição de Motivos 449 2017 MCTIC (0263620)
53000.070013/2013-35	Exposição de Motivos 508 2017 MCTIC (0274059)
53000.070233/2013-69	Exposição de Motivos 469 2017 MCTIC (0274412)
3900.005813/2014-12	Exposição de Motivos 498 2017 MCTIC (0276506)
53000.054603/2012-30	Exposição de Motivos 477 2017 MCTIC (0276396)
53000.055673/2012-13	Exposição de Motivos 397 2017 MCTIC (0282643)
53000.047873/2012-94	Exposição de Motivos 637 2017 MCTIC (0303419)
53000.021323/2012-45	Exposição de Motivos 622 2017 MCTIC (0303270)
53000.055763/2011-15	Exposição de Motivos 581 2017 MCTIC (0301991)
53000.058143/2011-38	Exposição de Motivos 639 2017 MCTIC (0303455)
53900.020573/2014-86	Exposição de Motivos 651 2017 MCTIC (0308618)
53000.056993/2012-82	Exposição de Motivos 688 2017 MCTIC (0311657)
53900.029293/2014-33	Exposição de Motivos 712 2017 MCTIC (0312222)
53000.065857/2011-01	Exposição de Motivos 486 2018 MCTIC (0875820)
53900.024997/2014-10	Exposição de Motivos 517 2018 MCTIC (0923704)

53000.030007/2005-35	Exposição de Motivos 456 2018 MCTIC (0838610)
53000.056217/2011-00	Exposição de Motivos 274 2017 MCTIC (0239697)
53000.007687/2014-84	Exposição de Motivos 194 2017 MCTIC (0263330)
53000.057297/2012-93	Exposição de Motivos 420 2017 MCTIC (0270041)
53000.030397/2012-72	Exposição de Motivos 553 2018 MCTIC (0944218)
53900.022527/2014-11	Exposição de Motivos 522 2018 MCTIC (0920398)
53000.059717/2011-95	Exposição de Motivos 342 2018 MCTIC (0732840)
53900.023727/2014-91	Exposição de Motivos 536 2018 MCTIC (0918334)
53900.034197/2015-98	Exposição de Motivos 401 2018 MCTIC (0795077)
53000.040197/2013-13	Exposição de Motivos 390 2018 MCTIC (0808583)
53000.062227/2013-38	Exposição de Motivos 490 2018 MCTIC (0875688)
53900.047647/2015-11	Exposição de Motivos 349 2018 MCTIC (0732038)
53900.029947/2015-18	Exposição de Motivos 457 2017 MCTIC (0274169)
53000.058097/2011-77	Exposição de Motivos 638 2017 MCTIC (0303498)
53900.006047/2014-11	Exposição de Motivos 719 2017 MCTIC (0319454)
53000.039597/2011-18	Exposição de Motivos 404 2018 MCTIC (0795120)
53790.000407/2000-52	Exposição de Motivos 452 2018 MCTIC (0838598)
53000.058347/2013-31	Exposição de Motivos 450 2018 MCTIC (0838276)
53000.011767/2014-34	Exposição de Motivos 429 2018 MCTIC (0808649)
53900.015077/2015-91	Exposição de Motivos 427 2018 MCTIC (0808466)
53900.050577/2016-51	Exposição de Motivos 439 2018 MCTIC (0808419)
53000.007037/2013-58	Exposição de Motivos 393 2018 MCTIC (0765824)
53000.004357/2012-75	Exposição de Motivos 941 2017 MCTIC (0356473)
53900.045907/2016-96	Exposição de Motivos 407 2018 MCTIC (0794915)

53000.071797/2013-19	Exposição de Motivos 406 2018 MCTIC (0795022)
53900.045557/2016-68	Exposição de Motivos 363 2018 MCTIC (0764991)
53900.017337/2015-63	Exposição de Motivos 330 2018 MCTIC (0733897)
53900.017347/2015-07	Exposição de Motivos 337 2018 MCTIC (0733857)
53900.034487/2015-31	Exposição de Motivos 347 2018 MCTIC (0734130)
53000.057937/2012-65	Exposição de Motivos 323 2018 MCTIC (0733458)
53900.047647/2015-11	Exposição de Motivos 349 2018 MCTIC (0732038)
53000.041397/2012-06	Exposição de Motivos 249 2018 MCTIC (0677069)
53000.058147/2011-16	Exposição de Motivos 214 2018 MCTIC (0677135)
53900.035797/2015-73	Exposição de Motivos 259 2018 MCTIC (0677214)
53900.050617/2015-83	Exposição de Motivos 212 2018 MCTIC (0676844)
53900.045447/2015-15	Exposição de Motivos 199 2018 MCTIC (0676838)
53900.050637/2015-54	Exposição de Motivos 269 2018 MCTIC (0676695)
53900.008677/2015-01	Exposição de Motivos 222 2018 MCTIC (0676649)
53000.003257/2014-93	Exposição de Motivos 143 2018 MCTIC (0676161)
53900.026027/2014-59	Exposição de Motivos 256 2018 MCTIC (0676143)
53900.017937/2015-21	Exposição de Motivos 230 2018 MCTIC (0675867)
53000.069977/2013-31	Exposição de Motivos 209 2018 MCTIC (0674122)
53000.007107/2013-78	Exposição de Motivos 264 2018 MCTIC (0673390)
53900.039587/2015-54	Exposição de Motivos 211 2018 MCTIC (0672293)
53900.004157/2014-31	Exposição de Motivos 187 2018 MCTIC (0653050)
53000.018567/2013-21	Exposição de Motivos 235 2017 MCTIC (0246289)
53000.045037/2013-56	Exposição de Motivos 217 2017 MCTIC (0245352)
53900.007957/2014-11	Exposição de Motivos 55 2018 MCTIC (0481563)

53900.047997/2015-79	Exposição de Motivos 158 2018 MCTIC (0583656)
53900.008967/2014-66	Exposição de Motivos 156 2018 MCTIC (0583858)
53900.048797/2015-33	Exposição de Motivos 155 2018 MCTIC (0583982)
53900.049257/2015-77	Exposição de Motivos 135 2018 MCTIC (0569323)
53900.009307/2014-01	Exposição de Motivos 108 2017 MCTIC (0556471)
53900.055547/2015-50	Exposição de Motivos 109 2018 MCTIC (0555947)
53000.050217/2012-79	Exposição de Motivos 88 2018 MCTIC (0527854)
53000.065557/2013-85	Exposição de Motivos 77 2018 MCTIC (0522537)
53000.068677/2013-34	Exposição de Motivos 87 2017 MCTIC (0523265)
53900.000757/2014-21	Exposição de Motivos 97 2018 MCTIC (0523287)
53000.015797/2013-39	Exposição de Motivos 94 2018 MCTIC (0523244)
53000.031927/2012-08	Exposição de Motivos 82 2018 MCTIC (0523176)
53000.034057/2003-20	Exposição de Motivos 32 2018 MCTIC (0483430)
53000.056247/2011-16	Exposição de Motivos 20 2018 MCTIC (0482565)
53000.005567/2013-61	Exposição de Motivos 18 2018 MCTIC (0482269)
53000.021797/2014-59	Exposição de Motivos 7 2018 MCTIC (0481398)
53000.015837/2013-42	Exposição de Motivos 10 2018 MCTIC (0481335)
53000.003387/2012-64	Exposição de Motivos 291 2017 MCTIC (0252697)
53000.043077/2012-82	Exposição de Motivos 428 2017 MCTIC (0262429)
53000.041617/2013-74	Exposição de Motivos 211 2017 MCTIC (0262479)
53000.058587/2011-73	Exposição de Motivos 1077 2017 MCTIC (0383253)
53000.006767/2012-51	Exposição de Motivos 1059 2017 MCTIC (0382276)
53000.057527/2011-33	Exposição de Motivos 1006 2017 MCTIC (0374429)

53000.039997/2012-04	Exposição de Motivos 943 2017 MCTIC (0373787)
53900.003577/2014-16	Exposição de Motivos 919 2017 MCTIC (0372278)
53900.001487/2014-74	Exposição de Motivos 925 2017 MCTIC (0372243)
53000.014127/2010-52	Exposição de Motivos 916 2017 MCTIC (0372106)
53000.071367/2013-05	Exposição de Motivos 188 2017 MCTIC (0358936)
53000.055757/2011-68	Exposição de Motivos 133 2017 MCTIC (0201350)
53000.052857/2011-32	Exposição de Motivos 1008 2017 MCTIC (0358660)
53900.040337/2016-48	Exposição de Motivos 945 2017 MCTIC (0356860)
53000.013347/2011-40	Exposição de Motivos 964 2017 MCTIC (0357829)
53900.002457/2015-66	Exposição de Motivos 797 2017 MCTIC (0344460)
53900.017327/2015-28	Exposição de Motivos 801 2017 MCTIC (0344417)
53000.055767/2011-01	Exposição de Motivos 908 2017 MCTIC (0332366)
53000.071647/2013-13	Exposição de Motivos 911 2017 MCTIC (0332505)
53000.020077/2012-12	Exposição de Motivos 893 2017 MCTIC (0332089)
53900.046737/2015-86	Exposição de Motivos 864 2017 MCTIC (0332091)
53000.058117/2011-18	Exposição de Motivos 902 2017 MCTIC (0332010)
53900.041797/2015-11	Exposição de Motivos 880 2017 MCTIC (0332240)
53900.047727/2015-68	Exposição de Motivos 838 2017 MCTIC (0329880)
53900.049087/2015-21	Exposição de Motivos 829 2017 MCTIC (0328769)
53900.047617/2015-04	Exposição de Motivos 831 2017 MCTIC (0328853)
53900.050647/2015-90	Exposição de Motivos 822 2017 MCTIC (0328628)
53000.061897/2013-37	Exposição de Motivos 791 2017 MCTIC (0327494)
53000.052747/2012-51	Exposição de Motivos 799 2017 MCTIC (0327504)
53000.056227/2011-37	Exposição de Motivos 800 2017 MCTIC (0327615)

53900.017267/2015-43	Exposição de Motivos 775 2017 MCTIC (0324162)
53000.020797/2013-51	Exposição de Motivos 777 2017 MCTIC (0324186)
53900.017067/2015-91	Exposição de Motivos 774 2017 MCTIC (0324130)
53000.007057/2013-29	Exposição de Motivos 755 2017 MCTIC (0323794)
53900.042147/2015-84	Exposição de Motivos 758 2017 MCTIC (0323380)
53000.058137/2011-81	Exposição de Motivos 760 2017 MCTIC (0323420)
53000.049727/2012-01	Exposição de Motivos 742 2017 MCTIC (0322403)
53900.021997/2014-68	Exposição de Motivos 733 2017 MCTIC (0321722)
53900.008337/2014-91	Exposição de Motivos 546 2017 MCTIC (0278146)
53000.017857/2013-58	Exposição de Motivos 224 2017 MCTIC (0267126)
53000.049117/2012-08	Exposição de Motivos 312 2017 MCTIC (0266425)
53000.006807/2013-45	Exposição de Motivos 448 2017 MCTIC (0263586)
53000.017967/2013-10	Exposição de Motivos 301 2017 MCTIC (0271086)
53900.009247/2014-18	Exposição de Motivos 528 2017 MCTIC (0273202)
53000.070507/2013-10	Exposição de Motivos 435 2017 MCTIC (0272809)
53000.029227/2012-45	Exposição de Motivos 463 2017 MCTIC (0274003)
53000.041817/2011-65	Exposição de Motivos 532 2017 MCTIC (0275286)
53000.000127/2013-18	Exposição de Motivos 485 2017 MCTIC (0276693)
53000.019647/2013-02	Exposição de Motivos 563 2017 MCTIC (0288048)
53900.017747/2014-23	Exposição de Motivos 383 2017 MCTIC (0282371)
53000.068877/2013-97	Exposição de Motivos 615 2017 MCTIC (0302563)
53000.000307/2014-81	Exposição de Motivos 604 2017 MCTIC (0302080)
53000.061497/2013-21	Exposição de Motivos 593 2017 MCTIC (0302315)
53000.062557/2013-23	Exposição de Motivos 605 2017 MCTIC (0302364)

53000.005447/2010-11	Exposição de Motivos 223 2016 MCTIC (0083781)
53900.003257/2014-41	Exposição de Motivos 653 2017 MCTIC (0308852)
53900.042127/2015-11	Exposição de Motivos 694 2017 MCTIC (0311518)
53900.041857/2015-97	Exposição de Motivos 691 2017 MCTIC (0311463)
53000.051427/2012-84	Exposição de Motivos 720 2017 MCTIC (0319461)
53900.049367/2015-39	Exposição de Motivos 668 2017 MCTIC (0309842)
53000.047027/2012-74	Exposição de Motivos 657 2017 MCTIC (0309680)
53000.055907/2013-03	Exposição de Motivos 661 2017 MCTIC (0309633)
53900.039719/2015-48	Exposição de Motivos 524 2017 MCTIC (0275247)
53000.028019/2012-29	Exposição de Motivos 466 2017 MCTIC (0276041)
53000.048669/2012-91	Exposição de Motivos 483 2017 MCTIC (0276629)
53900.006389/2014-23	Exposição de Motivos 534 2017 MCTIC (0287128)
53000.036049/2012-17	Exposição de Motivos 608 2017 MCTIC (0302499)
53000.007039/2013-47	Exposição de Motivos 586 2017 MCTIC (0302279)
53000.014269/2012-81	Exposição de Motivos 595 2017 MCTIC (0301695)
53000.009819/2014-11	Exposição de Motivos 585 2017 MCTIC (0301909)
53900.041679/2015-02	Exposição de Motivos 643 2017 MCTIC (0304114)
53000.056639/2012-58	Exposição de Motivos 644 2017 MCTIC (0304144)
53900.039649/2015-28	Exposição de Motivos 646 2017 MCTIC (0308464)
53000.015779/2013-57	Exposição de Motivos 654 2017 MCTIC (0308944)
53900.048239/2015-78	Exposição de Motivos 667 2017 MCTIC (0309927)
53000.070169/2013-16	Exposição de Motivos 663 2017 MCTIC (0309655)
53900.017339/2015-52	Exposição de Motivos 697 2017 MCTIC (0311949)
53000.059219/2013-12	- Exposição de Motivos 467 2018 MCTIC (0875494)
53000.057439/2011-31	- Exposição de Motivos 867 2017 MCTIC (0346288)

53900.041939/2015-31 - Exposição de Motivos 514 2018 MCTIC (0923928)
53000.015829/2013-04 - Exposição de Motivos 443 2017 MCTIC (0272211)
53000.064009/2013-38 - Exposição de Motivos 551 2018 MCTIC (0943983)
53000.053969/2012-91 - Exposição de Motivos 1009 2017 MCTIC (0374481)
53900.027759/2016-28 - Exposição de Motivos 540 2018 MCTIC (0918404)
53000.059289/2011-09 - Exposição de Motivos 248 2017 MCTIC (0246474)
53000.041679/2013-86 - Exposição de Motivos 474 2018 MCTIC (0845648)
53000.046089/2012-69 - Exposição de Motivos 419 2018 MCTIC (0796181)
53710.000749/2000-15 - Exposição de Motivos 453 2018 MCTIC (0845059)
53000.028449/2009-45 - Exposição de Motivos 468 2018 MCTIC (0837880)
53900.045489/2015-56 - Exposição de Motivos 442 2018 MCTIC (0837144)
53900.003029/2016-31 - Exposição de Motivos 445 2018 MCTIC (0836698)
53900.020099/2014-92 - Exposição de Motivos 424 2018 MCTIC (0808381)
53900.062019/2015-57 - Exposição de Motivos 430 2018 MCTIC (0808327)
53000.023809/2013-07 - Exposição de Motivos 432 2018 MCTIC (0808302)
53900.046879/2015-43 - Exposição de Motivos 386 2018 MCTIC (0785111)
53900.049709/2015-11 - Exposição de Motivos 394 2018 MCTIC (0785064)
53900.011959/2016-69 - Exposição de Motivos 375 2018 MCTIC (0765035)
53900.019629/2014-50 - Exposição de Motivos 370 2018 MCTIC (0764590)
53000.070099/2013-04 - Exposição de Motivos 369 2018 MCTIC (0764449)
53900.016399/2015-58 - Exposição de Motivos 324 2018 MCTIC (0733553)
53900.012339/2016-47 - Exposição de Motivos 346 2018 MCTIC (0732695)
53000.015799/2013-28 - Exposição de Motivos 281 2018 MCTIC (0703199)
53900.049739/2015-27 - Exposição de Motivos 296 2018 MCTIC (0702519)
53000.075619/2013-67 - Exposição de Motivos 306 2018 MCTIC (0702569)
53900.005039/2014-41 - Exposição de Motivos 273 2018 MCTIC (0703141)
53900.041859/2015-86 - Exposição de Motivos 308 2018 MCTIC (0702917)
53000.060089/2011-91 - Exposição de Motivos 307 2018 MCTIC (0702680)
53900.029509/2014-61 - Exposição de Motivos 262 2018 MCTIC (0682072)
53000.057909/2011-67 - Exposição de Motivos 206 2018 MCTIC (0677211)
53900.031989/2014-20 - Exposição de Motivos 207 2018 MCTIC (0676319)
53900.016239/2014-28 - Exposição de Motivos 223 2018 MCTIC (0674392)
53900.011529/2016-47 - Exposição de Motivos 164 2018 MCTIC (0583699)
53000.050129/2012-77 - Exposição de Motivos 198 2018 MCTIC (0652447)
53900.018279/2014-12 - Exposição de Motivos 216 2018 MCTIC (0672536)
53900.017279/2015-78 - Exposição de Motivos 120 2018 MCTIC (0556709)
53000.041399/2012-97 - Exposição de Motivos 1019 2017 MCTIC (0361470)
53680.000099/1998-36 - Exposição de Motivos 50 2018 MCTIC (0481209)
53900.017059/2015-44 - Exposição de Motivos 114 2018 MCTIC (0556651)
53000.050829/2011-81 - Exposição de Motivos 65 2018 MCTIC (0527570)
53900.050709/2015-63 - Exposição de Motivos 13 2018 MCTIC (0481473)
53000.071349/2013-15 - Exposição de Motivos 23 2018 MCTIC (0483124)
53000.070749/2013-11 - Exposição de Motivos 85 2018 MCTIC (0523217)
53000.063589/2012-65 - Exposição de Motivos 3 2018 MCTIC (0481509)
53000.065289/2012-11 - Exposição de Motivos 425 2017 MCTIC (0262571)
53000.059079/2011-11 - Exposição de Motivos 1042 2017 MCTIC (0382071)
53000.006409/2009-42 - Exposição de Motivos 243 2017 MCTIC (0261344)
53000.050949/2012-69 - Exposição de Motivos 986 2017 MCTIC (0374381)
53000.067009/2011-28 - Exposição de Motivos 1078 2017 MCTIC (0383287)
53900.038549/2014-01 - Exposição de Motivos 1025 2017 MCTIC (0361193)
53000.001359/2014-74 - Exposição de Motivos 292 2018 MCTIC (0701572)
53900.011859/2016-32 - Exposição de Motivos 1068 2017 MCTIC (0382395)

53900.046499/2015-17 - Exposição de Motivos 983 2017 MCTIC (0374418)
53900.009349/2014-33 - Exposição de Motivos 921 2017 MCTIC (0372284)
53900.007769/2015-66 - Exposição de Motivos 975 2017 MCTIC (0374053)
53000.059679/2011-71 - Exposição de Motivos 1065 2017 MCTIC (0382287)
53000.003089/2010-11 - Exposição de Motivos 240 2016 EXM MCTIC (0131371)
53000.044199/2011-13 - Exposição de Motivos 891 2017 MCTIC (0347578)
53000.066549/2011-94 - Exposição de Motivos 997 2017 MCTIC (0358493)
53000.001639/2012-11 - Exposição de Motivos 1013 2017 MCTIC (0358719)
53000.032529/2011-10 - Exposição de Motivos 966 2017 MCTIC (0357821)
53000.055769/2011-92 - Exposição de Motivos 952 2017 MCTIC (0357553)
53000.043819/2013-51 - Exposição de Motivos 773 2017 MCTIC (0344082)
53000.056619/2011-04 - Exposição de Motivos 795 2017 MCTIC (0345308)
53900.048779/2015-51 - Exposição de Motivos 862 2017 MCTIC (0332033)
53900.017409/2014-91 - Exposição de Motivos 781 2017 MCTIC (0344557)
53900.039579/2015-16 - Exposição de Motivos 806 2017 MCTIC (0327249)
53900.020989/2014-02 - Exposição de Motivos 959 2017 MCTIC (0334513)
53900.009909/2015-31 - Exposição de Motivos 885 2017 MCTIC (0332256)
53900.050619/2015-72 - Exposição de Motivos 861 2017 MCTIC (0332323)
53000.051419/2012-38 - Exposição de Motivos 924 2017 MCTIC (0332301)
53900.048009/2015-17 - Exposição de Motivos 837 2017 MCTIC (0329854)
53000.007329/2014-71 - Exposição de Motivos 789 2017 MCTIC (0327355)
53000.006879/2013-92 - Exposição de Motivos 782 2017 MCTIC (0326984)
53000.058099/2011-66 - Exposição de Motivos 707 2017 MCTIC (0324561)
53000.058119/2011-07 - Exposição de Motivos 708 2017 MCTIC (0324468)
53000.009899/2013-15 - Exposição de Motivos 686 2017 MCTIC (0323969)
53000.071599/2013-55 - Exposição de Motivos 598 2017 MCTIC (0323094)
53900.016739/2015-41 - Exposição de Motivos 730 2017 MCTIC (0321686)
53900.046389/2015-47 - Exposição de Motivos 732 2017 MCTIC (0321643)
53000.073739/2012-14 - Exposição de Motivos 197 2017 MCTIC (0228291)
53900.041776/2015-97 - Exposição de Motivos 738 2017 MCTIC (0321984)
53000.034243/2010-98 - Exposição de Motivos 374 2018 MCTIC (0959907)
53000.019200/2010-82 - Exposição de Motivos 65 2017 MCTIC (0140598)
53900.023990/2016-42 - Exposição de Motivos 1064 2017 MCTIC (0382367)
53000.073920/2013-36 - Exposição de Motivos 992 2017 MCTIC (0375706)
53900.012810/2014-35 - Exposição de Motivos 970 2017 MCTIC (0373991)
53900.008480/2014-83 - Exposição de Motivos 938 2017 MCTIC (0373602)
53000.028900/2013-19 - Exposição de Motivos 933 2017 MCTIC (0373148)
53900.050050/2016-26 - Exposição de Motivos 946 2017 MCTIC (0356836)
53000.036560/2012-19 - Exposição de Motivos 947 2017 MCTIC (0357082)
53000.057910/2011-91 - Exposição de Motivos 955 2017 MCTIC (0357847)
53000.033060/2013-06 - Exposição de Motivos 950 2017 MCTIC (0357843)
53900.041780/2015-55 - Exposição de Motivos 899 2017 MCTIC (0332372)
53900.041490/2015-10 - Exposição de Motivos 793 2017 MCTIC (0344522)
53000.059620/2012-63 - Exposição de Motivos 796 2017 MCTIC (0344568)
53000.058130/2011-69 - Exposição de Motivos 772 2017 MCTIC (0344120)
53000.070500/2013-06 - Exposição de Motivos 766 2017 MCTIC (0343966)
53900.047620/2015-10 - Exposição de Motivos 879 2017 MCTIC (0332013)
53900.009190/2014-57 - Exposição de Motivos 905 2017 MCTIC (0332156)
53900.008250/2015-03 - Exposição de Motivos 850 2017 MCTIC (0329788)
53000.059330/2011-39 - Exposição de Motivos 828 2017 MCTIC (0328856)
53900.047630/2015-55 - Exposição de Motivos 802 2017 MCTIC (0327331)
53000.065280/2012-18 - Exposição de Motivos 812 2017 MCTIC (0327513)

53000.006880/2013-17 - Exposição de Motivos 682 2017 MCTIC (0323626)
53000.019020/2014-24 - Exposição de Motivos 664 2017 MCTIC (0323238)
53000.012480/2013-41 - Exposição de Motivos 767 2017 MCTIC (0323552)
53000.059290/2011-25 - Exposição de Motivos 590 2017 MCTIC (0322937)
53000.058080/2011-10 - Exposição de Motivos 591 2017 MCTIC (0322862)
53900.011550/2014-81 - Exposição de Motivos 746 2017 MCTIC (0322446)
53000.012760/2013-59 - Exposição de Motivos 120 2017 MCTIC (0231085)
53000.043110/2011-93 - Exposição de Motivos 510 2017 MCTIC (0278667)
53000.031930/2012-13 - Exposição de Motivos 389 2017 MCTIC (0280870)
53000.056150/2012-86 - Exposição de Motivos 412 2017 MCTIC (0270064)
53000.002360/2012-54 - Exposição de Motivos 407 2017 MCTIC (0268087)
53000.021870/2013-10 - Exposição de Motivos 447 2017 MCTIC (0272000)
53900.036160/2014-13 - Exposição de Motivos 433 2017 MCTIC (0272868)
53000.071350/2013-40 - Exposição de Motivos 431 2017 MCTIC (0272899)
53000.045180/2012-67 - Exposição de Motivos 459 2017 MCTIC (0274263)
53000.041590/2013-10 - Exposição de Motivos 475 2017 MCTIC (0274379)
53000.059200/2013-68 - Exposição de Motivos 526 2017 MCTIC (0275265)
53000.056640/2013-63 - Exposição de Motivos 474 2017 MCTIC (0276132)
53000.008640/2012-76 - Exposição de Motivos 562 2017 MCTIC (0288057)
53900.037910/2015-55 - Exposição de Motivos 620 2017 MCTIC (0302533)
53900.007240/2014-61 - Exposição de Motivos 617 2017 MCTIC (0302554)
53000.049480/2012-15 - Exposição de Motivos 616 2017 MCTIC (0302681)
53000.040750/2013-11 - Exposição de Motivos 640 2017 MCTIC (0303524)
53000.056380/2012-45 - Exposição de Motivos 695 2017 MCTIC (0311678)
53900.034780/2015-07 - Exposição de Motivos 673 2017 MCTIC (0310160)
53000.031940/2012-59 - Exposição de Motivos 699 2017 MCTIC (0312090)
53900.042150/2015-06 - Exposição de Motivos 725 2017 MCTIC (0319898)
53000.055770/2011-17 - Exposição de Motivos 721 2017 MCTIC (0319434)
53000.036340/2012-87 - Exposição de Motivos 395 2018 MCTIC (0784729)
53900.017950/2015-81 - Exposição de Motivos 359 2018 MCTIC (0764728)
53900.005510/2016-61 - Exposição de Motivos 368 2018 MCTIC (0744467)
53000.027470/2009-23 - Exposição de Motivos 341 2018 MCTIC (0732925)
53000.041580/2010-31 - Exposição de Motivos 354 2018 MCTIC (0732169)
53900.007550/2014-86 - Exposição de Motivos 289 2018 MCTIC (0732215)
53900.016180/2015-59 - Exposição de Motivos 274 2018 MCTIC (0703266)
53900.048000/2015-06 - Exposição de Motivos 299 2018 MCTIC (0702472)
53000.043380/2012-85 - Exposição de Motivos 257 2018 MCTIC (0676938)
53900.038370/2016-16 - Exposição de Motivos 243 2018 MCTIC (0676745)
53000.067110/2011-89 - Exposição de Motivos 244 2018 MCTIC (0676275)
53900.023980/2014-45 - Exposição de Motivos 268 2018 MCTIC (0676085)
53900.017320/2015-14 - Exposição de Motivos 227 2018 MCTIC (0675707)
53900.009880/2014-14 - Exposição de Motivos 272 2018 MCTIC (0673749)
53900.005950/2016-19 - Exposição de Motivos 266 2018 MCTIC (0673809)
53900.013950/2014-21 - Exposição de Motivos 195 2018 MCTIC (0653239)
53900.049220/2015-49 - Exposição de Motivos 185 2018 MCTIC (0653293)
53900.041650/2015-12 - Exposição de Motivos 181 2018 MCTIC (0587806)
53900.020670/2014-79 - Exposição de Motivos 161 2018 MCTIC (0585794)
53900.006330/2014-35 - Exposição de Motivos 157 2018 MCTIC (0583737)
53000.014020/2013-57 - Exposição de Motivos 149 2018 MCTIC (0583950)
53900.009140/2014-70 - Exposição de Motivos 137 2018 MCTIC (0569540)
53000.058120/2011-23 - Exposição de Motivos 80 2018 MCTIC (0527614)
53900.016430/2015-51 - Exposição de Motivos 102 2018 MCTIC (0523399)

53900.017160/2015-03 - Exposição de Motivos 89 2018 MCTIC (0523391)
53000.027270/2013-57 - Exposição de Motivos 71 2018 MCTIC (0521468)
53000.071620/2013-12 - Exposição de Motivos 22 2018 MCTIC (0483046)
53900.000200/2016-51 - Exposição de Motivos 30 2018 MCTIC (0483417)
53000.005800/2014-97 - Exposição de Motivos 17 2018 MCTIC (0482103)
53000.070120/2013-63 - Exposição de Motivos 8 2018 MCTIC (0481245)
53900.048226/2015-07 - Exposição de Motivos 527 2018 MCTIC (0920430)
53000.016596/2013-59 - Exposição de Motivos 518 2018 MCTIC (0922120)
53000.026836/2011-61 - Exposição de Motivos 477 2018 MCTIC (0845202)
53000.053176/2013-53 - Exposição de Motivos 314 2017 MCTIC (0271104)
53900.007246/2014-39 - Exposição de Motivos 410 2017 MCTIC (0268151)
53900.003786/2014-43 - Exposição de Motivos 494 2018 MCTIC (0876622)
53000.037836/2011-97 - Exposição de Motivos 493 2018 MCTIC (0876581)
53900.017326/2015-83 - Exposição de Motivos 726 2017 MCTIC (0319958)
53000.065326/2013-71 - Exposição de Motivos 482 2018 MCTIC (0845690)
53900.024846/2015-42 - Exposição de Motivos 415 2018 MCTIC (0795336)
53000.063406/2011-21 - Exposição de Motivos 998 2017 MCTIC (0358757)
53000.004676/2014-42 - Exposição de Motivos 463 2018 MCTIC (0837220)
53000.000416/2009-31 - Exposição de Motivos 466 2918 MCTIC (0837237)
53000.049916/2013-57 - Exposição de Motivos 448 2018 MCTIC (0836774)
53000.070826/2013-25 - Exposição de Motivos 443 2018 MCTIC (0836864)
53000.042696/2011-79 - Exposição de Motivos 445 2018 MCTIC (0836908)
53900.055346/2015-52 - Exposição de Motivos 458 2018 MCTIC (0837006)
53000.011766/2014-90 - Exposição de Motivos 428 2018 MCTIC (0808654)
53000.007916/2014-61 - Exposição de Motivos 417 2018 MCTIC (0796217)
53000.006816/2013-36 - Exposição de Motivos 416 2018 MCTIC (0795674)
53900.002856/2015-27 - Exposição de Motivos 409 2018 MCTIC (0794322)
53900.017286/2015-70 - Exposição de Motivos 384 2018 MCTIC (0785304)
53000.070736/2013-34 - Exposição de Motivos 380 2018 MCTIC (0784961)
53900.048776/2015-18 - Exposição de Motivos 367 2018 MCTIC (0765409)
53900.045626/2016-33 - Exposição de Motivos 366 2018 MCTIC (0765005)
53900.020036/2015-17 - Exposição de Motivos 334 2018 MCTIC (0733960)
53900.022496/2015-80 - Exposição de Motivos 333 2018 MCTIC (0734102)
53900.011676/2014-55 - Exposição de Motivos 278 2018 MCTIC (0703082)
53900.042136/2015-02 - Exposição de Motivos 297 2018 MCTIC (0702417)
53000.047896/2013-80 - Exposição de Motivos 305 2018 MCTIC (0702638)
53900.048786/2015-53 - Exposição de Motivos 228 2018 MCTIC (0676467)
53900.017866/2015-67 - Exposição de Motivos 221 2018 MCTIC (0675815)
53000.003536/2013-76 - Exposição de Motivos 202 2018 MCTIC (0672189)
53900.053766/2016-85 - Exposição de Motivos 194/2018 MCTIC (0652416)
53000.068096/2013-01 - Exposição de Motivos 223 2017 MCTIC (0246081)
53900.000576/2014-11 - Exposição de Motivos 270 2017 MCTIC (0246007)
53900.050256/2015-75 - Exposição de Motivos 178 2018 MCTIC (0587455)
53000.066606/2013-05 - Exposição de Motivos 177 2018 MCTIC (0588040)
53900.017136/2015-66 - Exposição de Motivos 133 2018 MCTIC (0569180)
53000.058466/2011-21 - Exposição de Motivos 131 2018 MCTIC (0569167)
53900.034256/2015-28 - Exposição de Motivos 105 2018 MCTIC (0555741)
53900.017156/2015-37 - Exposição de Motivos 123 2018 MCTIC (0556620)
53000.058106/2011-20 - Exposição de Motivos 110 2018 MCTIC (0556566)
53900.007846/2015-88 - Exposição de Motivos 60 2018 MCTIC (0556136)
53900.049346/2015-13 - Exposição de Motivos 100 2018 MCTIC (0523525)
53000.056216/2011-57 - Exposição de Motivos 98 2018 MCTIC (0523585)

53000.067636/2013-21 - Exposição de Motivos 73 2018 MCTIC (0521350)
53000.062556/2013-89 - Exposição de Motivos 72 2018 MCTIC (0521613)
53000.059736/2013-83 - Exposição de Motivos 45 2018 MCTIC (0484303)
53000.050216/2012-24 - Exposição de Motivos 46 2018 MCTIC (0484161)
53000.050186/2011-75 - Exposição de Motivos 39 2018 MCTIC (0483089)
53000.029836/2013-85 - Exposição de Motivos 35 2018 MCTIC (0483254)
53900.078146/2015-78 - Exposição de Motivos 28 2018 MCTIC (0483329)
53000.057226/2011-18 - Exposição de Motivos 21 2018 MCTIC (0482777)
53000.052326/2012-21 - Exposição de Motivos 4 2018 MCTIC (0481625)
53900.049266/2015-68 - Exposição de Motivos 12 2018 MCTIC (0481490)
53000.004356/2012-21 - Exposição de Motivos 1082 2017 MCTIC (0383414)
53900.000766/2016-82 - Exposição de Motivos 1086 2017 MCTIC (0383045)
53900.042116/2015-23 - Exposição de Motivos 976 2017 MCTIC (0374072)
53900.046836/2015-68 - Exposição de Motivos 981 2017 MCTIC (0374366)
53000.070526/2013-46 - Exposição de Motivos 962 2017 MCTIC (0373906)
53000.055766/2011-59 - Exposição de Motivos 934 2017 MCTIC (0373371)
53000.005496/2008-30 - Exposição de Motivos 1027 2017 MCTIC (0361295)
53000.025416/2013-20 - Exposição de Motivos 1026 2017 MCTIC (0361697)
53000.065796/2013-35 - Exposição de Motivos 070 2017 MCTIC (0358870)
53000.001866/2009-41 - Exposição de Motivos 892 2017 MCTIC (0347634)
53000.039926/2013-84 - Exposição de Motivos 870 2017 MCTIC (0346418)
53000.058116/2011-65 - Exposição de Motivos 846 2017 MCTIC (0346053)
53900.005056/2014-87 - Exposição de Motivos 840 2017 MCTIC (0345633)
53000.055726/2012-98 - Exposição de Motivos 785 2017 MCTIC (0344751)
53000.020796/2013-14 - Exposição de Motivos 765 2017 MCTIC (0343702)
53000.054986/2012-46 - Exposição de Motivos 901 2017 MCTIC (0332492)
53000.057916/2011-69 - Exposição de Motivos 909 2017 MCTIC (0332549)
53900.046846/2015-01 - Exposição de Motivos 855 2017 MCTIC (0332233)
53900.034546/2015-71 - Exposição de Motivos 841 2017 MCTIC (0329901)
53900.046496/2015-75 - Exposição de Motivos 833 2017 MCTIC (0328812)
53900.017336/2015-19 - Exposição de Motivos 808 2017 MCTIC (0327021)
53900.020946/2014-19 - Exposição de Motivos 809 2017 MCTIC (0327443)
53900.029926/2015-94 - Exposição de Motivos 807 2017 MCTIC (0326946)
53000.061976/2013-48 - Exposição de Motivos 713 2017 MCTIC (0324391)
53900.015016/2015-24 - Exposição de Motivos 599 2017 MCTIC (0322985)
53000.070516/2013-19 - Exposição de Motivos 716 2017 MCTIC (0322954)
53000.031936/2012-91 - Exposição de Motivos 749 2017 MCTIC (0322465)
53000.006656/2013-25 - Exposição de Motivos 681 2017 MCTIC (0321697)
53900.061306/2015-40 - Exposição de Motivos 121 2017 MCTIC (0231043)
53900.017866/2014-86 - Exposição de Motivos 509 2017 MCTIC (0278359)
53000.058076/2011-51 - Exposição de Motivos 382 2017 MCTIC (0280136)
53000.054476/2012-79 - Exposição de Motivos 398 2017 MCTIC (0280326)
53000.011716/2013-21 - Exposição de Motivos 549 2017 MCTIC (0281105)
53000.068456/2013-66 - Exposição de Motivos 202 2017 MCTIC (0270312)
53000.024276/2012-91 - Exposição de Motivos 252 2017 MCTIC (0266637)
53900.034526/2015-09 - Exposição de Motivos 337 2017 MCTIC (0263378)
53000.052576/2012-61 - Exposição de Motivos 455 2017 MCTIC (0272317)
53000.057706/2012-51 - Exposição de Motivos 451 2017 MCTIC (0274001)
53900.001546/2014-12 - Exposição de Motivos 550 2017 MCTIC (0275059)
53000.046516/2011-28 - Exposição de Motivos 471 2017 MCTIC (0276250)
53000.047886/2011-82 - Exposição de Motivos 489 2017 MCTIC (0276467)
53000.065566/2013-76 - Exposição de Motivos 494 2017 MCTIC (0276464)

53900.006386/2014-90 - Exposição de Motivos 490 2017 MCTIC (0277800)
53000.007056/2013-84 - Exposição de Motivos 561 2017 MCTIC (0288082)
53000.015816/2013-27 - Exposição de Motivos 687 2017 MCTIC (0311291)
53000.063176/2012-81 - Exposição de Motivos 674 2017 MCTIC (0310173)
53000.075026/2013-09 - Exposição de Motivos 658 2017 MCTIC (0309598)
53000.043084/2012-84 - Exposição de Motivos 529 2017 MCTIC (0287146)
53000.026544/2011-29 - Exposição de Motivos 332 2017 MCTIC (0285817)
53000.064284/2010-17 - Exposição de Motivos 369 2017 MCTIC (0281344)
53000.024854/2013-71 - Exposição de Motivos 633 2017 MCTIC (0303388)
53000.058104/2011-31 - Exposição de Motivos 628 2017 MCTIC (0303107)
53000.041034/2013-43 - Exposição de Motivos 629 2017 MCTIC (0303205)
53000.029374/2013-04 - Exposição de Motivos 621 2017 MCTIC (0303217)
53900.001804/2014-52 - Exposição de Motivos 601 2017 MCTIC (0302096)
53000.057044/2013-09 - Exposição de Motivos 600 2017 MCTIC (0302345)
53000.017204/2013-79 - Exposição de Motivos 606 2017 MCTIC (0302407)
53000.003434/2014-31 - Exposição de Motivos 582 2017 MCTIC (0301851)
53900.036274/2015-44 - Exposição de Motivos 647 2017 MCTIC (0308500)
53900.003524/2015-60 - Exposição de Motivos 648 2017 MCTIC (0308543)
53900.006344/2014-59 - Exposição de Motivos 652 2017 MCTIC (0308650)
53900.039554/2015-12 - Exposição de Motivos 679 2017 MCTIC (0311456)
53000.056624/2011-17 - Exposição de Motivos 659 2017 MCTIC (0309608)
53000.000634/2013-51 - Exposição de Motivos 703 2017 MCTIC (0312137)
53000.057704/2012-62 - Exposição de Motivos 76 2018 MCTIC (0527529)
53000.016594/2013-60 - Exposição de Motivos 84 2018 MCTIC (0527683)
53900.017294/2015-16 - Exposição de Motivos 464 2017 MCTIC (0274123)
53000.056644/2011-80 - Exposição de Motivos 462 2017 MCTIC (0274523)
53000.047754/2013-12 - Exposição de Motivos 473 2017 MCTIC (0274544)
53900.007754/2014-17 - Exposição de Motivos 551 2017 MCTIC (0275107)
53000.049664/2012-85 - Exposição de Motivos 530 2017 MCTIC (0275268)
53000.065174/2012-26 - Exposição de Motivos 488 2017 MCTIC (0276350)
53000.058124/2011-10 - Exposição de Motivos 495 2017 MCTIC (0276793)
53000.031924/2012-66 - Exposição de Motivos 564 2017 MCTIC (0288218)
53000.014914/2013-47 - Exposição de Motivos 559 2017 MCTIC (0287358)
53000.021334/2013-14 - Exposição de Motivos 558 2017 MCTIC (0287196)
53900.002094/2014-88 - Exposição de Motivos 739 2017 MCTIC (0322005)
53900.003474/2014-31 - Exposição de Motivos 736 2017 MCTIC (0321857)
53000.056194/2013-97 - Exposição de Motivos 203 2017 MCTIC (0228364)
53000.058734/2012-96 - Exposição de Motivos 543 2017 MCTIC (0278264)
53000.057904/2011-34 - Exposição de Motivos 553 2017 MCTIC (0279688)
53000.070514/2013-11 - Exposição de Motivos 547 2017 MCTIC (0279720)
53000.039604/2007-97 - Exposição de Motivos 368 2017 MCTIC (0280177)
53000.057914/2011-70 - Exposição de Motivos 349 2017 MCTIC (0280450)
53000.069974/2013-05 - Exposição de Motivos 548 2017 MCTIC (0281204)
53000.003804/2013-50 - Exposição de Motivos 432 2017 MCTIC (0272628)
53900.003004/2014-76 - Exposição de Motivos 836 2017 MCTIC (0328793)
53900.048244/2015-81 - Exposição de Motivos 830 2017 MCTIC (0328813)
53000.025604/2012-77 - Exposição de Motivos 783 2017 MCTIC (0327039)
53000.062554/2013-90 - Exposição de Motivos 788 2017 MCTIC (0327259)
53000.017094/2013-45 - Exposição de Motivos 769 2017 MCTIC (0324607)
53000.007034/2013-14 - Exposição de Motivos 684 2017 MCTIC (0324031)
53000.007674/2014-13 - Exposição de Motivos 676 2017 MCTIC (0323272)
53000.007104/2013-34 - Exposição de Motivos 596 2017 MCTIC (0322906)

53000.059764/2010-58 - Exposição de Motivos 580 2017 MCTIC (0322770)
 53000.056954/2012-85 - Exposição de Motivos 741 2017 MCTIC (0322174)
 53900.039644/2015-03 - Exposição de Motivos 803 2017 MCTIC (0345516)
 53000.031934/2012-00 - Exposição de Motivos 794 2017 MCTIC (0345294)
 53000.046474/2012-14 - Exposição de Motivos 912 2017 MCTIC (0332009)
 53900.014134/2015-15 - Exposição de Motivos 872 2017 MCTIC (0332146)
 53900.034554/2015-18 - Exposição de Motivos 856 2017 MCTIC (0332205)
 53000.057214/2011-85 - Exposição de Motivos 894 2017 MCTIC (0331931)
 53000.067714/2013-97 - Exposição de Motivos 915 2017 MCTIC (0331705)
 53000.062334/2013-66 - Exposição de Motivos 847 2017 MCTIC (0329940)
 53900.025954/2015-32 - Exposição de Motivos 845 2017 MCTIC (0329839)
 53000.059284/2011-78 - Exposição de Motivos 825 2017 MCTIC (0328678)
 53000.073494/2013-31 - Exposição de Motivos 1062 2017 MCTIC (0382352)
 53000.005244/2012-97 - Exposição de Motivos 1040 2017 MCTIC (0381897)
 53000.042814/2013-19 - Exposição de Motivos 979 2017 MCTIC (0374191)
 53000.056644/2012-61 - Exposição de Motivos 978 2017 MCTIC (0374168)
 53000.069884/2013-14 - Exposição de Motivos 932 2017 MCTIC (0373154)
 53000.027624/2012-82 - Exposição de Motivos 926 2017 MCTIC (0372163)
 53000.008174/2012-29 - Exposição de Motivos 1023 2017 MCTIC (0360829)
 53000.058924/2012-11 - Exposição de Motivos 886 2017 MCTIC (0346677)
 53000.064084/2012-18 - Exposição de Motivos 871 2017 MCTIC (0346564)
 53000.067904/2013-12 - Exposição de Motivos 881 2017 MCTIC (0346643)
 53900.049094/2015-22 - Exposição de Motivos 117 2018 MCTIC (0554330)
 53000.016594/2013-60 - Exposição de Motivos 84 2018 MCTIC (0527683)
 53000.013444/2010-51 - Exposição de Motivos 918 2017 MCTIC (0372147)
 53000.045554/2013-25 - Exposição de Motivos 81 2018 MCTIC (0523079)
 53900.048224/2015-18 - Exposição de Motivos 92 2018 MCTIC (0523434)
 53000.039184/2013-97 - Exposição de Motivos 96 2018 MCTIC (0523590)
 53000.018934/2013-97 - Exposição de Motivos 64 2018 MCTIC (0521368)
 53900.011474/2014-11 - Exposição de Motivos 56 2018 MCTIC (0481150)
 53000.001524/2001-73 - Exposição de Motivos 153/2016 (0037790)
 53000.008854/2012-42 - Exposição de Motivos 1095 2017 MCTIC (0383607)
 53000.061475/2011-08 - Exposição de Motivos 483 2018 MCTIC (0845098)
 53000.037545/2012-80 - Exposição de Motivos 451 2018 MCTIC (0837119)
 53900.016795/2015-85 - Exposição de Motivos 339 2018 MCTIC (0733769)
 53000.022735/2012-01 - Exposição de Motivos 344 2018 MCTIC (0732889)
 53900.043275/2015-45 - Exposição de Motivos 336 2018 MCTIC (0732952)
 53900.046475/2015-50 - Exposição de Motivos 350 2018 MCTIC (0732843)
 53900.046725/2015-51 - Exposição de Motivos 351 2018 MCTIC (0732784)
 53900.047355/2015-70 - Exposição de Motivos 275 2018 MCTIC (0703173)
 53900.016805/2015-82 - Exposição de Motivos 294 2018 MCTIC (0702222)
 53000.022715/2012-21 - Exposição de Motivos 242 2018 MCTIC (0677098)
 53000.048845/2013-75 - Exposição de Motivos 265 2018 MCTIC (0677186)
 53000.041395/2012-17 - Exposição de Motivos 252 2018 MCTIC (0677222)
 53900.046555/2015-13 - Exposição de Motivos 210 2018 MCTIC (0676692)

 53000.052465/2011-73 - Exposição de Motivos 250 2018 MCTIC (0676561)
 53900.038365/2016-03 - Exposição de Motivos 239 2018 MCTIC (0676488)
 53000.007685/2014-95 - Exposição de Motivos 208 2018 MCTIC (0673503)
 53900.047995/2015-80 - Exposição de Motivos 219 2018 MCTIC (0672423)
 53770.000815/2002-12 - Exposição de Motivos 129 2018 MCTIC (0569306)
 53000.038735/2007-57 - Exposição de Motivos 897 2017 MCTIC (0347655)
 53830.001345/1997-80 - Exposição de Motivos 49 2018 MCTIC (0481248)
 53900.029945/2015-11 - Exposição de Motivos 152 2018 MCTIC (0585829)

53000.051425/2012-95 - Exposição de Motivos 162 2018 MCTIC (0583804)
 53000.058135/2011-91 - Exposição de Motivos 79 2018 MCTIC (0527723)
 53000.056215/2011-11 - Exposição de Motivos 78 2018 MCTIC (0527689)
 53000.045645/2013-61 - Exposição de Motivos 69 2018 MCTIC (0521418)
 53000.052005/2013-15 - Exposição de Motivos 67 2018 MCTIC (0521819)
 53000.021295/2013-47 - Exposição de Motivos 74 2018 MCTIC (0521936)
 53900.029902/2015-35 --- Exposição de Motivos 360 2018 MCTIC (0765180)
 53900.016132/2016-41--- Exposição de Motivos 373 2018 MCTIC (0764577)
 53900.038342/2016-91--- Exposição de Motivos 321 2018 MCTIC (0733707)
 53900.046422/2015-39---Exposição de Motivos 335 2018 MCTIC (0732876)
 53900.048812/2015-43---Exposição de Motivos 279 2018 MCTIC (0703215)
 53000.020902/2012-71--- Exposição de Motivos 312 2018 MCTIC (0702864)
 53900.049962/2015-74---Exposição de Motivos 293 2018 MCTIC (0702170)
 53900.002972/2015-46---Exposição de Motivos 263 2018 MCTIC (0676991)
 53000.067112/2011-78--- Exposição de Motivos 171 2018 MCTIC (0676181)
 53900.016392/2015-36--- Exposição de Motivos 261 2018 MCTIC (0674459)
 53000.005022/2011-93---Exposição de Motivos 267 2018 MCTIC (0673261)
 53000.015432/2013-12-- Exposição de Motivos 159 2018 MCTIC (0584416)
 53000.054912/2010-48--- Exposição de Motivos 128 2018 MCTIC (0568453)
 53900.047532/2016-07--- Exposição de Motivos 104 2018 MCTIC (0553386)
 53000.006952/2013-26 --- Exposição de Motivos 91 2018 MCTIC (0523452)
 53900.029912/2015-71--- Exposição de Motivos 101 2018 MCTIC (0523442)
 53000.044722/2011-01 --- Exposição de Motivos 34 2018 MCTIC (0483504)
 53000.057872/2010-96 --- Exposição de Motivos 43 2018 MCTIC (0483044)
 53000.014702/2012-89-- Exposição de Motivos 19 2018 MCTIC (0482374)
 53000.008922/2012-73 --- Exposição de Motivos 11 2018 MCTIC (0482015)
 53900.000192/2016-42 --- Exposição de Motivos 1089 2017 MCTIC (0383189)
 53900.023982/2016-04--- Exposição de Motivos 1083 2017 MCTIC (0382822)
 53900.000562/2016-41--- Exposição de Motivos 1070 2017 MCTIC (0382537)
 53900.041642/2015-76--- Exposição de Motivos 977 2017 MCTIC (0374116)
 53000.015612/2013-96--Exposição de Motivos 942 2017 MCTIC (0373644)
 53900.021042/2014-19-- Exposição de Motivos 927 2017 MCTIC (0372132)
 53000.060442/2012-13-- Exposição de Motivos 751 2017 MCTIC (0322432)
 53000.011502/2010-11---Exposição de Motivos 1033 2017 MCTIC (0360901)
 53000.051422/2012-51--- Exposição de Motivos 940 2017 MCTIC (0357320)
 53000.029232/2008-71--- Exposição de Motivos 953 2017 MCTIC (0357667)
 53000.006812/2013-58--- Exposição de Motivos 868 2017 MCTIC (0346340)
 53000.023322/2012-35 --- Exposição de Motivos 896 2017 MCTIC (0332521)
 53000.056642/2012-71 --- Exposição de Motivos 889 2017 MCTIC (0332520)
 53000.056242/2011-85 --- Exposição de Motivos 920 2017 MCTIC (0332584)
 53900.048912/2015-70--- Exposição de Motivos 863 2017 MCTIC (0332177)
 53900.017272/2015-56--- Exposição de Motivos 857 2017 MCTIC (0332254)
 53000.060392/2012-74--- Exposição de Motivos 917 2017 MCTIC (0332282)
 53900.016742/2015-64 ---Exposição de Motivos 900 2017 MCTIC (0332352)
 53000.056222/2011-12 --- Exposição de Motivos 827 2017 MCTIC (0328735)
 53900.021662/2014-40 --- Exposição de Motivos 814 2017 MCTIC (0328021)
 53000.017052/2013-12 --- Exposição de Motivos 790 2017 MCTIC (0327424)
 53000.048422/2012-74 --- Exposição de Motivos 748 2017 MCTIC (0322342)
 53900.011242/2014-55--- Exposição de Motivos 776 2017 MCTIC (0324174)
 53000.070982/2013-96--- Exposição de Motivos 764 2017 MCTIC (0323771)
 53000.040872/2012-19 --- Exposição de Motivos 603 2017 MCTIC (0323236)
 53000.031922/2012-77 --- Exposição de Motivos 588 2017 MCTIC (0322848)
 53000.051842/2012-38 --- Exposição de Motivos 752 2017 MCTIC (0322408)
 53000.022892/2010-46 --- Exposição de Motivos 206 2017 MCTIC (0228433)
 53000.018882/2009-72--- Exposição de Motivos 118 2017 MCTIC (0231073)
 53900.006082/2014-22 --- Exposição de Motivos 536 2017 MCTIC (0278162)
 53900.041862/2015-08 --- Exposição de Motivos 544 2017 MCTIC (0278209)
 53000.036682/2009-00 --- Exposição de Motivos 402 2017 MCTIC (0267749)

53900.014792/2015-15 --- Exposição de Motivos 335 2017 MCTIC (0263492)
 53000.037302/2011-61 --- Exposição de Motivos 162 2017 MCTIC (0271003)
 53900.053112/2015-71 --- Exposição de Motivos 545 2017 MCTIC (0272216)
 53000.045952/2013-41--- Exposição de Motivos 522 2017 MCTIC (0272270)
 53000.066832/2013-88--- Exposição de Motivos 442 2017 MCTIC (0272322)
 53000.063555/2012-71 - Exposição de Motivos 54 2018 MCTIC (0481638)
 53000.046795/2012-19 - Exposição de Motivos 190 2017 MCTIC (0261645)
 53000.058765/2011-66 - Exposição de Motivos 1057 2017 MCTIC (0382267)
 53900.008065/2014-20 - Exposição de Motivos 937 2017 (0375377)
 53900.039625/2015-79 - Exposição de Motivos 985 2017 MCTIC (0374398)
 53900.020155/2014-99 - Exposição de Motivos 948 2017 MCTIC (0357187)
 53000.012365/2011-12 - Exposição de Motivos 967 2017 MCTIC (0357812)
 53000.007145/2014-10 - Exposição de Motivos 956 2017 MCTIC (0357836)
 53900.010415/2014-18 - Exposição de Motivos 851 2017 MCTIC (0346015)
 53900.039805/2015-51 - Exposição de Motivos 848 2017 MCTIC (0345696)
 53000.045475/2012-33 - Exposição de Motivos 779 2017 MCTIC (0344590)
 53000.039925/2013-30 - Exposição de Motivos 778 2017 MCTIC (0344502)
 53000.051845/2012-71 - Exposição de Motivos 771 2017 MCTIC (0344002)
 53000.057995/2011-16 - Exposição de Motivos 757 2017 MCTIC (0343747)
 53900.022295/2014-00 - Exposição de Motivos 874 2017 MCTIC (0332417)
 53900.020495/2014-10 - Exposição de Motivos 875 2017 MCTIC (0332519)
 53900.047605/2015-71 - Exposição de Motivos 878 2017 MCTIC (0332063)
 53900.039875/2015-17 - Exposição de Motivos 883 2017 MCTIC (0332121)
 53900.015655/2015-90 - Exposição de Motivos 858 2017 MCTIC (0332268)
 53000.055775/2011-40 - Exposição de Motivos 935 2017 MCTIC (0373424)
 53000.055825/2012-70 - Exposição de Motivos 860 2017 MCTIC (0332278)
 53900.022015/2014-55 - Exposição de Motivos 835 2017 MCTIC (0328817)
 53000.064515/2012-46 - Exposição de Motivos 834 2017 MCTIC (0328847)
 53000.070695/2013-86 - Exposição de Motivos 815 2017 MCTIC (0327243)
 53000.055765/2011-12 - Exposição de Motivos 702 2017 MCTIC (0324652)
 53000.057355/2011-06 - Exposição de Motivos 705 2017 MCTIC (0324368)
 53000.048725/2012-97 - Exposição de Motivos 753 2017 MCTIC (0323955)
 53000.015825/2013-18 - Exposição de Motivos 589 2017 MCTIC (0322898)
 53000.059475/2011-30 - Exposição de Motivos 731 2017 MCTIC (0321623)
 53000.064145/2012-47 - Exposição de Motivos 740 2017 MCTIC (0322061)
 53900.009135/2014-67 - Exposição de Motivos 112 2017 MCTIC (0230996)
 53900.015755/2015-16 - Exposição de Motivos 400 2017 MCTIC (0280641)
 53000.050945/2013-61 - Exposição de Motivos 419 2017 MCTIC (0270317)
 53000.053915/2012-26 - Exposição de Motivos 501 2017 MCTIC (0272379)
 53900.003595/2014-81 - Exposição de Motivos 519 2017 MCTIC (0272693)
 53900.017335/2015-74 - Exposição de Motivos 516 2017 MCTIC (0273391)
 53900.000545/2014-42 - Exposição de Motivos 552 2017 MCTIC (0275044)
 53000.070495/2013-23 - Exposição de Motivos 632 2017 MCTIC (0303371)
 53000.054475/2012-24 - Exposição de Motivos 619 2017 MCTIC (0303142)
 53000.058115/2011-11 - Exposição de Motivos 602 2017 MCTIC (0302035)

 53000.051605/2012-77 - Exposição de Motivos 574 2017 MCTIC (0301664)
 53900.004565/2015-73 - Exposição de Motivos 672 2017 MCTIC (0310140)
 53900.009305/2015-94 - Exposição de Motivos 709 2017 MCTIC (0312245)
 53900.041855/2015-06 - Exposição de Motivos 698 2017 MCTIC (0312028)
 53900.017158/2015-26 - Exposição de Motivos 728 2017 MCTIC (0320616)
 53000.052558/2013-60 - Exposição de Motivos 700 2017 MCTIC (0312114)
 53900.022938/2014-15 - Exposição de Motivos 710 2017 MCTIC (0312092)
 53000.051498/2012-87 - Exposição de Motivos 701 2017 MCTIC (0312010)
 53900.046568/2015-84 - Exposição de Motivos 690 2017 MCTIC (0311614)
 53900.017348/2015-43 - Exposição de Motivos 685 2017 MCTIC (0311402)
 53900.034358/2015-43 - Exposição de Motivos 680 2017 MCTIC (0311569)
 53900.021498/2014-71 - Exposição de Motivos 649 2017 MCTIC (0308562)

53000.015818/2013-16 - Exposição de Motivos 635 2017 MCTIC (0303453)
 53000.028888/2013-34 - Exposição de Motivos 626 2017 MCTIC (0302470)
 53900.006868/2014-40 - Exposição de Motivos 531 2017 MCTIC (0287103)
 53000.056228/2011-81 - Exposição de Motivos 351 2017 MCTIC (0282457)
 53000.045558/2013-11 - Exposição de Motivos 344 2017 MCTIC (0281816)
 53900.034498/2015-11 - Exposição de Motivos 614 2017 MCTIC (0302510)
 53000.021788/2012-04 - Exposição de Motivos 625 2017 MCTIC (0303306)
 53000.007888/2014-81 - Exposição de Motivos 607 2017 MCTIC (0302122)
 53900.017538/2015-61 - Exposição de Motivos 613 2017 MCTIC (0302147)
 53000.019859/2008-14 - Exposição de Motivos 693 2017 MCTIC (0323820)
 53900.012819/2015-27 - Exposição de Motivos 768 2017 MCTIC (0323907)
 53000.069249/2013-29 - Exposição de Motivos 575 2017 MCTIC (0322572)
 53000.016939/2012-02 - Exposição de Motivos 692 2017 MCTIC (0323885)
 53000.027549/2013-31 - Exposição de Motivos 743 2017 MCTIC (0322220)
 53000.073739/2012-14 - Exposição de Motivos 197 2017 MCTIC (0228291)
 53000.058095/2011-88 - Exposição de Motivos 931 2017 MCTIC (0372086)
 53000.006805/2014-37 - Exposição de Motivos 914 2017 MCTIC (0372036)
 53900.020685/2014-37 - Exposição de Motivos 340 2017 MCTIC (0263432)
 53900.039515/2015-15 - Exposição de Motivos 784 2017 MCTIC (0327057)
 53000.026025/2011-61 - Exposição de Motivos 636 2017 MCTIC (0324062)
 53000.048665/2012-11 - Exposição de Motivos 399 2017 MCTIC (0281062)
 53000.062335/2013-19 - Exposição de Motivos 578 2017 MCTIC (0322838)
 53900.017345/2015-18 - Exposição de Motivos 747 2017 MCTIC (0322580)
 53000.022892/2010-46--Exposição de Motivos 206 2017 MCTIC (0228433)
 53900.041642/2015-76--Exposição de Motivos 977 2017 MCTIC (0374116)
 53000.008922/2012-73-- Exposição de Motivos 11 2018 MCTIC (0482015)
 53900.018692/2014-79---Exposição de Motivos 439 2017 MCTIC (0272696)
 53900.012702/2014-62---Exposição de Motivos 518 2017 MCTIC (0272813)
 53000.055772/2011-14---Exposição de Motivos 456 2017 MCTIC (0274060)
 53000.057442/2011-55---Exposição de Motivos 514 2017 MCTIC (0274332)
 53000.057442/2011-55--- Exposição de Motivos 514 2017 MCTIC (0274332)
 53000.050492/2011-10 --- Exposição de Motivos 354 2017 MCTIC (0286002)
 53000.031942/2012-48--- Exposição de Motivos 505 2017 MCTIC (0281319)
 53000.006882/2013-14--- Exposição de Motivos 359 2017 MCTIC (0281002)
 53000.059292/2011-14--- Exposição de Motivos 641 2017 MCTIC (0303329)
 53000.046522/2013-47--- Exposição de Motivos 584 2017 MCTIC (0302242)
 53000.057352/2011-64---Exposição de Motivos 592 2017 MCTIC (0302001)
 53900.017332/2015-31---Exposição de Motivos 683 2017 MCTIC (0311579)
 53000.047332/2013-47---Exposição de Motivos 556 2017 MCTIC (0273358)
 53000.025272/2013-10--- Exposição de Motivos 493 2017 MCTIC (0276074)
 53900.016802/2015-49--- Exposição de Motivos 486 2017 MCTIC (0276232)
 53000.045172/2012-11--- Exposição de Motivos 482 2017 MCTIC (0276766)
 53000.056212/2011-79---Exposição de Motivos 645 2017 MCTIC (0304134)
 53000.015822/2013-84---Exposição de Motivos 642 2017 MCTIC (0304152)
 53900.050622/2015-96---Exposição de Motivos 669 2017 MCTIC (0309897)
 53900.047842/2015-32---Exposição de Motivos 666 2017 MCTIC (0309708)
 53900.022882/2014-91--- Exposição de Motivos 706 2017 MCTIC (0312058)
 53000.053259/2013-42---Exposição de Motivos 458 2017 MCTIC (0273937)
 53000.053259/2013-42--- Exposição de Motivos 458 2017 MCTIC (0273937)
 53900.007299/2015-31--- Exposição de Motivos 511 2017 MCTIC (0273366)
 53000.031939/2012-24--- Exposição de Motivos 520 2017 MCTIC (0273156)
 53000.015189/2014-13--- Exposição de Motivos 452 2017 MCTIC (0272529)
 53900.039779/2015-61--- Exposição de Motivos 298 2017 MCTIC (0263419)
 53000.021819/2010-57--- Exposição de Motivos 343 2017 MCTIC (0280272)
 53000.048009/2013-91---Exposição de Motivos 395 2017 MCTIC (0280047)
 53900.006559/2014-70---Exposição de Motivos 117 2017 MCTIC (0231079)
 53000.008099/2010-34--- Exposição de Motivos 119 2017 MCTIC (0231064)
 53900.020685/2014-37--- Exposição de Motivos 340 2017 MCTIC (0263432)

Att,

Luciana Silveira Teixeira

Assessora

Subchefia para Assuntos Jurídicos

Casa Civil – Presidência da República

(61) 3411-3426

luciana.teixeira@presidencia.gov.br

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Serviço de Análise de Renovação de Rádio Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53000.040711/2013-14.**

Entidade: **Associação Cultural Comunitária Gaivota**

Assunto: **Minuta de Exposição de Motivos.**

1. Considerando a devolução do processo pela Casa Civil da Presidência da República, para reavaliação da pertinência da medida proposta pelo novo Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, bem como a adequação às novas diretrizes governamentais, encaminho a minuta da Exposição de Motivos atualizada, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 11/07/2019, às 17:34 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Vinícius Paolucci, Diretor do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização**, em 12/07/2019, às 17:55 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elifas Chaves Gurgel do Amaral, Secretário de Radiodifusão**, em 15/07/2019, às 17:21 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4356907** e o código CRC **C16C9406**.

Minutas e Anexos

MINUTA
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.040711/2013-14, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação Cultural Comunitária Gaivota, inscrita no CNPJ nº 02.848.983/0001-46, explore pelo prazo de dez anos a partir de 30 de julho de 2013, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Ubatuba, estado de São Paulo, em conformidade com o que dispõe o *caput* do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 16754/2014/SEI-MC, de modo favorável à renovação da outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCTIC, por intermédio de seu Parecer nº 608/2015/SEI-MC, também apresentou considerações favoráveis.

3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MC nº 6177, de 01 de dezembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 09 de dezembro de 2015.

4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

MARCOS CESAR PONTES

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Referência: Processo nº 53000.040711/2013-14

SEI nº 4356907

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria-Executiva

Processos de Radiodifusão da Secretaria-Executiva

DESPACHO

Processo nº: 53000.040711/2013-14

Referência: Despacho SEARC (4356907)

Interessado: ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA GAIVOTA

Assunto: Renovação de Outorga

Trata-se de minuta de exposição de motivos referente à renovação, pelo prazo de dez anos, a partir de 30/07/2013, da autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA GAIVOTA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Ubatuba/SP.

Considerando as manifestações das áreas técnica e jurídica acostadas nos autos do presente processo, manifesto-me favorável ao prosseguimento do trâmite.

À consideração do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

JULIO FRANCISCO SEMEGHINI NETO

Secretário-Executivo



Documento assinado eletronicamente por **Julio Francisco Semeghini Neto, Secretário Executivo**, em 29/08/2019, às 14:50 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4489259** e o código CRC **66D32D89**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.040711/2013-14

SEI nº 4489259

Brasília, 30 de Setembro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.040711/2013-14, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação Cultural Comunitária Gaivota, inscrita no CNPJ nº 02.848.983/0001-46, explore pelo prazo de dez anos a partir de 30 de julho de 2013, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Ubatuba, estado de São Paulo, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 16754/2014/SEI-MC, de modo favorável à renovação da outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCTIC, por intermédio de seu Parecer nº 608/2015/SEI-MC, também apresentou considerações favoráveis.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MC nº 6177, de 01 de dezembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 09 de dezembro de 2015.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 36048/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, Processo nº 53000.040711/2013-14.

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 30/09/2019, às 17:34 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4684730** e o código CRC **E45C4C55**.